



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO

SHELLEN BATISTA GALDINO

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NO SERVIÇO SOCIAL:
ENTRE A HEGEMONIA DO MARXISMO E A PÓS-MODERNIDADE

JOÃO PESSOA
2016

SHELLEN BATISTA GALDINO

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NO SERVIÇO SOCIAL:
ENTRE A HEGEMONIA DO MARXISMO E A PÓS-MODERNIDADE

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação de Serviço
Social da Universidade Federal da
Paraíba (UFPB) para obtenção do título
de mestre em Serviço Social.

Orientadora:
Prof^a Dra. Bernadete de Lourdes
Figueiredo de Almeida

JOÃO PESSOA
2016

- G149p Galdino, Shellen Batista.
A produção de conhecimentos no serviço social: entre a
hegemonia do marxismo e a pós-modernidade / Shellen Batista
Galdino.- João Pessoa, 2016.
112f.
Orientadora: Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
1. Serviço social. 2. Produção de conhecimentos.
3. Modernidade. 4. Pós-modernidade.

UFPB/BC

CDU: 36(043)

SHELLEN BATISTA GALDINO

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NO SERVIÇO SOCIAL:
ENTRE A HEGEMONIA DO MARXISMO E A PÓS-MODERNIDADE

BANCA EXAMINADORA

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida (Orientadora)
Pós-Doutora em Serviço Social

Jaldes Reis de Meneses
Doutor em Serviço Social

Luciana Batista de Oliveira Cantalice
Doutora em Serviço Social

APROVADO EM 09 DE MAIO DE 2016

JOÃO PESSOA
2016

AGRADECIMENTOS

A construção da produção do conhecimento se dá sempre de maneira coletiva. Para construir estas reflexões do trabalho ora apresentado, várias pessoas colaboraram direta ou indiretamente, de maneira propositiva, crítica, com incentivo, e também muito esforço e apontamentos.

Ao mesmo tempo em que escrever um trabalho deste porte se faz necessário, para ver mais longe, subir nos ombros dos gigantes (frase notável de Isaac Newton), é também um processo muitas vezes solitário, incompreendido e que adentra inúmeras madrugadas e alçou voo em diversos crepúsculos, como nos lembra Hegel sobre a “coruja de minerva”.

E eu digo isso porque escrever esta dissertação significou sacrifícios, pessoais, financeiros e políticos, mas necessários para a construção deste trabalho. Mesmo assim, tive a sorte de contar com pessoas compreensivas e solícitas.

Aos poucos que aqui reservo minha gratidão, reservo principalmente este espaço à minha mãe, Rosa, esta flor que mais do que ninguém me ajudou neste processo, sempre companheira e que sempre me acompanhou. Tenho orgulho da história dela, de mulher batalhadora, sertaneja, costureira e sem medo de buscar novos caminhos. À ela, todos os meus mais sinceros votos de agradecimento.

Em segundo lugar à minha orientadora, Prof^a Bernadete, que sempre me acompanhou na vida acadêmica, desde o primeiro período de serviço social, ainda no ano de 2009, sendo assim, mais de sete anos de história e trocas de conhecimento.

Também sou grata a todos meus/minhas professores/as, pelas salutares descobertas, dúvidas, verdades e diálogos, principalmente a Jaldes Meneses, Cleonice Nogueira, Wécio Pinheiro e Luciana Cantalice. Jaldes e Luciana, ambos presentes na minha banca examinadora não por acaso, mas porque considero as mais profícuas considerações e contribuições para a discussão aqui realizada, e igualmente, pela admiração ímpar que tenho por ambos.

A minha gratidão também ao CNPq pelo investimento financeiro nesta pesquisa, bem como aos que fazem parte do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPB.

E por último e não menos importante o agradecimento especial às/aos minhas/meus poucas/os amigos, da vida, das lutas, da academia, que nos tornam inteiros, que como diz Vinicius de Moraes, este ser, o/a amigo/a, que a vida não explica, mas o “espelho de minha alma multiplica.”

Gratidão!

Os que lutam durante toda a vida, como
disse Bertold Brecht, são pessoas
imprescindíveis. Portanto, aos que lutam
pela democracia, pelos direitos sociais,
pela justiça social e pelo fim da
exploração de classe, etnia e gênero,
dedico este trabalho.

Igualmente à minha mãe, pelo apoio
infindável.

- Não julga o senhor que a verdade, se for realmente verdade, acabará por se impor, da mesma forma, sem nós?
- Não! Não, não! Da verdade não passará senão aquilo que nós fizemos passar. A vitória da Razão só pode ser a vitória das pessoas razoáveis.

Bertolt Brecht, Vida de Galileu.

RESUMO

GALDINO, Shellen Batista. **A Produção de Conhecimentos no Serviço Social:** entre a hegemonia marxista e a pós-modernidade. Dissertação (Mestrado). João Pessoa: UFPB/CCHL/PPGSS, 2016.

Este estudo analisa a produção de conhecimentos no Serviço Social no Brasil no que tange a modernidade e a pós-modernidade. É reconhecido que o marxismo se tornou hegemônico no Serviço Social, porém, a partir da década de 1970 ocorrem profundas transformações na sociabilidade burguesa e do Capital em nível mundial, essas transformações possuem como marco a Crise do capital e seus desdobramentos na economia e na cultura. Estas transformações colocam em prova a hegemonia do paradigma da Racionalidade moderna com a instauração de uma chamada sociedade “pós-moderna” e de “acumulação flexível”. Com isso, a razão moderna perde espaço para a primazia da subjetividade, do efêmero e da relativização metodológica, de tal modo, com a conjuntura de crise e de defensiva da perspectiva histórico-crítica, ocorrem acirramentos das disputas na produção de conhecimentos. No Serviço Social, analisamos que ocorrem interferências do pensamento pós-moderno, seja pela via sincrética/eclética, neoconservadora ou pela via dita “crítica”, mas que essa interferência é tímida e que por hora encontra-se em processo de exaustão. A pesquisa foi realizada pela metodologia de Estado da Arte, e foram analisados 10 artigos da Revista Serviço Social e Sociedade, sobre a temática de fundamentos históricos do serviço social e projeto ético-político.

Palavras-chave: Produção de Conhecimentos; Serviço Social; Modernidade; Pós-modernidade.

ABSTRACT

GALDINO, Shellen Batista. **The Knowledge of Production in Social Work: between Marxist hegemony and the postmodernity.** Dissertation. (MS). João Pessoa: UFPB/CCHL/PPGSS, 2016.

This study analyzes the production of knowledge in Social Work in Brazil with respect to modernity and postmodernity. It is recognized that Marxism has become hegemonic in Social Work, however, from the 1970s occur profound changes in bourgeois sociability and capital worldwide, these changes have as a framework the crisis of capital and its consequences on the economy and culture. These changes put in evidence the paradigm hegemony of modern rationality with the establishment of a society called "postmodern" and "flexible accumulation." Thus, modern reason loses ground to the primacy of subjectivity, the ephemeral and methodological relativism, so, with the situation of crisis and defensive historical-critical perspective, there are acirramentos disputes in the production of knowledge. In social work, we analyzed that occur interference of postmodern thought, whether through syncretic / eclectic, neo-conservative or by that route "critical" but that interference is shy and per hour is in exhaustion process. The survey was conducted by the State Art methodology and analyzed 10 articles of the journal Social Work and Society, on the subject of historical foundations of social work and ethical-political project.

Keywords: Knowledge of production; Social Work; Modernity; Postmodernity.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

Tabela 1 – Modernidade Fordista *Versus* Pós-Modernidade Flexível ou a interpretação de tendências opostas na sociedade capitalista como um todo.....51

Tabela 2 – Frequência de incidências dos autores adotados nos artigos analisados da *Revista Serviço Social e Sociedade* (2010/2014).....92

Gráfico 1 – Tendências temáticas analisadas na *Revista Serviço Social & Sociedade* no período de 2010 e 2014.65

Gráfico 2 – Frequência de incidências por subáreas nos artigos analisados da *Revista Serviço Social e Sociedade* (2010-2014).89

Gráfico 3 – Frequência de incidências dos artigos pesquisados por ano de publicação da *Revista Serviço Social E Sociedade* (2010-2014).....90

Quadro 1 - Frequência de incidências dos indicadores temáticos dos artigos analisados da *Revista Serviço Social E Sociedade* (2010-2014).....92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CRISE E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: AS EXPRESSÕES NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS	16
1.1 Antes da crise a glória? A regulação keynesiano-fordista como pacto moderno.....	18
1.2 Crise do capital e transformações societárias.....	21
1.3 Crise e Mundialização do Capital: a consolidação da hegemonia burguesa e o caldo cultural da pós-modernidade	27
1.4 Conhecimento e hegemonia: a lógica ideocultural da pós-modernidade e a produção de conhecimentos.....	33
2 MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: DA FALÊNCIA À EMERSÃO DE UM NOVO PARADIGMA? OU FACES DE UM MESMO PROCESSO?.....	39
2.1 As duas “almas” da modernidade: pêndulo entre metanarrativas	40
2.2 A crise do fordismo e a crise do socialismo real: a crise da razão moderna e a emersão da “condição pós-moderna flexível”	47
2.3 Conhecimento e hegemonia: a lógica ideocultural da pós-modernidade e a produção de conhecimentos	58
2.3.1 A produção de conhecimentos em Serviço Social.....	59
2.4 Tendências temáticas na produção do conhecimento no serviço social: entre o (neo)conservadorismo e o marxismo?	62
3 O SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS.....	73
3.1 O Serviço Social na produção de conhecimentos: entre as expressões da modernidade	77
3.1.2 A Base Moderna do Serviço Social: entre o anti-moderno e o moderno a permanência do sincretismo?	79
3.2 O Serviço Social na produção de conhecimentos: hegemonia marxista e ofensiva da literatura pós-moderna	83
3.3 Tendências atuais da produção de conhecimento: apontamentos de um estudo	88
3.4 A tendência teórica na atualidade no Serviço Social	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICES.....	110

INTRODUÇÃO

“A vida é a essência simples do tempo, que nessa igualdade consigo mesmo, tem a figura sólida do espaço.” (F. Hegel)

A produção de conhecimentos é fruto de determinantes histórico-sociais e da ação da humanidade, no caso do Serviço Social, sobretudo, dos sujeitos da profissão. Esta jaz assim inscrita nos marcos do espaço-tempo.

Isso significa demarcar que, durante o processo de proposição, estudo, elaboração, reelaboração, apresentação e correção essa pesquisa e essa dissertação foi fruto de um determinado período, período este repleto de contradições e de crise política no Brasil. Não é pouco destacar que em 2016 vivemos a consolidação da crise do modelo petista-lulista de governar, crise esta aflorada a partir de um golpe de Estado, que alimenta o conservadorismo no país, à perseguição ao pensamento crítico e ao marxismo. Não que esta “perseguição” tenha deixado de existir, mas é inegável que esta aflorou. Eu poderia destacar outros momentos marcantes desse ano: vitória de Trump nos Estados Unidos, aumento da jornada de Trabalho na França, contrarreformas mais acentuadas no Brasil entre outros. Mas o que vale destacar aqui é que no período entre estudo elaboração e apresentação, nem como a exposição para o público, muitos processos ocorreram, e por isso mesmo alguns deles não estão possivelmente na análise como momentos em si.

Também em 2016, o Serviço Social completa 80 anos de história, destes uma parte considerável inscrita no conservadorismo – cerca de 40 anos! –; uma parte lavrada na(s) ditadura(s); e, uma mais recente escrita na democracia e na consolidação da razão crítica. Acredita-se que esse “trânsito de ideias” em um curto espaço de tempo – no âmbito do pensamento/prática – marca uma característica fundamental do Serviço Social: o ecletismo/sincretismo, mesmo que atualmente sob a hegemonia da razão crítica.

A recente inserção do Serviço Social na direção crítica não o coloca em posição subalterna, ao contrário. Mesmo sendo relativamente recente a produção de conhecimentos do Serviço Social e, ainda mais recente, sua opção pela teoria crítica, cada vez mais a profissão se torna uma referência para o pensamento social,

ultrapassando, não de hoje, os debates que envolvem a profissão, e, contribuindo de forma qualitativa para o marxismo no Brasil e na América Latina.

Considerando a relevância da produção de conhecimentos para o Serviço Social brasileiro, trata-se, com certeza, de uma esfera constitutiva da profissão, que galgou, a passos largos, densidade e consolidou a profissão, como também, construiu uma “área de conhecimento”.

O interesse investigativo sobre esta temática constitui parte da minha trajetória acadêmica. A produção de conhecimentos foi objeto do meu Trabalho de Conclusão de Curso, na Graduação em Serviço Social, intitulada *Estado da Arte da Política de Saúde no Serviço Social*, assim como, registro a minha participação na pesquisa *Análise do Processo de Produção do Conhecimento do Serviço Social no Brasil: a hegemonia do legado da Modernidade à ofensiva da Pós-Modernidade*. Em ambos trabalhos, a orientação da Prof.^a Dr.^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida, sendo este último a sua pesquisa do CNPq (2011-2016).

A justificativa por essa temática ainda vai além quando este trabalho investigativo busca compreender os impactos da crise e das transformações societárias no âmbito do pensamento, e deste, no Serviço Social brasileiro.

É evidente que o século XXI, nem de longe, será uma repetição - embora as vezes, apareça como farsa/tragédia - do século XX. (PIKETTY, 2014). Passou-se, já nesse florescer do século, por uma ampla e profunda crise do capital, por processos de guerra, imigrações, exacerbação da violência, Estado penal e aumento gigantesco da desigualdade social em nível mundial.

No Brasil, não só os impactos econômicos - mesmo que tardios - da crise internacional, desemboca em uma profunda crise política, já anunciada em junho de 2013, nos chamados “movimentos de junho”. Ocorrem, no país, no mesmo momento desta pesquisa, ameaças à democracia e ao Estado democrático de direito – princípio básico do liberalismo/burguês, mas, amplamente inaceitável para parte da elite nacional – e, uma onda claramente conservadora e fascista, que toma de assalto às ruas e o Congresso Nacional... uma conjuntura tão complexa e árdua da luta de classes no país que marcará, certamente, as próximas décadas, e obviamente, o pensamento social inscrito neste país, afinal, em tempos de crises, buscam-se respostas!

Cabe destacar que esses processos devem ser analisados sob a perspectiva que envolve o sistema capitalista e suas contradições, em que a sua

ofensiva não é só econômica - crise e reestruturação do mundo do trabalho -, mas também cultural e ideológica, que influenciam diversos sujeitos coletivos e sistemas de saber, pensar e agir.

Não se entende que este momento signifique um novo sistema social ou um “novo capitalismo” que foi superado com a derrocada da rigidez fordista, mas, que pelo contrário, a realidade contemporânea se mostra mesmo com o processo de amadurecimento da ordem burguesa, na qual seu discurso econômico é baseado na acumulação flexível, e, a esfera cultural se funda nas diversas colorações da já em exaustão pós-modernidade.

Esta investigação parte da hipótese de que a partir da década de 1970 ocorrem profundas transformações na sociabilidade burguesa e do Capital, essas transformações colocam à prova a hegemonia do paradigma da Racionalidade com a instauração de uma chamada sociedade pós-moderna e de “acumulação flexível”. Assim, a razão moderna perde espaço para a primazia da subjetividade, do efêmero e da relativização metodológica.

Esse cenário, de fortes contradições e transformações sociais, engendra uma série de mudanças no marco da vida social como um todo: na economia, na política, na cultura, etc. Como um cenário com múltiplas determinações, impacta na “filosofia de nosso tempo” e forja uma série de interpretações, que se sustentam desde o pensamento social moderno, assim como o chamado pós-moderno, e ainda, entre si, com várias nuances e extensiva diversidade de teses e análises.

Essas análises buscam analisar as transformações e mudanças ocorridas, principalmente no último quartel do século XX e início do século XXI, e, procuram construir, ou mesmo “desconstruir” – na perspectiva pós-moderna de Derrida (2007) -, formas de analisar e elucidar a cena contemporânea, procurando responder quem é o sujeito ou não das transformações em curso, as prioridades, os objetivos, as justificativas, dentre outros.

Entre as principais teses, evidenciam-se as do campo marxista que identifica esse período como a *mundialização do capital* (CHESNAIS, 1996); como um período de *acumulação flexível* (HARVEY, 2014); ou mesmo como *produção destrutiva* (MÉSZAROS, 1997). As análises que dialogam com o movimento pós-moderno colocam esse período como *modernidade líquida* (BAUMAN, 2001), como transição pós-moderna e falência da modernidade (SOUZA SANTOS, 1997); ou mesmo como

a emblemática deslegitimação das metanarrativas em a *condição pós-moderna* de Lyotard (1979). Para citar as que mais foram trabalhadas e são as mais conhecidas.

Estas mudanças são fundamentais para o nosso percurso, pois o Serviço Social está totalmente envolto na dinâmica societária capitalista, ou seja, se a profissão é um produto/expressão sócio-histórico da sociedade de classes, as transformações societárias devem ser fulcrais para a compreensão da profissão em sua totalidade.

Este trabalho investigativo se coloca no âmbito da razão crítica e crítico à chamada pós-modernidade, que se apresenta negando a razão, a verdade e a modernidade, com a perspectiva na priorização do micro e em relativizar metodologias. Parte-se, assim, do pressuposto que a pós-modernidade é a conformação cultural da maturação da ordem burguesa, e, por isso mesmo, em essência é moderna, mesmo que disfarce.

É esse pensamento que embala uma análise central deste trabalho, a pós-modernidade é um “espírito do tempo”, tradução do termo alemão *Zeitgeist*, termo mais conhecido através do filósofo Hegel que, em suma, significa *o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo*.

Essa análise da pós-modernidade busca contemplar as de alguns autores, cada qual a sua maneira, concebe a pós-modernidade como fruto de um tempo, a exemplo de Jameson (2007), Eagleton (1998) e Harvey (2014).

De modo a compreender como a pós-modernidade influencia a produção de conhecimentos no Serviço Social, este estudo embasou-se no avanço da pós-modernidade de forma tímida na profissão, e, quando esta adentra, ocorre sobretudo, pela via do ecletismo/sincretismo.

Em termos metodológicos, esta pesquisa adota o estado da arte mediante uma leitura histórico-crítica marxista ao investigar a perspectiva de totalidade da produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro, inserida no pensamento social contemporâneo, traduzido nas contradições da dinâmica da sociedade tardo-capitalista. “A metodologia do estado da arte apresenta um recorte totalizador, em que se articulam as dimensões históricas, teórico-metodológicas, sócio-políticas e culturais que perpassam a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro” (ALMEIDA, 2015, p. 36) na conjuntura dos anos 2000.

A estrutura deste trabalho encontra-se, didaticamente, disposta em três capítulos. No primeiro, analisa-se a crise como fio condutor da discussão e marco fundamental para uma série de transformações societárias, seus reatamentos na vida social, bem como no pensamento social. No segundo capítulo, faz-se uma retrospectiva histórica da modernidade, em seguida, retoma-se o papel da crise e da derrocada do fordismo, com o advento da acumulação flexível que, por seu turno, dá base para o pensamento pós-moderno, que influencia todo o pensamento social. E, no terceiro capítulo, insere-se de forma mais profícua o Serviço Social na atual conjuntura, as tendências que marcaram a profissão e os delineamentos contemporâneos que marcam a sua produção de conhecimento.

Conclui-se que o processo de produção de conhecimento é heterogêneo, diverso e com múltiplas determinações. Destarte, este trabalho embala-se no questionamento essencial de a quem serve e quais as perspectivas teóricas e analíticas da produção do conhecimento no Serviço Social.

No decorrer do trabalho, busca-se responder as seguintes questões de pesquisa: as recentes produções do Serviço Social revelam a atual crise de pensamento social? A pós-modernidade é uma ideologia? Em que proporção o Serviço Social se identifica com a pós-modernidade? O método em Marx ainda é hegemônico no Serviço Social? A pós-modernidade anima e se ancora no neoconservadorismo da profissão?

1 CRISE E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: AS EXPRESSÕES NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS

"A crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias, não para que o homem use as cadeias sem qualquer fantasia ou consolação, mas para que se liberte das cadeias e apanhe a flor viva. [...] A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões."

Karl Marx, Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.

São inegáveis as mudanças recentes que ocorreram no capitalismo em nível mundial. Essas transformações envolvem todos os aspectos da vida social, e assim, tanto no âmbito da produção como no da reprodução social. Esse processo que se inicia com a crise do capital expande-se na reestruturação do capital, que é tratado de forma ampla a partir da *Globalização*, mas, à luz da teoria social marxista, pode-se referir ao conjunto de tais mudanças como a *Mundialização do Capital*¹. (CHESNAIS, 1996).

Essa nova etapa do desenvolvimento do capitalismo mundial, que ocorre após a *crise sistêmica* da década de 1970, tem como pilar primordial de acumulação o capital rentista e financeiro, porém mantém ainda fortes vínculos com o capital industrial/produtivo. Nessa nova fase, onde o desenvolvimento alcançou níveis de nanotecnologia, de decodificação do genoma e outros grandes avanços de inovação científica e tecnológica, na mesma proporção, depara-se cada vez mais com altos índices de miséria e fome. Essa fase é marcada pela agudização das expressões da "questão social", e nesse sentido, destaca-se a banalização do humano e de aprofundamento do *estranhamento*.

No tocante à cena contemporânea, em termos de **tempo**, pode-se inserir essa crise no marco conjuntural das décadas 1970 e 1980, principalmente com a *crise do capital* de 1974-5, a *crise do Estado de Bem-estar Social* e as formas de saída dessa crise a partir: da *reestruturação produtiva*, inovação tecnológica através do toyotismo; da *ofensiva neoliberal*, com a saída ideopolítica representada nos

¹ É válido ressaltar que o capital enquanto relação social, já tem desde sua gênese e em seu desenvolvimento uma perspectiva de universalidade (e, por isso, o capitalismo é a universalização de capital), mas, neste trabalho investigativo, tratar-se-á como processo de *Mundialização do Capital*, entendido como o período de consolidação da hegemonia burguesa na sociedade contemporânea. Aprofundar-se-á esta discussão no tópico 1.1 deste Capítulo.

programas de governo de Thatcher, Reagan e Pinochet; e da *crise do socialismo real* (URSS) que tem como emblema a queda do muro de Berlim em 1989².

Em termos de **espaço**, esses aspectos envolvem principalmente a Europa Ocidental, os arcos dos países que compõem o bloco da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS), a ascensão do Japão e da China no cenário internacional, e o deslocamento e exportação de capitais para os países de Terceiro Mundo, com parte da América Latina e da África.

Nessa conjuntura, a hegemonia estadunidense perde força, porém não a hegemonia, e o que se configura é uma multipolarização em diversos blocos regionais, denotando um capitalismo contemporâneo que se espraia em *várias colorações*: os Estados Unidos apresentam o capitalismo neoliberal, a Europa o que resta do Estado de Bem-estar Social (*Welfare State*), a China com o capitalismo autoritário e na América Latina, o capitalismo populista. (ZIZEK, 2014).

Esse cenário, de fortes contradições e transformações sociais, engendra uma série de mudanças no marco da vida social como um todo: na economia, na política, na cultura, etc. Como um cenário com múltiplas determinações, impacta na “filosofia de nosso tempo” e engendra uma série de interpretações, que se sustentam desde o pensamento social moderno, assim como o chamado pós-moderno, e estes ainda entre si com várias nuances e extensiva diversidade de teses e análises.

Essas análises buscam, assim, analisar as transformações e mudanças ocorridas principalmente no último quartel do século XX e início do século XXI, e procuram construir, ou mesmo “desconstruir”, formas de analisar e elucidar a cena contemporânea, tentando responder quem é o sujeito ou não das transformações em curso, as prioridades, os objetivos, as justificativas, dentre outros.

Entre as principais teses, destacam-se as do campo marxista que identificam esse período como a *mundialização do capital* (CHESNAIS, 1996), *acumulação flexível* (HARVEY, 2014), *produção destrutiva* (MÉSZAROS, 1997), dentre outras. E as análises que expressam o movimento pós-moderno ao imputar esse período

² No tocante aos marcos societários que foram fundamentais para o processo de *restauração do capital*, obviamente os citados acima seriam insuficientes do ponto de vista econômico, político e cultural, tendo em vista que representam principalmente de certa forma uma visão “ocidental”. Outros tantos fatos foram e são importantes, e tem forma direta ou não com esses, como o Estado de Israel, o alavancar da China e do Japão do capitalismo internacional dentre outros, mas estes foram citados por compreensão de que exercem um papel crucial e universal nas mudanças do movimento do capital.

como *modernidade líquida* (BAUMAN, 2001), a transição pós-moderna e *falência da modernidade* (SOUSA SANTOS, 1997); bem como de autores que passaram pelo marxismo e hoje se consideram humanistas e críticos do capitalismo, como (SENNETT, 1996), a emblemática *condição pós-moderna* (LYOTARD, 1979), para citar algumas das mais conhecidas.

Neste Capítulo busca, em primeiro momento, pretende-se analisar os **impactos da crise na vida social e suas expressões na economia, cultura e ideologia**; analisar a **consolidação da hegemonia burguesa** através do processo de mundialização do capital, principalmente, pelo viés rentista e financeiro; iniciar as discussões sobre os **impactos culturais no modo de ser, pensar e agir** da humanidade a partir do caldo cultural que dá sustentação ao movimento pós-moderno com os impactos gerais no pensamento social e na produção de conhecimentos, sobretudo, no Serviço Social, e para tanto, relacionar o conhecimento e a hegemonia. Trata-se de uma introdução a essa temática, que será aprofundada em capítulo específico.

1.1 Antes da crise a glória? A regulação keynesiano-fordista como pacto moderno

Esse período de “crise estrutural”, ou mesmo “crise sistêmica” e/ou “orgânica” é vivenciado após um longo processo de expansão do capital. Previamente a essa crise, a sociedade ocidental, principalmente o eixo europeu, viveu a experiência de construção e consolidação do pacto fordista-keynesiano.

Os conhecidos “anos dourados” ou “30 anos gloriosos” (1945 a 1975) foram um período bastante singular. Com a devastação da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) e um saldo de milhões de mortos, assim como a necessária reconstrução da Europa, o pacto keynesiano-fordista parecia ser imprescindível e essencial para a conjuntura: de um lado, a necessária expansão do modelo industrial de Henry Ford estadunidense; de outro, um continente devastado e sem esperança de vida e desenvolvimento, onde milhões que não morreram precisavam reconstruir suas vidas. Assim, a regulação através do Estado parecia ser a “única” saída, especialmente tendo em vista a “ameaça” do “socialismo real” e das constantes disputas políticas que assolavam o continente por território.

O pacto keynesiano-fordista, em síntese, estabelecia a produção em massa e consumo em massa através do pleno emprego, forjando um pacto entre capital e trabalho. Trata-se de uma produção bastante verticalizada, “[...] onde se reduzia o tempo e aumentava o ritmo de trabalho”. (ANTUNES *apud* NETTO; BRAZ, 2008 p. 198). Esse pacto é a possibilidade de compatibilizar o capitalismo com bem-estar e democracia, conforme Maranhão (*apud* MOTA, 2009, p. 57):

Esses serviços públicos tinham objetivos bem claros: a) responder as reivindicações dos fortes movimentos operários que insurgiam na época; b) assumir os custos de reprodução da força de trabalho antes pagos exclusivamente com os salários dos próprios trabalhadores; c) oferecer alternativas de fundos de reserva públicos disponíveis para serem investidos em empreendimentos privados dos capitalistas (principalmente na produção e compra de bens de capital que impulsionaram várias inovações tecnológicas); d) liberar parte do salário dos trabalhadores para serem gastos com bem duráveis, principalmente automóveis, que nesta época se transformaram na mola de expansão da acumulação do capital; e) e, finalmente, mas não menos importante, oferecer barreiras ideológicas à expansão do socialismo do Leste que, nesta época, se coloca como grande ameaça à sociedade capitalista.

Esse período provocou na sociedade, além da constituição da “sociedade salarial”, fortes mudanças na cultura e na sociabilidade. Com isso, não se tratou apenas de uma mudança no plano econômico, mas também na criação de uma nova hegemonia³ a partir de uma articulação com diversos setores sociais:

[...] o crescimento fenomenal da expansão pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade e trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta. (HARVEY, 2014, p. 125).

A perda de hegemonia do fordismo não se trata apenas da forma de produzir e trabalhar, mas de todo o sistema político a ele vinculado. É, nesse sentido, que o

³ Hegemonia é uma das principais categorias do marxista italiano Antônio Gramsci, em síntese, um misto de força e consenso, ou seja, uma coerção “[...] sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento”. (GRAMSCI, 2008, p. 75).

italiano Antônio Gramsci destaca que a hegemonia “nasce na fábrica”, porque segundo esse autor, o modo de viver e trabalhar, principalmente o fordismo, constrói e necessita de uma “nova ideologia”, nesse caso o “americanismo”, formando o aparato sociocultural da sociedade. Para o autor “[...] a hegemonia nasce na fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários, profissionais da política e da ideologia”. (GRAMSCI, 2008, p. 38-9).

Se a hegemonia trata de um processo que envolve a sociedade, o Estado e as forças sociais em presença, ela tem uma forte ligação com o modo de trabalhar, que elabora a partir de uma “reforma intelectual e moral” um modo de ser, pensar e agir coerente com esse modo de produzir.

O fordismo, e nesse aspecto, aliado ao keynesianismo, significou assim mais do que uma forma de produzir riqueza, mas sim, um modo de vida em sua totalidade, o que implica uma nova estética e cultura impregnadas por uma “nova racionalidade”, principalmente no que tange a uma perspectiva funcionalista baseado deveras na demanda efetiva.

A partir da crise, ficou evidente a incapacidade do fordismo em conter as contradições inerentes ao capitalismo. Essas dificuldades são apreendidas desde a rigidez e dos investimentos em capital fixo. A saída para tal crise foram as mudanças no Estado e no controle do trabalho, materializado, maiormente, na inovação tecnológica e na dispersão geográfica para acelerar o tempo de giro do capital ao mesmo tempo que reduz o tempo de giro do consumo. (HARVEY, 2014).

Com a crise e esgotamento do modelo fordista, ocorrem diversas mudanças e expressões na cultura, na forma de vida, sobretudo na perspectiva da subjetividade. Com a mudança para o modelo toyotista, dito “pós-industrial” ou “pós-fordista”, uma série de expressões, como uma nova “racionalidade”, passa a dar lugar à construção de um “novo homem” para um “novo modo de produzir”, ou como anunciam alguns autores, de “colaborar”.

Conforme Netto e Braz (2008), com a chegada ao fim dos “anos dourados” se configura uma restauração do capital e, na avaliação desses autores, tais respostas utilizam uma estratégia articulada pelo seguinte tripé: *reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal*.

Em síntese, com o esgotamento do padrão fordista, cuja principal expressão é a crise da década de 1970⁴, se faz necessário uma restauração do capital (BRAGA, 1996), e, como tal, uma “nova” forma de produzir riqueza, gerando a necessidade de uma nova consciência, de um novo sujeito.

O fordismo-keynesianismo, que representa um pacto entre capital e trabalho, se esgota juntamente com o seu contrário, o chamado “socialismo real”, que logo após entra em uma profunda crise econômica e política, acarretando um fortalecimento do capital que, mesmo com a crise, consegue se manter em fortes pilares ideológicos, apoiados no neoliberalismo e na reestruturação produtiva.

1.2 Crise do capital e transformações societárias

As crises são inerentes à lógica do Capital. Portanto, falar em crise é falar de uma parte de um processo cíclico e orgânico de acumulação do capital, que não possui somente uma dimensão econômica, mas também aspectos político e cultural. As crises apresentam duas principais facetas na sociedade: de um lado, perda de lucro, assim como perda de trabalho e diminuição do salário; de outro, expressa-se também como um momento de reciclagem e renovação da produção e reprodução da vida social, principalmente a partir da inovação tecnológica e na atualização da hegemonia, a depender da correlação de forças.

As crises são elementos fundamentais para pensar as transformações⁵ na sociedade e os impactos trazidos para o crescimento econômico para uns, e o desenvolvimento social, para outros. Em se tratando da perspectiva adotada neste trabalho, destaca-se como marco temporal e que traz inúmeras transformações à crise da década de 1970, que se trata de um divisor de águas em termos de tempo, espaço e relações sociais, por se tratar de uma *crise sistêmica*, e, por isso mesmo,

⁴ Mas, conforme nos lembra Alves (2012, s.p.) “[...] desde fins da década de 1960, a luta social, sindical e política visava dar resposta a crise geral do sistema (por exemplo, o maio de 1968 é sintoma do apodrecimento do capitalismo fordista) ”.

⁵ Mas é válido ressaltar que, mesmo sendo a crise da década de 1970 um marco temporal para este trabalho, consiste em uma crise que mudou significativamente os marcos do capital e as mudanças no seio do capital são inerentes à sua lógica. Nesse aspecto, Almeida (2011) destaca três principais transformações capitaneadas pelo Capital em conjunturas diferentes: 1) na formação, expansão e consolidação do processo de industrialização mediante a ação do Estado; 2) as transformações societárias do processo de formação e expansão do capital financeiro; 3) e, por último, as transformações que iniciam nos anos 2000, com os primeiros indícios da crise do capital global.

uma crise que envolve “*toda a estrutura da ordem do capital*”. (NETTO, 2012, p. 415.). Esse autor acrescenta ainda:

Foram as profundas transformações societárias emergentes desde a década de 1970, que redesenharam amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo – está claro que, planetarizado, esse capitalismo apresenta traços novos e processos inéditos. (NETTO, 2012, p. 416)

O processo e os impactos da “crise sistêmica” da década de 1970 abalaram, principalmente, a “sociedade de tipo ocidental” que vivenciou uma das mais profundas crises econômicas. Conhecida como a “crise do petróleo”, esta iniciou um forte processo de recessão/expansão econômica e mudanças na produção e reprodução da vida social.

Como também em outras crises, a crise da década de 1970 materializou-se com um processo de *restauração do capital*. (BRAGA, 1997). Esse processo de restauração trouxe impactos para além da economia e modificou as relações sociais, políticas e culturais, por requer um redimensionamento/redirecionamento da intervenção do Estado, e assim, de uma redefinição entre as relações do Estado, sociedade e mercado⁶.

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial, mas não exclusivamente nos países periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais. Quanto à “flexibilização”, embora dirigida principalmente para liquidar direitos laborais conquistados a duras penas pelos vendedores da força de trabalho, ela também afetou padrões de produção consolidados na vigência do taylorismo fordista. (NETTO, 2012, p. 417).

A crise é a categoria central que conduz a discussão deste trabalho investigativo para compreensão das transformações societárias que atingem também o pensamento. Afinal, ela é, na cena contemporânea, um determinante das

⁶ Para maiores detalhamentos das crises, e, mais especificamente, da crise da década de 1970, conferir Mota (2009).

condições objetivas em suas determinações históricas por partir do concreto e não de paradigmas pré-estabelecidos, assim, a crise é o fio condutor/ponto de partida para analisar a sociedade atual⁷.

Na compreensão da crise, o italiano Antônio Gramsci, assevera que a crise existe na relação da economia com a política, o que não significa em alguma hipótese uma dedução direta entre economia e política, mas sim um forte vínculo. A chave explicativa seria a queda tendencial da taxa de lucro (BIANCHI, 2002) juntamente com a crise de hegemonia do Estado, configurando o que se denomina de uma *crise orgânica*.

Quando a crise econômica e a crise de hegemonia coincidem no tempo temos o que Gramsci chama de crise orgânica, uma crise que afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social. Para a eclosão dessa crise orgânica é preciso a coincidência dos tempos dessa crise de acumulação com o acirramento dos choques entre as classes, e no interior delas próprias entre suas frações. (BIANCHI, 2009, p. 36).

De acordo com Giovanni Alves (2012) a crise do capital da década de 1970 inaugurou uma nova temporalidade histórica que segue até os nossos dias, e, ainda destaca que nesses “trinta anos perversos” (1970-2010), “[...] o capitalismo financeirizado, toyotista, neoliberal e pós-moderno levou a cabo uma das maiores revoluções culturais da história. ” (ALVES, 2012, s. p). No âmbito do pensamento, “[...] o pós-modernismo e o neopositivismo permearam a reestruturação cultural.” (Ibidem).

Na verdade, sob a crise estrutural do capital, a produção de valor descolou-se do processo de valorização efetivo. Num cenário de superprodução/sobreacumulação/subconsumo, a dinâmica capitalista não consegue operar efetivamente a produção de valor (D-M-D’), mantendo, deste modo, o processo de valorização sob a forma fictícia. É claro que ocorrem investimentos produtivos e expande-se a produção de mercadorias mais do que nunca. Entretanto, mesmo com a reestruturação produtiva do capital e a precarização estrutural do trabalho, o retorno da massa de capital-dinheiro investido está aquém das necessidades de valorização do capital acumulado. (ALVES, 2012, p. 1).

De acordo com David Harvey (2012) as crises advêm das dificuldades em absorver os excedentes do capital de forma lucrativa, e, desse modo, as crises

⁷ Vale ressaltar que a temporalidade da crise econômica não é necessariamente expressa da mesma maneira na política e na ideologia.

conformam-se de “crises de sobreacumulação”. Esse autor, sempre afinado com o seu tempo, na obra *O enigma do capital* (2012), faz uma densa análise da crise, do histórico dela e, inclusive, a reatualiza constantemente, a exemplo, a recente crise de 2008. Para Harvey (2012), é necessário reconhecer que o capital nunca resolve suas tendências de crise, mas sim, as move de lugar. Nesse entendimento, segue a longa citação desse autor:

E ele as move num sentido duplo, ele as move de um tipo de problema para outro. Por exemplo, pode haver problemas no mercado de trabalho, uma crise do poder do trabalho com relação ao capital, que depois é resolvida pela financeirização ou outras medidas, que tiram o poder do trabalho somente para deixá-lo com mais problemas no mercado. Há muitas maneiras diferentes de como a crise pode ser apresentada, e eu acho que o que nós estamos vendo, nos últimos cinco anos, tem sido um deslocamento, cada vez mais rápido, de um setor da economia para outro. Por exemplo, começa no mundo do consumo, com problemas de habitação, depois vai para o setor financeiro, e, depois do setor financeiro, para uma crise de dívida soberana de alguns estados-nação. E depois, uma maneira de como essa crise pode ser transferida, é de volta para o setor bancário, se as dívidas soberanas não puderem ser resolvidas. Mas, no lugar de fazer isso, a gente obtém uma política de austeridade, que empurra a crise para as pessoas, para o povo. Então, vocês veem esse movimento da crise ao longo do tempo. Mas ela também está se movendo no sentido geográfico [...]. (HARVEY, 2012, p. 1).

Evidencia-se que a crise traz fortes impactos no chamado “mundo do trabalho”, sendo os mais visíveis a precarização e o desemprego, e, ambos geram um clima de insegurança e instabilidade econômica e também política, acirrando as contradições existentes entre capital e trabalho, ao mesmo tempo, que se torna invisível o caráter exploratório do trabalho através de estratégias de consenso e de adesão ideológica.

Ocorre, assim, uma verdadeira mudança no mundo do trabalho, e igualmente do capital, onde somada à crise econômica, à crise política e de “paradigmas” causam diversas interpretações sobre a cena contemporânea.

No âmbito do sistema capitalista e da sua economia-mundo, instala-se muito mais do que uma crise econômica: estão postas as condições de uma *crise orgânica*, marcada pela perda dos referenciais erigidos sob o paradigma do fordismo, do keynesianismo, do *Welfare State* e das grandes estruturas sindicais e partidárias. (MOTA, 2009, p. 58)

Contudo, com a própria mudança do sistema do capital, as crises também ganham novos elementos, principalmente entre os anos 1990/2000, quando são destaques as crises financeiras (1987, 1996, 2001 e 2008) que, conforme Alves (2012, s.p), “[...] explicitam a lógica do ‘capitalismo das bolhas’, forma originária do sistema institucional-político da mundialização financeira. As crises financeiras traduzem no plano da objetividade contraditória do sistema, a fenomenologia da crise estrutural do capital. ”

Na busca da compreensão dessa “transição”, existem diversas análises que ora se passa a destacar, entre autores estrangeiros e que não se consideram marxistas, destacaremos Castel (1998) e Sennett (2005), que são de campos diversos do pensamento social, mas que de uma maneira ou de outra apontam para os significativos impactos das transformações ocorridas no marco recente do capital.

Uma análise de grande contribuição histórica é a de Robert Castel. Esse intelectual francês na obra “As Metamorfoses da Questão Social” (1998), faz uma análise histórica das políticas sociais, especialmente as de assistência, até chegar às mudanças ocorridas com o desmonte do *Estado providência* e da *derrocada da sociedade salarial*. Em síntese, Castel mostra que ocorre na atualidade a perda de referência e de regulação a partir do trabalho, e, no lugar deste, ocorre uma substituição por uma “integração”, acarretando uma “sociedade dos desfiliaados”, emergindo, desse modo, uma “nova questão social”.

A análise de Castel (1998) traz uma contribuição deveras importante, e que inclusive coloca para o pensamento moderno questões relevantes e atuais. Sem dúvida, com a mudança do padrão fordista para o toyotista, a sociedade salarial foi deslocada para a sociedade de “serviços” e de vínculos e temporários, gerando uma “exclusão social”, e, da mesma maneira o Estado Social se retrai para uma ampliação de ofertas de serviços privados.

A outra análise é a abordada por Richard Sennett (2005), definida como a “cultura de um novo capitalismo”. Para esse sociólogo norte-americano, a questão central hoje trata do consumo. Na perspectiva desse autor, o consumismo exacerbado e sem uma verdadeira razão social leva a um individualismo sem precedentes, no qual os cidadãos se tornam consumidores e buscam “transações únicas”, e, nessa busca, acabam dissolvendo um projeto comum.

Para Sennett (2005, p. 01), as pessoas andam “[...] demasiado preocupadas e inquietas, muito pouco resignadas com seu próprio destino incerto”. Sentem falta,

portanto, de novos valores que as ajudem a enfrentar a nova realidade. "Precisam, em suma, de uma cultura", afirma o autor, e complementa: "porém não a encontram." (Ibidem)

Com certo "ceticismo", Sennett afirma que suas análises buscam mergulhar em um modo de vida cada vez mais superficial, um mundo de sujeitos isolados, enfadados e aflitos pela pressa. Conforme o autor "Muitos acham que a globalização é apenas mais um capítulo na história do imperialismo [...], no entanto, acho que é um novo sistema, que funciona de forma diferente." (SENNETT, 2005, p. 01)⁸.

Na perspectiva marxista, que em sua pluralidade possui algumas tendências na análise sobre a crise, e que são dos autores do Serviço Social brasileiro evidenciam-se aqui duas delas, Iamamoto (2011) e Netto (2012) que adensam uma análise da crise a partir do real e da crítica a partir da economia política.

Iamamoto (2011) afirma que a atualidade é marcada pela predominância do *capital fetiche*, que agudiza as expressões da "questão social", em que ocorre uma prevalência da mercadoria e uma banalização do humano, e assim, não afirma que existe um "novo capitalismo", mas sim, um aprofundamento das contradições entre o capital e o trabalho. Nesse sentido, essa autora destaca que no quadro atual:

[...] os dilemas do trabalho e da satisfação das necessidades sociais são obscurecidos, em favor das mercadorias e do dinheiro, enquanto produtos do capital. A hipótese analítica, é que o resultado desse processo conduz à banalização da vida humana, que se encontra na raiz da *questão social* na era das finanças, na qual o capital, em luta contra a sua crise, torna-se um "espectro de si mesmo", como anota Finelli (2003), parafraseando Marx: oculta e dissimula na sua superfície aparente e sedutora o processo inferior que o gera e reproduz. (IAMAMOTO, 2011, p. 21).

Essa autora ainda assevera que todas as facetas e transformações sociais do capitalismo contemporâneo – desemprego, cultura pós-moderna, individualismo, reestruturação produtiva, etc. – quando tratadas de forma particular podem obscurecer a real razão que as motiva. Conforme a autora, todos esses processos devem ser tratados em uma categoria na perspectiva de totalidade, através do processo de *Mundialização do Capital*, conforme Chesnais.

Na mesma perspectiva, Netto (2009) afirma o que ocorre na atualidade são novas expressões da "questão social" onde a intensificação da exploração é a sua

⁸ Em entrevista concedida ao jornal *Valor*. Cf: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/5565-o-triunfo-da-superficialidade-richard-sennett-denuncia-o-novo-capitalismo>>

razão de ser. Em outro aspecto, Netto (2012) questiona a tese da “sociedade do consumo”, mas reconhece a *cultura de consumo* presente na sociedade do tardo-capitalismo, advindas da incorporação das características da mercadoria, nos termos de Marx, de *fetichização*.

A dinâmica cultural do capitalismo contemporâneo, o tardo-capitalismo, é parametrada por dois vetores, de natureza econômico-política e técnica: a translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural (criação/produção, divulgação, fruição/consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos meios eletrônicos (a televisão, o vídeo, a multimídia). Essa cultura incorpora as características próprias da mercadoria no tardo-capitalismo: sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediatividade reificante. Embora à sociedade burguesa contemporânea não caiba legitimamente a identificação como uma “sociedade de consumo”, a cultura que nela hoje se afirma é uma cultura de consumo: ela cria a “sensibilidade consumidora” que se abre à devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e ideais - e, nela, a própria distinção entre realidade e representações é esfumada: promove-se uma semiologização do real, em que os significantes se autonomizam em face dos referentes materiais e, no limite, se entificam. (NETTO, 2012, p. 419).

É no sentido apontado por Iamamoto (2011) e Netto (2012) que se identifica a chave de interpretação para análise do capitalismo contemporâneo. A partir dessa acepção, explicita-se, no próximo tópico deste Capítulo, o processo de *mundialização do Capital*, embasado na obra de Chesnais (1995), em que se analisa esse processo e suas expressões. Da mesma maneira, levanta-se a perspectiva de David Harvey (2014) que afirma, na atualidade, ocorrer um processo de “*acumulação flexível*”, cujo processo dá sentido à expressão e *caldo cultural* ao pensamento pós-moderno.

1.3 Crise e Mundialização do Capital: a consolidação da hegemonia burguesa e o caldo cultural da pós-modernidade

Conforme aludido anteriormente, são amplas as variantes do redimensionamento e da restauração do capital pós-crise da década de 1970, e sobre esse aspecto, tem uma vasta literatura derivada das mais diversas fontes. Muitas vezes, essas expressões são tratadas em suas formas particulares/micro,

principalmente com a influência do pensamento pós-moderno. O que, de início, cabe evidenciar é que todas essas expressões são partes de um processo maior (societário), e que pensar a pós-modernidade é pensar a lógica do capitalismo contemporâneo, que se traduz no contexto da mundialização do capital a partir da noção de “*capital fetiche*”, sendo esta entendida, por seu turno, como uma estratégia pós-crise sistêmica do Capital. Iamamoto (2011, p. 144) elucida as múltiplas determinações que determinam esse contexto:

O que se pretende insinuar é que a mundialização financeira sob suas distintas vias de efetivação unifica, dentro de um mesmo movimento, processos que vêm sendo tratados pelos intelectuais como se fossem isolados ou autônomos: a “reforma” do Estado, tida como específica da arena política; a reestruturação produtiva, referente às atividades econômicas empresariais, e à esfera do trabalho; a questão social, reduzida aos chamados processos de exclusão e integração social, geralmente circunscritos a dilemas da eficácia da gestão social; à ideologia neoliberal e concepções pós-modernas, atinentes à esfera da cultura. Sem desmerecer as particularidades dos processos econômicos, políticos e ideológicos – que não podem ser embaçadas –, o que se olvida e obscurece é que o capitalismo financeiro integra, na expansão monopolista, processos econômicos, políticos e ideológicos [...].

Chama-se atenção para a relevância dessa análise de Iamamoto (2011) sobre o processo de mundialização do capital que engloba na totalidade uma série de outros processos que envolvem expressões na economia, política e cultura, e que, comumente, sobretudo, no pensamento pós-moderno, são tratados de formas particulares, fragmentadas e relativizadas, sem analisar tais processos como parte de um todo: a lógica do capital.

Nessa direção, torna-se necessário discernir sobre o processo da Mundialização do Capital, o que é e quais suas expressões na sociedade contemporânea, referenciando-se além de Iamamoto (2011), às análises de François Chesnais (1995), Giovanni Alves (2012) e David Harvey (2014).

Segundo Chesnais (1995) a expressão “*mundialização do capital*” corresponde exatamente ao conteúdo do termo norte-americano “globalização”.

A mundialização do capital é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e

democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. (CHESNAIS, 1995, p. 34)

Cita-se como marco histórico da “mundialização do capital”, o período pós- crise da década de 1970, e, em termos de território, o processo de “desenvolvimento” de países como o Japão, China, América Latina e parte do Oriente (os “tigres asiáticos”). Essa necessária expansão ocorreu por uma necessidade de tornar o capital, e, assim, o mundo, a “sua imagem e semelhança”. Conforme Alves (s.d., p.2) assevera:

A "mundialização do capital" é, antes de tudo, decorrente de determinações políticas. É essencial levarmos em consideração, ao mesmo tempo, o *político* e o *econômico*, para que possamos compreender a verdadeira natureza da mundialização do capital. Na verdade, uma acumulação predominantemente rentista, reflete *mudanças qualitativas nas relações de força política entre o capital e o trabalho, assim como entre o capital e o Estado, em sua forma de Estado de Bem-Estar*. O marco histórico da "mundialização do capital" é a recessão de 1974-1975, o início desta "longa crise rastejante". A partir daí o capital procurou, de todas as formas, romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações dentro das quais se achava possível prendê-lo com a ilusão de poder "civilizá-lo". O capital teve êxito, apesar de modo bastante desigual, conforme cada país. (Grifos do autor)

Com a regulação estatal promovida pelos principais Estados Sociais da Europa e o New Deal estadunidense, a força de trabalho passou por um processo, guardadas as devidas proporções, de “valorização”. Esse processo garantia o lucro (ou superlucros) do capital e atingia-se com o “Estado social”, uma certa *desmercadorização* (ESPING-ANDERSEN, 1991) das políticas sociais.

Esse “equilíbrio” ou “pacto social”, afiançado pela regulação do capital e do trabalho, chegou ao esgotamento por vários motivos, o principal foi a crise da década de 1970, quando se tornou inviável aliar as políticas sociais ao pleno emprego. Uma forma de sair dessa crise foi à *reestruturação produtiva*, ao se inovar a tecnologia e à forma de acumular capital. Em síntese, resultou no advento do modelo toyotista, que coloca a *acumulação* de forma mais *flexível* (HARVEY, 2014) em substituição da rigidez fordista. E no plano da regulação estatal, incide uma minimização com os gastos sociais e inicia-se a ofensiva neoliberal.

Em termos comparativos, a análise de Harvey (2014) aproxima-se da crítica de Chesnais (1995) que contribuem de forma relevante e expressão no âmbito do

pensamento marxista. A definição de Chesnais sobre a *mundialização do capital* encontra em Harvey a denominação de *acumulação flexível*, que:

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisão privada e pública se estreitaram [...]. (HARVEY, 2014, p. 140).

Os intelectuais brasileiros Netto e Braz (2006), na mesma perspectiva, afirmam que esse período que, outros autores conceituam como “pós-fordismo”, se caracteriza pela desterritorialização da produção, que acentua o caráter desigual e combinado do capitalismo e é marcado pela inovação tecnológica da “terceira revolução industrial”. Esse período coloca em questão o que sempre foi necessário à lógica do capital: o controle da força de trabalho. No tocante ao trabalho, tornou-se cada vez mais qualificado e polivalente e, melhor gerenciado, processando uma reciclagem dos métodos rígidos do fordismo.

O toyotismo conforma-se como uma gerência científica da força de trabalho, e de igual modo, um maior controle para a valorização do capital. Segundo Santos (2007), esse controle se torna mais eficaz a partir da ofensiva ideológica. Se no pacto keynesiano-fordista a força de trabalho estava valorizada, por atingir uma parte dos superlucros dos capitalistas, outra saída da crise do capital é buscar força de trabalho mais barata, e, dessa maneira, expandir o capital subentende buscar sua restauração/equilíbrio na procura de uma maior acumulação. Um dos caminhos utilizados nesse sentido foi os investimentos nos países *subdesenvolvidos*, onde a industrialização era incipiente e a força de trabalho barata, principalmente pela marca da forte desigualdade social histórica, advinda dos países “abaixo da Linha do Equador”.

Com a expansão do capital e todo esse contexto de *deslocamento* da força de trabalho, confere um caldo cultural a ponto de alguns intelectuais (CASTEL, 1995; GORZ, 2005; RIFKIN, 2004) afirmarem o “fim” da sociedade salarial e do trabalho. Porque o centro do mundo perde uma série de empregos enquanto o

terceiro mundo se industrializa⁹. “[...] uma verdadeira ‘onda migratória’ à procura de novos mercados de trabalho. ” (SANTOS, 2007, p. 20).

A mundialização do capital não envolve mudanças apenas de ordem econômica, conforme se elucidou neste tópico, se trata de um processo global, que não versa somente no capital financeiro, obviamente, este tem uma hegemonia, mas também uma amálgama com o capital produtivo, assim como com as decisões dos Estados Nacionais. Nesses termos, assevera Iamamoto (2011, p. 108):

A mundialização do capital está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. Esses grupos assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras (bancos, companhias de seguro, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos), que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais.

Decerto, há uma série de mudanças, restaurações e resignificações de toda a vida social que ocorre nesse espaço de tempo dos últimos 40 anos, todas essas mudanças necessitam de um “suporte ideológico”, que promove o que Sousa Santos (*apud* BEHRING, 2009) chama “a confusão dos espíritos”. Essa nova realidade sociocultural intensifica a perda de sentido de realidade, da alienação e do *estranhamento*¹⁰. Segundo Behring (2009, p. 79), essa conjuntura

⁹ Sem dúvida, ocorreu uma série de mudanças no mundo do trabalho, e inclusive ocorre na atualidade um *desemprego estrutural*. Porém há de considerar que em se tratando de trabalho industrial, nunca se teve na história tantos trabalhadores industriais. Assim, é um engodo afirmar que ocorre hoje um fim do trabalho. Seja ele ou não industrial, há, na verdade, um deslocamento da utilização dessa força de trabalho para os países com mão de obra barata. Assim, ocorre na atualidade um processo de “desindustrialização”, tanto pela diminuição no centro do mundo como pelo fato do crescimento do capital rentista e financeiro. Mas, é notório, que há, na atualidade, uma amálgama entre capital produtivo e rentista, que o tornam totalmente dependentes, e que o processo de desindustrialização está localizado nas economias maduras, enquanto os países de “terceiro mundo” tiveram um aumento de trabalhos industrializados, mesmo com as mudanças e deslocamento para o *setor serviços*. Em um artigo bastante interessante, Michel Roberts trata do assunto da desindustrialização. Segundo esse autor “[...] o mundo não está se desindustrializando. Globalmente, havia 2,2 bilhões de pessoas trabalhando e produzindo valor em 1991. Agora são 3,2 bilhões. A força produtiva global aumentou em 1 bilhão nos últimos 20 anos. Mas não houve desindustrialização globalmente. A desindustrialização é um fenômeno das economias capitalistas maduras. Não se dá nas economias capitalistas ‘emergentes’.” (ROBERTS, 2014, p.1). Mais sobre o assunto e sobre dados do setor serviços é válido conferir este artigo. Não se aprofunda, uma vez que não é o foco da discussão deste trabalho.

¹⁰ Estranhamento é uma categoria marxiana. Essa categoria é tratada por alguns intelectuais como similar a alienação, porém, diversos intelectuais defendem que na verdade existem diferenças entre ambas. A meu ver, ancorada na leitura dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos (MARX, 2010),

[...] chega ao limite do fetiche do reino universal das mercadorias, com sua transformação das relações entre homens em relações entre coisas, que oculta a natureza dos processos econômicos e sociais de dominação e exploração entre indivíduo, grupos e classes sociais. O ambiente do neoliberalismo potencializa o fetiche da mercadoria e a reificação, já que o caráter das relações sociais aparece ainda mais ocultado pelo espetáculo, pela difusão massificada do governo das coisas sobre os homens, com o que se aprofunda a alienação dos mesmos sobre sua condição material e espiritual.

Percebe-se que incide tanto uma mudança na forma de produzir, como uma “reforma intelectual e moral”. Desse modo, é necessário para esse aparato, um suporte ideológico e cultural que capture a subjetividade e reitere o consentimento. Esse processo, segundo interpretação da autora deste estudo, embasa o caldo cultural da pós-modernidade, este que nos termos de Jameson (2007) se trata da “lógica cultural do capitalismo tardio”.

A mundialização do capital, em suma, consolida a hegemonia do capital, e interfere fortemente na vida social, no modo de ser, pensar e agir, o que respalda tanto no trabalho profissional, nas suas áreas de intervenção e nos seus suportes de conhecimento, e da mesma maneira, na produção do conhecimento. (NETTO, 1995).

Já em 1996, José Paulo Netto, enquanto um significativo expoente da intelectualidade do Serviço Social, apontava que as transformações societárias em curso afetariam diretamente o conjunto da vida social, assim como o Serviço Social e as demais profissões, nas “[...] suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades etc.” (NETTO, 1995, p. 87).

Em torno das principais expressões da lógica contemporânea no plano ideocultural que o próximo subitem será tratado. Para tanto, parte-se do pressuposto de que o conhecimento e a produção de conhecimentos têm uma ligação com a

estranhamento tem uma noção diferente de alienação, pelos seguintes motivos: 1) Alienação (Entäusserung) e estranhamento (Entfremdung) são grafias diferentes, e desse modo, significados diferentes; 2) Alienação teria uma relação com a atividade própria e ineliminável do homem, enquanto Estranhamento significaria as insuficiências (históricas) para a realização do humano enquanto ser genérico. Nos termos de Jesus Ranieri (s.d, p.1), estudioso marxista do assunto: “[...] pode-se dizer que aquilo que Marx designa por alienação (ou exteriorização, extrusão, Entäusserung) tem a ver com atividade, objetivações do ser humano na história, ao mesmo tempo em que estranhamento, pelo contrário, compõe-se dos obstáculos sociais que impedem que aquela atividade se realize em conformidade com as potencialidades humanas, obstáculos que, dadas as formas históricas de apropriação do trabalho e também de sua organização por meio da propriedade privada, faz com que a alienação apareça como um fenômeno *concêntrico* ao estranhamento.”

hegemonia e que sofre, assim, uma série de mudanças a partir das transformações societárias ocorridas na cena contemporânea.

1.4 Conhecimento e hegemonia: a lógica ideocultural da pós-modernidade e a produção de conhecimentos

O conhecimento e a produção de conhecimentos têm uma relação intrínseca com a realidade social. Esses processos estão imbricados ao desenvolvimento da sociedade, em seus determinantes sócio-históricos, sua capacidade de produção e em sua totalidade social. Em suma, acompanham os marcos dos modos de produção da sociedade, principalmente o capitalista, atingindo seu auge.

A produção das ideias, das representações, da consciência, está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., e precisamente os homens condicionados pelo modo de produção da sua vida material, pelo seu intercâmbio material e o seu desenvolvimento posterior na estrutura social e política". (MARX; ENGELS, 2009, p. 31).

Como explicitado nos tópicos anteriores, diante dos limites históricos do capital, visíveis no contexto de crise econômica, o capital articulou uma ampla reorganização aos níveis da esfera da produção e das relações sociais, que significou a reestruturação produtiva da economia e da produção, bem como uma *redefinição dos mecanismos sociopolíticos e institucionais no tocante à reprodução social*. (MOTA, 2009).

Nesse entendimento, ratifica-se que existe um rebatimento na produção de conhecimentos que, por sua vez, impacta também o Serviço Social. Netto (1996) atenta para esses impactos na divisão sociotécnica, assim como no complexo teórico das profissões. Para esse autor, essas alterações profissionais derivam da "[...] intrincada interação que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático,

político e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão”. (NETTO, 1996, p. 89)

Essas transformações, apontadas por Netto (1996), traduzem-se em mudanças pós-crise de 1970, conforme aludido anteriormente, e esse autor já apontava em 1996, para essas mudanças em curso, bem como a expansão de um movimento pós-moderno no plano cultural. O autor destaca, mormente, a “retórica pós-moderna”, que não se trata de uma intencional mistificação produzida por acadêmicos, ou mesmo que esta simplesmente está a serviço do capital, mas se trata de na verdade de um “sintoma das transformações em curso na sociedade tardo-burguesa” que ao serem tomadas em sua imediatez se tornam funcionais à lógica ideológica e social do capitalismo e da mercadoria.

Já na década de 1990, Netto destacava a mudança do plano ideocultural, visto que o movimento pós-moderno se configura como um “espírito do tempo”, refletindo no Serviço Social, uma vez que o “[...] arcabouço ideopolítico do Serviço Social não escapa ao jogo de forças ideopolíticas que percorre a ordem burguesa”. (NETTO, 2006, p. 78).

O que se denomina de pós-modernidade, desse modo, é um amplo processo que reflete na cultura, no modo de ser e no pensamento social. Nesse campo, existe uma enorme diversidade de teses e interpretações, sendo deveras heterogêneo, especialmente nas inclinações políticas. No tocante às nuances e as diversidades desse campo, tratar-se-á no Capítulo a seguir, o que cabe destacar neste subitem, é que a pós-modernidade tem uma relação com a “crise de paradigmas” e, sobretudo, com a “falência do programa da modernidade”, em relação intrínseca com o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Em fins do século XX deslança-se um conjunto de profundas transformações societárias urdidas pelo grande Capital que põe em cheque a hegemonia do paradigma da Racionalidade mediante a instauração de um novo padrão societal: a sociedade pós-moderna ou pós-industrial. Nesse contexto, revigora-se o paradigma pós-moderno – também conhecido como o paradigma da Subjetividade – que se coloca contra todas as noções universalistas, defendidas pela Racionalidade, formuladas à luz dos princípios da Modernidade. Impera, assim, a noção de individualidade e de personalidade embasada na pluralidade dos argumentos, na relatividade do conhecimento, no efêmero, conseqüentemente, na flexibilidade. (ALMEIDA, 2011, p. 4).

Netto (2012) assevera que as mudanças que envolvem a totalidade social impactam na forma de analisar a realidade social. Esta é reduzida à imediatividade mercantilizada, na qual a distinção entre aparência e essência é desqualificada, ou nos termos de Sousa Santos (1995), essa distinção se trata de uma “suspeita”. A realidade passa a ser apreendida “[...] no efêmero, no molecular, no descontínuo, no fragmentário, que se tornam a pedra de toque da nova ‘sensibilidade’: o *dado*, na sua singularidade empírica, desloca a totalidade e a universalidade, suspeitas de ‘totalitarismo’.” (NETTO, 2012, p. 420).

Pode-se, mais uma vez, asseverar a relação da pós-modernidade como expressão da “acumulação flexível”, e que esta pressupõe um novo modo de ser, pensar e agir para a reprodução do capital enquanto tal, principalmente a partir da crise de 1970.

Nesse contexto, a “crise do marxismo”¹¹ inicia-se principalmente devido ao declínio do “socialismo real” e de ofensiva neoliberal, conjuntura fundamental para compreensão da sustentabilidade pós-moderna e de perda de hegemonia do marxismo, que foi, de certa forma, hegemônico no século XX. Ilustração dessa afirmação é um dos maiores filósofos desse século colocar o marxismo como a “filosofia do nosso tempo”. (SARTRE, 1967).

Para o marxista sueco Göran Therborn (2012), o pós-modernismo:

Alimentou-se da desmoralização e da incerteza da esquerda durante a euforia dos anos 1960 e começo dos anos 1970. Sua crítica à razão e à racionalidade se fortaleceu na “maquinaria de imagens” da sociedade televisiva. Havia, além disso, outros dois pilares no novo edifício da pós-modernidade. Um foi a reestruturação social que seguiu a desindustrialização – uma época de mudança social. O outro foi a crítica ao progresso modernista que surgiu com as preocupações ecológicas – que, por sua vez, intensificaram-se com a crise do petróleo nos anos 1970 e início dos anos 1980. (THERBORN, 2012, p. 35).

Yazbek (2009) coloca que, no início da década de 1990, ocorre a denominada “crise” dos modelos analíticos. No mundo do conhecimento, começam as interferências do pensamento pós-moderno, que possuem uma enorme

¹¹ Ressalta-se que, conforme Hobsbawn (*apud* Netto, 2007), não há rigorosamente uma crise do marxismo, e sim que há crises no interior da tradição marxista, e assim, de um certo marxismo, principalmente o da Europa Latina. Acrescenta-se que também pode se referir ao “marxismo oficial” ligado à sustentação ideológica da URSS.

heterogeneidade, e, na crítica ao pensamento moderno, nivela as teorias sociais marxistas e positivistas.

Para Anderson (1999), a pós-modernidade ganha fôlego com as mudanças estruturais pós-crise de 1970 no capitalismo, a reestruturação do capital, a ofensiva neoliberal, a derrocada do socialismo real, entre outros elementos.

Conforme Evangelista (1997, p. 31)

Se é impossível a descoberta de um sentido no processo histórico-social, que possa ser apreendido, instaura-se o império da icognoscibilidade com a relativização de todo o conhecimento, permitindo uma multiplicidade inesgotável de interpretações, todas válidas. A realidade teria como característica essencial o seu caráter fragmentário, que impede qualquer possibilidade de síntese ou totalização que apreenda o real.

Boaventura de Sousa Santos (2004), um dos maiores intelectuais da atualidade, afirma que se vive os tempos pós-modernos. Esse autor evidencia que se vive um tempo de transição pós-moderna, o que do ponto de vista do conhecimento, conduz à emersão de uma nova sensibilidade, um novo “senso comum”, uma nova ética, um novo direito e uma nova ciência. Para o mesmo, a modernidade não teria cumprido as suas “promessas” e, seria, necessário à constituição de uma “rede de sujeitos” a partir do “coletivismo das subjetividades”.

Na defesa de que existe uma heterogeneidade no campo pós-moderno, Santos (2004) faz uma divisão entre a “direita” e a “esquerda” pós-moderna. A direita seria o pós-moderno de “celebração”; e a esquerda, o pós-moderno “crítico” e de “contestação”.

Essa distinção é alvo de críticas feitas por Mészáros (*apud* NETTO, 2004, p. 231), por ser desprovida de fundamentação. Sem dúvida, demarcar por Santos (2004) um movimento tão amplo nessa “convencional” diferenciação, pode ter sido pouco clara e vaga. Mas, acredita-se que exista uma clivagem significativa no movimento pós-moderno possível dessa diferenciação, pois, apesar de possuir denominadores comuns não se pode afirmar que um movimento tão amplo seja um todo homogêneo. A clivagem existe, assim como ocorre no pensamento marxista e na própria modernidade, por exemplo.

A questão deve ser mais em torno de que tipo de crítica e celebração tratam essas perspectivas, do que se são ou não diferenciáveis. E, por isso mesmo, espera-se que a diferenciação de Santos (2004) consista em uma diferenciação

didática que ajuda a compreender esse movimento mais como um “espírito do tempo” e um “episódio histórico”, do que mesmo um “novo paradigma” ou uma “nova ciência”.

Em se tratando do Serviço Social, a influência desse pensamento chega de forma tardia através de principal interlocutora, as ciências sociais. Esse movimento ganha sustentabilidade, especialmente, pelo fato de o Serviço Social possuir uma forte herança conservadora e antimoderna, mesmo que, hoje na sua forma tradicional, seja residual. Nesse entendimento, a pós-modernidade alimenta um “sentimento” com roupagens neoconservadoras que ganha fôlego com a tendência do sincretismo ideológico tão presente no Serviço Social (NETTO, 1992), ou seja, adentrando, sobretudo, de forma eclética.

O debate e crítica à pós-modernidade não é recente, porém, cada vez mais atual no âmbito da profissão, principalmente, a partir da década de 1990, mais precisamente, nos anos 2000. Esse debate nitidamente encontra-se circunscrito ainda em nível acadêmico, embora tenha reflexos em toda a vida social. De acordo com Santos (2007), a pós-modernidade caracteriza-se em oposição às teorias sociais modernas, se propondo como alternativa à ineficiência dessas teorias, e, no Serviço Social, esse pensamento se reflete, mormente, pela via do neoconservadorismo.

Ainda em termos introdutórios, pode-se compreender neste subitem que debater a pós-modernidade é um assunto denso, porém necessário e pertinente para compreender as influências desse pensamento (ou movimento) nas Ciências Sociais e no Serviço Social e os impactos na direção social colocada à produção de conhecimento e à prática profissional do assistente social.

Vive-se, portanto, em tempos de crise e de avanço de uma inflexão da teoria social crítica, e, essa realidade impacta toda a *razão*. *Uma vez que as conjunturas de crise abalam a convicção humana na razão objetiva, favorecendo assim pressupostos subjetivistas e irracionaisistas.* (GUERRA, 2011).

Em suma, ressalta-se que existem diversas análises sobre a pós-modernidade, desde entre os considerados autores pós-modernos, bem como entre autores marxistas, o que confere uma vasta e heterogênea literatura. Ressalva-se, dentre outros autores: Lyotard (2000), Bauman (2001), Sousa Santos (1989), no campo pós-moderno; e na crítica marxista à pós-modernidade: Harvey (2014),

Eagleton (1998), Jameson (2007), Anderson (1999), dentre outros, que serão trabalhados no decorrer deste trabalho.

De tal modo, conclui-se que o movimento pós-moderno é expressão e “espírito” de um tempo. Em analogia a uma frase de Gramsci, imputa-se a pós-modernidade como um período em que aparenta que o velho ainda não morreu e nem tão pouco o novo nasceu, mas que mostra uma série de determinações para reflexão de todo o pensamento social, e assim, da realidade social.

Durante este trabalho, buscar-se-á compreender de forma mais aprofundada a pós-modernidade ao tentar problematizá-la: trata-se de uma ideologia? De uma lógica cultural? Pode ser considerada teoria? Qual a relação da pós-modernidade com o método? No Serviço Social, adentra a partir da perspectiva neoconservadora e eclética ou se dá pela via da inapropriação do método em Marx? Esses e outros questionamentos irão embalar as análises do próximo Capítulo, propondo também a realizar uma análise do que foi o chamado “programa da modernidade” e sua influência no pensamento social.

2 MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: DA FALÊNCIA À EMERSÃO DE UM NOVO PARADIGMA? OU FACES DE UM MESMO PROCESSO?

“Não basta que o pensamento tenda à sua realização, é preciso que a realidade mesma tenda ao pensamento.”

Karl Marx, Crítica à Filosofia do Direito de Hegel.

As transformações societárias dos últimos 30 anos do século XX e do início do século XXI colocam em cena diversos desafios teóricos e metodológicos no âmbito do pensamento social. É inegável que essas transformações atingem o estatuto científico da ciência contemporânea.

No Capítulo anterior, aludiu-se que essas transformações transcursam, principalmente, a partir da crise do capital derivada da década de 1970, e, que somada à crise do socialismo real, geram um contexto de incertezas e desconfiças, visto que tanto o capitalismo industrial como o socialismo eram projetos da modernidade, cada um, obviamente, com perspectivas diferentes.

Esse cenário coloca em xeque a “confiança” no projeto moderno, expressado pela razão e nas grandes narrativas, como totalidade, verdade, revolução, progresso, ética, emancipação, história, dentre outras. Apregoa-se, assim, o “fim das grandes narrativas ou metanarrativas modernas”. Para Lyotard (1979) a definição de pós-moderno constituiria na “incredulidade em relação às metanarrativas” que seriam: o iluminismo, o idealismo e o marxismo.

Somado ao processo de mundialização do capital, esse cenário acomoda o “caldo fragmentado do real” (OLIVEIRA, 2013, p. 85) da chamada **pós-modernidade**, entendida como uma lógica cultural do capitalismo avançado, ou em outras palavras, o pensamento pós-moderno é dialeticamente moderno e surge a partir da total implantação da modernidade.

Para analisar a atual cena contemporânea proclamada “pós-moderna”, se faz necessário introduzir o debate sobre a Modernidade e o que viria a ser a Pós-modernidade e suas inflexões no modo de ser, pensar e agir da humanidade, e, não obstante, os reflexos no campo teórico e do conhecimento, é cada vez mais recorrente nos “corredores” acadêmicos a querela em torno da pós-modernidade, da “crise de paradigmas” e do relativismo metodológico.

Esse “modismo” em torno da pós-modernidade não é por acaso ou desprezioso, demonstra as próprias mudanças na cena contemporânea e os impactos no campo científico. Nessa discussão, não se tem a preocupação de tratar a pós-modernidade como sendo o termo correto ou não, o que se pretende ratificar é a perspectiva dos impactos culturais pós-modernos na cena contemporânea e na forma de organização social, e, obviamente, de crítica e resistência. Cabe destacar, que não se credita o debate sobre pós-modernidade seja restrito a uma querela epistemológica, uma vez que é defendida como a lógica cultural do capitalismo tardio, nos termos de Fredric Jameson (2007).

Para fundamentar esta discussão, trabalhou-se em quatro perspectivas: primeiramente, da contradição/ambiguidade do projeto moderno que se sustenta com duas “almas” principais: a metanarrativa do liberalismo e do socialismo e os respectivos pilares de sustentação teórica; em segundo, a emergência da chamada pós-modernidade vinculada à crise da modernidade e do capital, e, por isso mesmo, derivada do processo de acumulação flexível do capital e criadora/divulgadora da lógica cultural do capitalismo contemporâneo, em outras palavras, como um episódio histórico, como um “espírito do tempo”; a terceira perspectiva, as mediações da emergência da pós-modernidade na produção do conhecimento; e, por último, as tendências na produção do conhecimento no Serviço Social e os possíveis impactos no Serviço Social, ao trazer dados exploratórios da pesquisa bibliográfica realizada em artigos da *Revista Serviço Social & Sociedade*, entre os anos 2005 e 2014.

2.1 AS DUAS “ALMAS” DA MODERNIDADE: pêndulo entre metanarrativas

Tratar sobre modernidade é considerar um grande projeto societal que surge com o declínio e a crise do *Ancien Régime* – Antigo Regime (Absolutismo) –, representado pelas monarquias e clero. Segundo Harvey (2014, p. 22) a modernidade consiste em uma ruptura com “[...] todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes [...]”. O Antigo Regime é derrubado pela emergência e consolidação do projeto da Modernidade, como o iluminismo, a Revolução Industrial, as Revoluções Burguesas que provocam a crise e fim da formação econômica, política e cultural dos Estados Absolutistas. Em outras

palavras, essa crise engendra-se na ação do sujeito revolucionário, materializado na nova formação de sociedade (a burguesa), ancorada intelectualmente na *Ilustração*.

A emersão da Modernidade provoca a derrocada do *Ancièn Regime* e, no vazio civilizatório, surge um novo modo de produção: o capitalismo. (ALMEIDA, 2011). As bases de sustentação do capitalismo são criadas a partir “[...] das Revoluções Burguesas – entre o século XVIII e XIX – através de dois eixos fundantes capital e trabalho, que aferem materialidade à razão societal da Modernidade (a sociedade burguesa), consolidando-se na contemporaneidade”. (ALMEIDA, 2011, p. 03).

Conforme Guerra (2011, p. 42), a razão moderna edifica-se a partir da concepção de homem “enquanto ser social autocriador”, este por sua vez portador tanto de “racionalidade quanto de teleologia” que constrói sua história, e, a partir de condições concretas, a razão torna-se de um guia da ação humana.

Segundo Bezerra (2007, p. 181), cabe à razão: “[...] uma tarefa outrora atribuída ao mito, à religião e à metafísica clássica, a saber: assegurar a unidade e a estabilidade do mundo humano [...]” bem como, continua a autora, “[...] fundamentar a ordem, buscar e garantir um sentido e uma verdade para a vida e a própria história humana.”

A razão tem uma centralidade significativa no projeto moderno por ser uma característica dos seres humanos, e, como o homem passa a ser central e sujeito, a razão passa a ser um pilar fundamental principalmente na defesa dos *Iluministas*¹². O próprio Kant tem uma frase que resume a busca pela razão e pelo conhecimento: “*Sapere Aude*” – Ouse saber! (KANT, 1988, p. 100).

Segundo Almeida (2011, p. 03) “Em termos do pensamento social, o legado da Modernidade afirma-se mediante o paradigma da Racionalidade, sendo o Iluminismo ou a Ilustração, a sua maior expressão. ”

Nos termos de Rouanet (*apud* SOARES, 2007, p. 33) no projeto moderno de civilização, os seres humanos são aptos a pensarem por si mesmos sem tutela de religião e ideologia, proporcionada pelo “desencantamento do mundo” e destaca que essa civilização se traduz em um conjunto de valores e ideais como: o racionalismo, o individualismo e o universalismo.

¹² Cabe destacar que o Iluminismo não é um todo homogêneo, possuindo diferentes concepções filosóficas. Mas, de modo geral, se sustenta na lógica formal-abstrata elaborada por Kant.

Pode-se afirmar que no plano das ideias, o *Projeto da Modernidade* surge ancorado na *Cultura ilustrada* que, se aporta na emancipação humana, conduzida pela burguesia revolucionária, resumindo-se na tríade *liberdade, igualdade e fraternidade*. (NETTO; BRAZ, 2009).

O marco inaugural da modernidade está representado pelo Iluminismo, que calçou o seu projeto de ideia de que a razão é o instrumento indispensável para a autodeterminação do homem. É com o uso da razão, através do pensamento crítico, que o homem e a humanidade podem se emancipar e exercer a liberdade. (EVANGELISTA, 2002, p. 23).

Entre os marcos significativos da Modernidade nomina-se a Reforma Protestante, a Revolução Inglesa (criou as condições indispensáveis para a Revolução Industrial) e a Revolução Francesa, essas últimas de caráter societal por imprimirem um novo modo de ser, pensar e agir para a humanidade: a sociedade capitalista.

De acordo com Therborn, a modernidade, concentrada principalmente em solo europeu, se desenvolve cultural e filosoficamente do Iluminismo, e, politicamente a partir da Revolução Francesa. “Sua cultura política concentrou-se na confrontação do povo/nação contra o príncipe, o meio monárquico da aristocracia e as altas camadas clericais”. (THERBORN, 2011, p. 31).

Tratando-se de um projeto universal que teria como principal proposta a emancipação humana, o Projeto da Modernidade se mostra capaz de envolver todos os sujeitos que estão fora do arco dos favorecidos do Absolutismo – nobreza, clero, aristocracia etc. – porém, o Projeto da Modernidade não se realizou em sua completude. Porque a classe burguesa ao assumir o poder, se transforma em classe conservadora e abandona os principais princípios da *Cultura Ilustrada*, uma vez que a emancipação teria sido apenas política – mesmo que com ressalvas – e a humana abandonada.

De tal modo, com o abandono de parte do projeto, desencadeia-se uma série de contestações das classes emergentes – trabalhadores e frações –, que em um processo de fortes lutas sociais, na emblemática *Primavera dos Povos de 1848* (HOBBSAWN, 1979), o proletariado expõe o antagonismo social presente e as desigualdades da sociedade burguesa, colocando, dessa maneira, a manipulação realizada da proposta revolucionária que levou a burguesia ao poder. Esse processo

é denominado por Lukács (1968) como a *decadência ideológica da burguesia*, tratado como um divisor no interior do Projeto Moderno.

No plano das ideias, 1848 assinala uma inflexão de significado histórico-universal: a burguesia abandona os principais valores da cultura ilustrada e ingressa no ciclo de sua *decadência ideológica*, caracterizado por sua incapacidade de classe para propor alternativas emancipadoras; a herança ilustrada passa às mãos do proletariado, que se situa, então, como sujeito revolucionário. (NETTO; BRAZ, 2009, p. 20).

A racionalidade moderna, após esse processo de desgaste, passa a apresentar mais divergências do que consensos. A modernidade, a partir de então, torna-se representada por duas grandes correntes filosóficas antagônicas: o pensamento formal-abstrato, representando por Kant e seus legatários; e a razão dialética hegeliana, que é inclusive um dos pilares fundamentais para o pensamento marxiano, de afirmação e crítica ao projeto moderno.

[...] o paradigma racional confere a base material tanto para explicar a lógica do lucro e da acumulação capitalista como para analisar a lógica da exploração capitalista mediante o trabalho assalariado. As teorias forjadas na Racionalidade expressam construções revolucionárias advindas do Liberalismo burguês como do socialismo proletário. (ALMEIDA, 2011, p. 04).

A modernidade conforma-se, conseqüentemente, em um projeto não homogêneo, que tende tanto à celebração – liberalismo e adjacências – quanto à crítica – dialética, marxismo e socialismo. “O paradigma da modernidade torna-se hegemônico na produção do conhecimento científico, não somente ao embasar o ideário da burguesia – o liberalismo – como os interesses do proletariado – o Anarquismo, o socialismo.”. (ALMEIDA, 2011, p. 04).

Afirma-se, portanto, que a modernidade é contraditória e possui um *pêndulo* entre essas duas metanarrativas, mas, traz a “destruição criativa” (HARVEY, 2014) no seu âmago, constituindo-se em racionalidades ambíguas.

Obviamente, essas duas metanarrativas citadas não são as únicas que existem na história do pensamento social, mas são as que, de fato, tiveram “base social”. Assegurar essa constatação, é relevante para introduzir um ponto crucial na discussão: o pensamento racional se divide com a consolidação da burguesia, e ambas, apesar de contraditórias, se coadunam, por um lado, o pensamento formal-abstrato, e, de outro, o irracionalismo. Irracionalismo esse, que já no século XIX, se

posiciona de forma crítica à razão moderna, ao duvidar de uma verdade universal e, portanto, elabora uma crítica romântica ao capitalismo. Esse pensamento é encontrado em Kierkegaard, Dilthey, Nietzsche e mesmo em Heidegger. Evidencia-se esse irracionalismo, como já presente na razão moderna, e, é recuperado pelo pensamento pós-moderno, que será abordado no próximo subitem.

Entende-se, a partir de então, que esse irracionalismo que rejeita a razão, foi uma corrente tímida do ainda projeto moderno, mas que é retomado e reatualizado pelo pensamento pós-moderno no século XX. Logo, considera-se como principais correntes da razão moderna, o pensamento formal-abstrato e a razão dialética, que se apresentam entre o século XVIII e início do XIX, destacando-se na constituição filosófica da modernidade.

Enquanto o racionalismo formal-abstrato, representando por Immanuel Kant (2001) se concentra na crítica à metafísica e na defesa da razão pura e da primazia *conhecimento* (e não do ser), conhecimento esse que advém da experimentação; a racionalidade dialética se baseia na filosofia especulativa, onde não basta o conhecimento sem a intervenção e sem apreensão do processo no *vir-a-ser*. Essa perspectiva defendida por Hegel tem como questão filosófica central o ser, que deve ser apreendido em suas contradições e historicidade. (LARA, 2009).

No século XIX, se consolida a crítica ao projeto moderno através da esquerda hegeliana. É com Karl Marx que a razão dialética é “sistematizada” como crítica à lógica burguesa. Esse autor herda da razão dialética um pilar fundamental de sua obra, mas inverte a lógica hegeliana, pois esta estaria “de cabeça para baixo”, devido à primazia das ideias e não da realidade em Hegel (LARA, 2009)

Para tanto, Marx toma duas categorias principais da razão dialética: o trabalho e a história, fazendo uma crítica à lógica do capital, que não foi realizada por Hegel.

Para Marx, a grande importância de Hegel é que ele tomou a história como produto da ação coletiva dos homens mediante objetivações, ou seja, por meio do trabalho. Mas a sua concepção abstrata do trabalho o levava a fixar a atenção exclusivamente na criatividade, ignorando as deformações a que o trabalho é submetido em sua realização material e social no interior da sociabilidade capitalista. A consideração do trabalho – material – por Marx, e não do espírito, como produtor da história, é que marca a ruptura entre as duas teorias. (LARA, 2009, p. 59).

De forma clara, o marxismo representa um *aufhebung* (revogação) em relação à razão instrumental, pois não nega o projeto iluminista como um todo, mas absorve o seu acúmulo na razão/racionalidade/emancipação e, com a crítica, ultrapassa a aparência em busca da essência: a lógica de exploração do capital. Segundo Therborn (2011, p. 107) “[...] o que distinguiu Marx e o marxismo de outras linhagens do pensamento modernista foi o interesse no caráter contraditório da Era Moderna e, nessas contradições e conflitos, assim como suas dinâmicas mais importantes. ”.

Para Bezerra (2007, p. 180-181),

A visão de Marx sobre a modernidade pode ser interpretada como portadora desta tensão originária, que ao mesmo tempo expressa as perspectivas da destruição e da criação. Assim, ele revela uma compreensão da modernidade como transformação, mudança, novidade, revolução, que faz desmoronar antigas tradições, relações sociais, hábitos e preceitos até então rígidos e fixos. Com a expressão tudo o que é sólido se desmancha no ar, Marx vai anunciar o sentido da modernidade como experiência societal de dessacralização da natureza, das relações e instituições sociais, onde tudo é profanado, e o homem, visto como ser histórico e social é, então, entregue a si mesmo para imprimir sua marca no mundo, criando uma nova ordem, por meio do pensamento e da ação social e política.

De acordo com Guerra (2011), as duas pilastras que sustentam o pensamento filosófico da modernidade seriam justamente o sistema ético-filosófico kantiano e a filosofia especulativa de Hegel. Esses são os sistemas divergentes entre si no seio da modernidade, o que demonstra a ruptura ocasionada em 1848, que cada vez mais afastava, de um lado, a rigidez da tradição iluminista, e, de outro, a crítica da razão dialética, desta feita na perspectiva do marxismo que se tornava uma teoria revolucionária do proletariado. Nesse sentido, Harvey (2014, p. 37) é categórico: “O movimento socialista contestava cada vez mais a unidade da razão iluminista e inseriu uma dimensão de classe no modernismo. Seria a burguesia ou o movimento dos trabalhadores que daria forma e dirigiria o projeto modernista? ”

Atesta-se, assim, que a contradição de projetos no âmbito da modernidade é uma característica decisiva que coaduna em projetos de sociedade, de classes antagônicas, obviamente, sob a égide do capital e do trabalho.

De forma irônica, Therborn (2011) relaciona o marxismo à modernidade como “oposição leal a sua Majestade” (expressão utilizada no parlamento inglês), e

afirma que sendo o marxismo um fenômeno histórico e social, “[...] tem sido a leal oposição a sua Majestade Modernidade – sempre crítico e lutando contra os regimes dominantes, mas nunca questionando a legítima majestade da modernidade, ou, se necessário, defendendo-a explicitamente”.

Mas também, esse autor adverte a própria contradição do marxismo, que mesmo sendo um fruto “[...] legítimo do capitalismo moderno e da cultura iluminista”, é a maior manifestação da razão dialética, e, por isso, crítica e contraditória da modernidade, concluindo: “O marxismo defendeu a modernidade com o objetivo de criar outra modernidade, muito mais desenvolvida”. (THERBORN, 2011, p. 62).

Em suma, Marx se distingue na modernidade por dois motivos principais: o estudo do capital a partir da crítica à exploração; e do sujeito universal capaz de libertar toda a humanidade da exploração e opressão: o proletariado. Nessa direção, Marx e Engels afirmam, no *Manifesto Comunista*, em 1848, que a maioria que é explorada nada tem, e, assim sendo, “[...] não tem nada a perder, a não ser os vossos grilhões”. Assim, é do legado marxiano, a compreensão da lógica do capital, uma lógica de exploração da força de trabalho e de *reificação* das relações sociais, na mesma medida em que produz o pauperismo. Com esse entendimento, a ciência burguesa é celebrativa por não fazer uma análise crítica, e, conseqüentemente, não sai da aparência, colaborando com os interesses da classe burguesa (a classe dirigente ou dominante).

Essa constatação afirma as próprias contradições e vicissitudes do projeto moderno, principalmente no século XX. Durante esse século, o marxismo, sobretudo, passa por uma reversão a partir da falada crise da modernidade, cujo apogeu situa-se entre os anos 1970 e 1980. Essa crise propicia uma ambiência cultural que torna “[...] a tradição marxista pouco compatível com o ‘espírito do tempo’”. (NETTO, 2004, p. 141).

Nesse aspecto, destaca-se a tradição marxista¹³ como uma opção teórico-política, mais também por essa se constituir, segundo Therborn (2011), a principal perspectiva teórica e política do século XX. Da mesma forma, assevera Sartre (*apud*

¹³ Devido ao objetivo deste trabalho, não se aprofundará uma discussão sobre a tradição marxista. De todo modo, essa tradição tem uma vasta riqueza teórica, podendo-se afirmar que existem marxismos, ou adotando-se a expressão: tradição marxista. (NETTO, 1985). Essa tradição teórico-intelectual sempre foi, segundo Netto (2007, p. 26): “[...] diversificada, plural, problemática e, por vezes, colidente. Composta por desenvolvimentos, desdobramentos, acréscimos, reduções, interpretações etc., em face de sua fonte original, esta tradição (que me parece, legitimamente, deve ser designada como tradição marxista) configurou/configura um bloco cultural extremamente complexo e diferenciado, no interior do qual se estruturam e se movem vertentes que concorrem entre si.” Sobre o marxismo, ver Netto (2007; 2009), Coutinho (2008), Konder (2005).

NETTO, 2007) que o marxismo, como a filosofia do nosso tempo, é insuperável devido às circunstâncias que o engendraram, não terem sido ainda superadas. E, não por coincidência, o marxismo torna-se o principal alvo de crítica do pensamento pós-moderno, porque além de crítico à metanarrativa do capital, contrapõe-se a totalidade, a contradição, da história e as classes sociais.

Nesse atual contexto, chama atenção o posicionamento de grupos de pensadores e cientistas sociais em relação ao marxismo, seja no sentido de incorporá-lo ou refutá-lo. Não por acaso, o marxismo se torna um dos principais alvos de crítica do chamado pensamento pós-moderno, principalmente, porque uma parte significativa dos que se intitulam pós-modernos, foram marxistas em outrora.

2.2 A CRISE DO FORDISMO E A CRISE DO SOCIALISMO REAL: a crise da razão moderna e a emersão da “condição pós-moderna flexível”

Conforme aludido no 1º subitem do Capítulo 1 deste trabalho, a crise do capital da década de 1970 e seus influxos provocam transformações societárias ainda em curso. A crise foi o estopim – o mais importante, mas, claramente, não o único – das mudanças na produção e acumulação de capital. Essa crise que somada a crise do *socialismo real* - duas das maiores metanarrativas da modernidade no século XX -, gerou um cenário de questionamento à modernidade e às “suas promessas”.

A crise global da sociedade contemporânea, que marca peculiarmente as três últimas décadas deste século, revela-se – plena, embora não exclusivamente – na crise do Estado de bem-estar e na crise do chamado socialismo real, as duas conformações societárias que, cada uma a seu modo, procuraram soluções para os antagonismos (e suas consequências) próprios à ordem do capital. (NETTO, 2007, p. 66).

A partir da década de 1970, verificou-se uma série de mudanças, estas cada vez mais rápidas e aceleradas, que estimularam um período de fluidez e incertezas. As mudanças, principalmente a partir da reestruturação produtiva e mundialização do capital, e, por sua vez na forma de consumir, acenderam fissuras no projeto moderno que, somado à crise do socialismo real foram basilares para o questionamento das “promessas” da modernidade e a instauração de uma chamada

“crise de paradigmas” e de inauguração da “condição pós-moderna” ou sociedade pós-fordista e pós-industrial.

Alimentou-se da desmoralização e da incerteza da esquerda durante a euforia dos anos 1960 e começo dos anos 1970. Sua crítica à razão e à racionalidade se fortaleceu na “maquinaria de imagens” da sociedade televisiva. Havia, além disso, outros dois pilares no novo edifício da pós-modernidade. Um foi a reestruturação social que seguiu a desindustrialização – uma época de mudança social. O outro foi a crítica ao progresso modernista que surgiu com as preocupações ecológicas – que, por sua vez, intensificaram-se com a crise do petróleo nos anos 1970 e início dos anos 1980. (THERBORN, 2011, p. 35).

Therborn considera que a década de 1980 desencadeou uma avalanche do pós-modernismo, tendo este, duas principais origens: a primeira, é estética desenvolvida no campo da arquitetura como uma reação ao alto modernismo; e a segunda ligada à filosofia social no tocante ao esgotamento e desencanto de esquerdistas. “A figura chave aqui foi o último filósofo francês, Jean-François Lyotard, um militante desiludido do grupo de extrema-esquerda *Socialisme ou Barbarie*. ” (THERBORN, 2011, p. 33).

A partir da crise, ficou evidente a incapacidade do fordismo em conter as contradições inerentes ao capitalismo. Essas dificuldades são apreendidas desde a rigidez e dos investimentos em capital fixo. A saída para tal realidade foram as mudanças no Estado e no controle do trabalho, materializado principalmente na inovação tecnológica e na dispersão geográfica para acelerar o tempo de giro do capital, ao mesmo tempo em que reduz o tempo de giro do consumo. (HARVEY, 2014).

Em decorrência desse novo padrão, tem-se a fundação do Estado pós-moderno que se desresponsabiliza e despolitiza o trato da “questão social” por flexibilizar a legislação trabalhista e social; e, a instauração da sociedade pós-moderna que se assenta no culto à personalidade do sujeito, na valorização pessoal (a imagem, a mídia, a propaganda, a moda) e no narcisismo asséptico, desreferenciado e higienizado. Essas tendências *criam uma nova cultura da estética*, forjada pela ditadura do marketing, das logomarcas, do merchandising, do mundo fashion e das grifes que produzem signos, símbolos e espetáculos que espriam um “estilo de vida narcisista”, adotado pela sociedade do consumo. (ALMEIDA, 2011, p. 05 – grifos nossos).

A crise do chamado *socialismo real* também foi decisiva para que incidisse um “descontentamento” com a racionalidade moderna, afinal, com a derrocada das

experiências socialistas pressupunha também a derrocada do marxismo e, por consequência, a sua desqualificação. É ampla a literatura que relaciona essa crise e a crise do marxismo, que se imbricam, de modo geral, com a própria crise da modernidade que se esgotou ou mesmo “[...] não cumpriu suas promessas” (SOUSA SANTOS, 1996).

Netto (2007) desenvolve uma análise ressaltante sobre a “crise do socialismo”, qualificando-a como sendo essencialmente uma crise no que tange à socialização do poder político e a socialização da economia. “A crise do “campo socialista” é, nesta ótica, *uma crise estruturalmente determinada pela exaustão de um padrão de crescimento econômico e do sistema político a ele funcional.*” (2007, p. 19).

O processo de crise da “metanarrativa” do fordismo - fruto da modernidade -, associados a um processo de crise do socialismo real motivou um cenário de desconfianças e incertezas, de descontentamento e de fragmentação. Em tom sensato, Eagleton (1998, p. 22) afirmou que, “Uma vez que algum experimento político ambicioso encalhou, as suposições realistas implícitas nessa prática estão fadadas a parecer menos convincentes”.

Segundo Harvey (2014, p. 293), esse processo fez com que a estética triunfasse sobre a ética e “[...] as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas” e no âmbito da política deslocou do âmbito de fundamentação material e político-econômica para o privilegiamento de “[...] práticas políticas e culturais autônomas”.

Malgrado todas essas significativas mudanças, esse autor adverte que de maneira alguma são “novas”, mas inerentes à lógica do capital e, portanto, possíveis e passíveis de explicação a partir do materialismo histórico, formulado por Marx.

Essas oscilações e incertezas do tempo presente são aparato ao que Harvey (2014) denomina como *acumulação flexível*. É a chave para o entendimento do “caldo cultural” da pós-modernidade: com a falência do fordismo e da regulação, busca-se substituir o trabalho/pleno emprego por subcontratação e contratos temporários, de privilegiar o setor serviços em detrimento do produtivo e de acelerar o tempo de giro do capital e diminuindo a meia vida das mercadorias.

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela

mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (HARVEY, 2014, p. 148).

Esse autor ainda considera, categoricamente, a pós-modernidade como *flexível*, e, assim, compatível com a “nova” forma de acumulação de capital. Mesmo que em contraposição a rigidez fordista, a pós-modernidade em diferenciação à modernidade, é distinguida por uma “linha tênue” que, por mais que possuam contradições entre si, são essas contradições culturais no seio do capitalismo – e assim da modernidade, da metanarrativa do capital.

O referido autor montou uma tabela bem didática – apresentada na página seguinte - que permite visualizar essas diferenciações e proximidades entre modernidade e pós-modernidade. Conforme esse autor, pode-se ver as “[...] categorias do modernismo e do pós-modernismo como reificações estáticas, impostas à interpretação fluída de oposições dinâmicas[...]”, dessa maneira, complementa que “[...] a rígida distinção categórica entre modernismo e pós-modernismo desaparece, sendo substituída por uma análise do fluxo de relações interiores no capitalismo como um todo. ” (HARVEY, 2014, p. 303).

As categorias expostas por Harvey (2014) são deveras elucidativas a ponto de se apreender as principais “diferenciações” entre ambos (modernidade e pós-modernidade), tendo em vista que essas distinções vão além de uma disputa epistemológica. Trata-se, na verdade, de compreender as continuidades ou não da pós-modernidade em relação à modernidade.

É notória a prevalência da subjetividade na denominada “*condição pós-moderna*”, como se a objetividade fosse tão “desarmônica” que nada elaborado em outrora apresentasse respostas à altura. Eagleton, em seu fino humor britânico, afirma que sucede uma inversão para a subjetividade em detrimento das metanarrativas para se ter uma linguagem conveniente com a desorientação política. “Se questões mais abstratas de estado, categoria, modo de produção e justiça econômica mostraram-se por ora muito difíceis de solucionar, sempre podemos desviar nossa atenção para algo mais familiar e imediato, mais sensível e particular.” (EAGLETON, 1998, p. 25).

Tabela 1 – Modernidade fordista *versus* pós-modernidade flexível ou a interpretação de tendências opostas na sociedade capitalista como um todo.

<i>Modernidade fordista</i>	<i>Pós-modernidade flexível</i>
Economia de escala / código mestre/ hierarquia homogeneidade/ divisão detalhada do trabalho	Economia de escopo / idioleto / anarquia diversificada / divisão social do trabalho
Paranoia / alienação / sintoma / habitação pública / capital monopolista.	Esquizofrenia / descentração / desejo / desabrigados / empreedimentismo.
Propósito / projeto / domínio / determinação capital produtivo / universalismo	Jogo / acaso / exaustão / indeterminação capital fictício / localismo
Poder de Estado/sindicatos Estado de bem-estar social / metrópole	Poder financeiro/ individualismo Neoconservadorismo/ contraurbanização
Ética/ mercadoria-dinheiro Deus Pai/ materialidade	Estética/ dinheiro contábil O Espírito Santo/imaterialidade
Produção/originalidade/autoridade Operário/vanguardismo Política de grupo de interesse/semântica	Reprodução/pastiche/ecletismo Administrador/comercialismo Política carismática/retórica
Centralização/totalização Síntese/negociação coletivos	Descentralização/desconstrução Antítese/contratos locais
Administração operacional/código mestre Fático/tarefa única/origem	Administração estratégica/idioleto Andrógino/tarefas múltiplas/vestigio
Metateoria/narrativa/profundeza Produção em massa/política de classe Racionalidade técnico-científica	Jogos de linguagem/imagens/superfície Produção em pequenos lotes/social Movimentos/alteridade pluralista
Utopia/arte redentora/concentração Trabalho especializado/consumo coletivo	Heterotopias/espetáculo/dispersão Trabalhador flexível/capital simbólico
Função/representação/significado Indústria/ética protestante do trabalho Reprodução mecânica	Ficção/autorreferência/significante Serviços/contrato temporário Reprodução eletrônica
Vir-a-ser/epistemologia/regulação Renovação urbana/espaco relativo	Ser/ontologia/desregulação Revitalização urbana/lugar
Intervencionismo estatal/industrialização Internacionalização/permanência/tempo	Laissez-faire/desindustrialização Geopolítica/enfermidade/espaco

Fonte: HARVEY (2014, p. 304).

Nota: Na obra, trata-se da tabela 4.1.

Nesse ponto que Eagleton afirma a pós-modernidade por criticar as metanarrativas e as noções clássicas da modernidade como a razão, verdade,

objetividade, e, com isso, passa a analisar (ou como preferem os pós-modernos, “olhar”) o mundo de forma aleatória e ao mesmo tempo “[...] diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e a coerência de identidades”. (EAGLETON, 1998, p. 07).

Ainda sobre as categorias apresentadas na Tabela por Harvey (2014), pode-se inferir que as principais questões levantadas se tratam do sujeito e da organização política deste, assim como, no tocante à forma de analisar a realidade (conhecimento e método).

No que se refere aos sujeitos, há a prevalência destes como sendo “atores sociais” que atuam nas “redes” (CASTORIADIS, 1985; CASTELLS, 1999; TOURRAINE, 2011), visto que os sindicatos, classes e partidos políticos que se organizavam em uma perspectiva classista não fazem mais “sentido” devido à “complexificação” do tecido social na cena contemporânea, sendo estes substituídos “*pela identidade e modos de vida*”. (CANTALICE, 2014, p. 41).

Não há dúvida que, na sociedade contemporânea, as mudanças ocorridas na perspectiva classista derivam das transformações atuais na organização do trabalho, investimentos na tecnologia, substituição do trabalho vivo pela maquinaria, prevalência do setor especulativo e de serviços em relação ao produtivo que diminui de forma considerável o número de empregos, dentre outros. Mas, enquanto houver capitalismo haverá trabalho, tendo em vista que este é a fonte de produção de valor.

O trabalho não pode ser eliminado da relação social nem da forma capital – haja vista que é esse que gera o valor e o mais-valor das mercadorias – e nem em nenhum outro tipo de sociedade, tendo em vista ser condição inalienável ao homem. E o trabalho é uma força potencial que só se objetiva a partir da ação do homem, por essa razão, o trabalhador livre, também, não pode ser extinto da sociedade do capital. (CANTALICE, 2014, p. 41).

No que se refere ao conhecimento da realidade, a incidência é a perspectiva microssocial em negação da totalidade – tida como totalitarismo –, desse modo, as metateorias da modernidade devem ser substituídas por “jogos de linguagem” (LYOTARD, 1989). Na síntese de Almeida (2011, p. 05):

No paradigma da Pós-modernidade, as teorias sociais passam por um processo de “desconstrução”, proposto por Derrida (1996), além

de desreferenciado e relativizado, segundo Lyotard (2002). As relações sociais deixam de ser explicadas pelas relações de produção e centralizam-se no cotidiano do indivíduo, em suas formas de expressão como o imaginário, a representação, a imagem. O sentido de sociedade fragmenta-se por se afastar do sentido de totalidade, compreendida não mais em suas contradições, mas, em suas complexidades, como afirma Morin (2001).

Netto (2004) e outros intelectuais marxistas, como Coutinho (2008) afirmam que a *totalidade* é uma categoria central na obra marxiana, e, não por coincidência, é deveras criticada pela teoria pós-moderna. Para Netto, a perspectiva de totalidade é criticada e igualada ao totalitarismo político, que seria um conceito nebuloso e colocaria no mesmo patamar o nazi-fascismo e o colapso do socialismo real. “Assim ‘criticada’, a perspectiva de totalidade cede o passo ao empirismo mais rasteiro; quando se restringem as concessões a este, o apelo necessário é uma ‘abordagem holística’ de óbvias conotações místico-irracionalistas.”. (NETTO, 2004, p. 153).

No que se refere às origens da pós-modernidade, destaca-se a obra do historiador marxista Perry Anderson (1999), que afirma ser a pós-modernidade um fenômeno, contextualiza como o termo tem uma vinculação estética e surge na América hispânica, posteriormente, na Espanha, sendo tratada pela primeira vez por Hassan, mas, de forma geral.

Sem dúvida, esses elementos históricos revelam a amplitude conceitual e de expressões que interpretam a pós-modernidade, porém, este trabalho se aterá a indicar como basilar, ante seu reconhecimento crítico ao marxismo, a obra de Jean-François Lyotard (1979), *La condition postmoderne*, que sistematizou a história da pós-modernidade à luz da própria leitura pós-moderna.

O ex-militante do *Socialisme ou Barbarie* se converteu em um militante anticomunista e expoente do pensamento pós-moderno. Em razão de a citada obra ser tão referenciada no campo pós-moderno, questiona-se sobre a origem dessa obra, o que Bianchi (2014, p. 1) esclarece:

Foi atendendo uma encomenda governamental que o filósofo desenvolveu sua crítica às chamadas metanarrativas que legitimariam o conhecimento. A primeira dessas metanarrativas, a qual teria se expressado nos ideais da Revolução Francesa, considerava que livre dos padres e dos tiranos o povo poderia ser o sujeito do saber científico e a humanidade assumir a figura heroica da liberdade. Na segunda delas, o sujeito do saber era o espírito especulativo, o qual se encarnava no sistema filosófico como no idealismo alemão (LYOTARD, 2000 [1979], p. 58-61). Mas o alvo

principal de Lyotard era o marxismo, o qual reuniria em si essas duas narrativas.

Evidencia-se o caráter corrosivo da crítica de Lyotard, sobretudo ao marxismo, que através de uma palestra transformada em livro, conseguiu alavancar diversas discussões na ciência. O próprio autor afirma que o livro *A condição pós-moderna* “[...] é simplesmente o pior dos meus livros, que são quase todos muito ruins; mas este é o pior” (*apud* ANDERSON, 1999, p. 56).

Na busca por uma reflexão mais densa sobre a pós-modernidade, neste trabalho, considerou-se que para analisá-la, é necessário inseri-la no contexto histórico-social da própria modernidade e do capitalismo. Desse modo, a argumentação de que a pós-modernidade se trata de um “espírito do tempo”, ou apenas de mais um “episódio da história”, nos termos de Eagleton (1998), não por acaso, a recusa do pensamento pós-moderno na História e um privilegiamento do presente, com a defesa do *presenteísmo* devido às mudanças do tempo-espço. Na análise de Eagleton (1998, p. 37), a teoria pós-moderna desconfia de histórias lineares “[...] sobretudo daquelas em que ela aparece como nada mais de um episódio”.

Pode-se entender também que a pós-modernidade, como episódio histórico da modernidade, relaciona-se com a tese de Fredric Jameson (2007), ao defini-la como a *lógica cultural do capitalismo tardio ou contemporâneo*, e, por isso mesmo, se trata de uma condição histórica e episódica, fruto da modernidade que se desenvolveu em sua completude.

Jameson (2007, p. 16)¹⁴ considera o pós-modernismo como a lógica cultural do capitalismo avançado ou tardio por incutir uma nova sensibilidade cultural. Desse modo, “[...] o pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova [...], mas é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo”.

Esse autor é um dos mais influentes sobre essa temática e inspirou diversas reflexões desde a publicação da obra *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, sendo a primeira publicação em 1996. O referido autor destaca

¹⁴ Cabe ressaltar que apesar de muito aclamada, essa leitura de Jameson foi criticada por Mike David e Perry Anderson, pelo fato de Jameson ter tomado como referência a obra de Ernst Mandel (Capitalismo tardio). Os motivos seriam dois: “Não só pelo fato de *O capitalismo tardio* ter sido escrito antes do desabrochar pleno das teorias e das práticas que moldaram a cultura pós-moderna, mas sobretudo, porque Mandel data a eclosão dessa terceira fase do capitalismo de 1945.” (MUSSE, s.a. s.p)

que os impactos da pós-modernidade na vida cotidiana e cultural se estende também à sensibilidade, e, a partir de então, se depreende o esmaecimento do sentido histórico.

Para Evangelista (2006) o pós-modernismo tem uma afinidade cultural estrutural com a ofensiva neoliberal. Esse autor segue o percurso intelectual de Jameson, principalmente ao recuperar as categorias *alienação*, *reificação* e *fetichismo* da mercadoria nos marcos contemporâneos do capitalismo. Nesse sentido, Evangelista analisa que a partir da própria expressão pós-moderna, emerge a possibilidade de repensar o marxismo. “Assim, o pensamento pós-moderno significaria, simultaneamente, uma crítica e uma ruptura com a modernidade, com implicações que atingem desde a vida cotidiana até a produção do conhecimento social.” (EVANGELISTA, 2002, p. 30). E prossegue esse autor:

Ocorre que a crítica da modernidade foi dirigida ao conjunto de sua racionalidade, numa cruzada contra a razão em geral, dando forte impulso a uma nova onda irracionalista. Então, os principais temas da racionalidade moderna – ciência, verdade, progresso, revolução, felicidade etc. – darão lugar à valorização do fragmentário, do microscópio, do singular, do efêmero, do imaginário, dentre outros. (EVANGELISTA, 2002, p. 24).

Já Harvey (2014) considera que as características da pós-modernidade são produzidas historicamente e se relacionam com a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital, e, trata-se, assim, de um “Espírito do tempo”. Nesse entendimento, o autor destaca que há mais continuidade do que diferença entre o modernismo e o denominado movimento pós-moderno.

Outra reflexão central é que o pós-modernismo pode ser uma resposta à nova forma da compressão do tempo-espço na organização do capitalismo. Em síntese, Harvey coloca que o pós-modernismo não traz apenas mudanças culturais, mas mudanças significativas no modo de vida a partir de novas práticas e experiências.

A análise de Harvey situa a crise do fordismo rígido e o advento de formas flexíveis de acumulação como conjuntura para a condição pós-moderna. A flexibilidade colocada ao mercado de trabalho (contratos temporários), a desterritorialização da produção, o *just in time* e a primazia do mercado financeiro dão sustentabilidade para um novo processo de acumulação, que tem como centro a efemeridade e a instabilidade.

Para Sousa Santos (2004), chamado de pós-moderno, e de relevante influência intelectual, faz uma crítica à verdade e à totalidade. Nas palavras de Grave (2007, p. 18):

[...] para ele, a chamada pós-modernidade postula que a verdade em si não existe o que há, na realidade, são consensos estabelecidos a partir de uma comunidade de sujeitos acerca de determinado fenômeno. É muito mais importante, assim, um bom discurso e argumento, do que a busca da verdade em si. [...]. Portanto, se não é possível a construção de uma verdade, tão pouco será de uma razão que se pretenda macro-histórica. Boaventura Sousa Santos defende assim a existência de “mini-racionalidades”, que transitam no espaço privado/doméstico, e que de certa forma conferem racionalidade àquilo que comumente chama-se “senso comum”.

Conforme citado no Capítulo anterior, Sousa Santos (2004) apresenta uma divisão entre a “direita” e a “esquerda” pós-moderna, enquanto a direita seria o pós-moderno de “celebração”, a esquerda significaria o pós-moderno “crítico” e de “contestação”. Essa divisão apesar de criticada por Mészáros (*apud* Netto, 2004) por sua falta de fundamentação, indica uma relativa clivagem para analisar a heterogeneidade do movimento pós-moderno. Portanto, se no marxismo há contradições e diversidades, o pensamento pós-moderno como “episódio histórico” também pode ter.

Harvey traz uma declaração de Huyssens que acredito ser bastante interessante:

O que parece num nível como o último modismo, promoção publicitária e espetáculo vazio é parte de uma lenta transformação cultural emergente nas sociedades ocidentais, uma mudança da sensibilidade para qual o termo “pós-moderno” é na verdade, ao menos por agora, totalmente adequado. A natureza e a profundidade dessa transformação são discutíveis, mas transformação ela é. Não quero ser entendido erroneamente como se afirmasse haver uma mudança global de paradigmas nas ordens cultural, social e econômica; qualquer alegação dessa natureza seria um exagero. Mas, num importante setor da nossa cultura, há uma notável mutação na sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas que distingue um conjunto pós-moderno de pressupostos, experiências e proposições do de um período precedente. (HUYSENS *apud* HARVEY, 2014, p. 45).

Para Cantalice (2013), o pós-moderno não se trata de teoria e ou método, e constitui-se como um conjunto heteróclito, de cariz neoconservador, embora não seja um todo idêntico, articulam entre si e tem como traço comum a desconstrução

da visão de mundo moderna - humanista, historicista e dialética. Assim, a autora ratifica o pós-modernismo como “[...] a forma cultural que no tempo presente se fixa no processo de reprodução e de manutenção da economia capitalista” (CANTALICE, 2013, p. 42). Outro traço comum ressaltado por essa autora é a necessidade unitária desse pensamento se reproduzir como ideologia.

A pós-modernidade dissemina uma série de reflexões e “proposições” que tem como principal estímulo rejeitar o “velho”, o “passado”, ou seja, a modernidade coloca em curso um processo de deslegitimação de um conjunto de indicadores próprios dessa era, e, apresenta como elementos estruturadores/denominadores comum em meio a sua heterogeneidade, uma espécie de: anti-razão, anti-totalidade, anti-história, anti-ontologia, anti-método e anti-marxismo. (CANTALICE, 2013).

Conforme elucidado, o pensamento pós-moderno opõe-se à totalidade e dá primazia à subjetividade. Nos últimos anos, essa perspectiva obteve grande adesão nos meios acadêmicos, se desenvolveu, se modificou, se tornou um processo bem mais amplo do que a sua origem. Como projeto de crítica à modernidade, com certeza obteve sucesso, nunca antes na história a razão foi tão desmerecida na intelectualidade; na política, o pensamento pós-moderno obteve grande respaldo nos “novos movimentos sociais” e na sua facilidade da discussão do micro e do particularismo. Porém, é válido indagar até que ponto esse movimento hoje é o principal crítico à modernidade, ou mesmo, se encontra em seu ápice.

Bianchi afirma que o momento de ápice da “parábola” do pós-modernismo se encerrou devido às suas próprias limitações/confusões teóricas e políticas, e que se assiste, na atualidade, um declínio dessa perspectiva. Bianchi é categórico ao inferir que o pós-modernismo foi breve e “[...] seu declínio rápido e acentuado. Quando se utiliza um conceito adequado do pós-modernismo torna-se evidente que atualmente ele sobrevive apenas em alguns departamentos de estudos literários ou estudos pós-coloniais.” (BIANCHI, 2014, p. 01). A lógica explicativa desse autor refere-se que:

Os efeitos dessa ofensiva política não deixaram de se manifestar na cultura contemporânea. O adversário que se ergueu perante o pensamento crítico é muito mais forte e mobiliza mais recursos do que aquele que representava o pós-modernismo. Se o pensamento crítico quer lutar pela sua sobrevivência é com essa nova metanarrativa neoconservadora que ele precisa terçar armas. Chutar um cachorro morto não é só perda de tempo. É algo muito pior: é

conceder um armistício ao neoconservadorismo hegemônico. (*Ibdem*).

Hegel vai afirmar que se deve dar atenção às críticas, sem dúvida, uma afirmação importante quando se está na construção do conhecimento e na busca da transformação social. Assim, no plano teórico é notório os diversos desafios trazidos pela emergência do pensamento pós-moderno, inclusive no Serviço Social. Existem reflexões bem interessantes sobre a relação da pós-modernidade com a produção de conhecimentos, que é objeto deste trabalho. É, neste aspecto que se relacionará a emergência da pós-modernidade com a ciência, e, por consequência, as inflexões no Serviço Social brasileiro.

2.3 CONHECIMENTO E HEGEMONIA: a lógica ideocultural da pós-modernidade e a produção de conhecimentos

O conhecimento e a produção de conhecimentos têm uma relação intrínseca com a realidade social. Estão intimamente relacionados ao desenvolvimento da sociedade, em seus determinantes sócio-históricos, sua capacidade de produção, e, obviamente, em sua totalidade social. Em suma, acompanham os marcos dos modos de produção e de acumulação da sociedade, principalmente a capitalista, onde alcançou seu auge. Conforme Santos (2007), a teoria sempre colocou um papel de destaque no que concerne à construção da hegemonia do capitalismo

Conforme colocado nos tópicos anteriores, diante dos limites históricos do capital, visíveis no cenário de crise econômica, o capital articulou uma ampla reorganização nos níveis da esfera da produção e das relações sociais, que significou a reestruturação produtiva da economia e da produção, bem como uma *redefinição dos mecanismos sociopolíticos e institucionais no tocante a reprodução social*. (MOTA, 2009).

Decerto, esse contexto sócio-histórico incide sobre a produção de conhecimentos que, por sua vez, impacta sobre as especificidades dessa produção, dentre elas, evidencia-se a do Serviço Social. Já em 1996, Netto alertava para esses impactos na divisão sociotécnica, assim como, no complexo teórico das profissões. De acordo com esse autor, essas alterações profissionais derivam da “[...] intricada interação que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento

na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão. ” (NETTO, 1996, p. 89),

Essas transformações apontadas por esse autor tratam das mudanças pós- crise de 1970, bem como aludido anteriormente, Netto (1996) já afirmava a expansão de um movimento pós-moderno no plano cultural. O referido autor destaca, principalmente, a existência de uma “retórica pós-moderna”, mas que não se constitui uma intencional mistificação produzida por acadêmicos, ou mesmo que está simplesmente a serviço do capital, mas se trata, sim de:

[...] um sintoma das transformações em curso na sociedade tardo-burguesa, tomadas na sua epidérmica imediatez – como Eagleton observou um belo ensaio, o que os pós-modernos tomam como tarefa “criadora” (ou, segundo alguns, “desconstrutora”) é a própria funcionalidade ídeo-social da mercadoria e do capitalismo. (NETTO, 1996, p. 98)

O que está se chamando de pós-modernidade, se assenta em um amplo processo que reflete na cultura, no modo de ser e no pensamento social. Nesse campo, existe uma enorme diversidade de teses e interpretações, deveras heterogêneo, especialmente, nas inclinações ideopolíticas. Nesse sentido, assevera-se que a pós-modernidade tem uma relação com a “*crise de paradigmas*” (GUERRA, 2011; IANNI, 1991), sobretudo, ao se referir à “*falência do programa da modernidade*” (PEIXOTO, 1998), e, por conseguinte, uma relação intrínseca com o desenvolvimento da sociedade capitalista.

2.3.1 A produção de conhecimentos em Serviço Social

A título de introdução, contextualiza-se a produção do conhecimento, tratada neste estudo, nos marcos científico e tecnológico que se expressam, sobretudo, no nível acadêmico-universitário.

Os estudos sobre a produção do conhecimento no Serviço Social no Brasil, mesmo que analisem uma temática de ampla relevância, é um processo ainda recente, uma vez que se torna objeto de interesse investigativo da área nos últimos trinta anos, sendo esses estudos mais recorrentes na última década.

Segundo Almeida (2014), em seu artigo *A Produção do Conhecimento e as Tendências da Pesquisa em Serviço Social: uma análise dos últimos 30 anos*, afirma

que as análises da produção do conhecimento têm visibilidade em determinadas conjunturas e, derivam, sobretudo, dos Programas de Pós-Graduação brasileiros. Nesse artigo, a referida autora destaca o artigo de Ammann (1984) intitulado *Produção Científica do Serviço Social no Brasil*¹⁵, como pioneiro nesse tipo de estudo.

Historicamente, o Serviço Social traz as marcas do tecnicismo, do pragmatismo, do ecletismo e do sincretismo na sua profissionalização. Esse espectro conservador e tradicional exerceu forte influência no Serviço Social brasileiro. Consequentemente, o conservadorismo é constitutivo de sua trajetória (SANTOS, 2007), e, o movimento teórico e prático conservador ao pensamento e ação crítica, que tem como marco inicial o *movimento de reconceituação*, principalmente com a “*intenção de ruptura*” (NETTO, 2009a), tornou-se decisivo para a ampliação das bases teóricas-metodológicas e práticas do Serviço Social.

O processo de renovação e ruptura não aconteceu de forma natural, mas sim, a partir dos sujeitos históricos envolvidos na sociedade brasileira e na correlação de forças. O “caldo cultural” gerado pelo ascenso dos movimentos populares na década de 1960, mesmo com a interrupção desses movimentos com o golpe militar de 1964, e, a posterior retomada em fins da década de 1970, os movimentos foram fundamentais para o processo de renovação do Serviço Social, abrindo espaço à guinada mediante a aproximação e adoção do pensamento crítico e a realização de densas e profundas análises sobre os fundamentos teórico-metodológicos, prática profissional, “questão social”, políticas sociais, dentre outros.

O avanço nesse debate apresenta dois fatores principais a serem considerados: o primeiro se deve, principalmente, à aproximação teórico-metodológica e, também, ídeopolítica do Serviço Social à tradição marxista (BEHRING, 2009), incorporando o pensamento crítico, que passa a integrar o debate da categoria mais profundamente a partir do final dos anos de 1970, emblematicamente a datar de 1979, no *Congresso da Virada*, marco de ruptura com o conservadorismo na categoria. Nos termos de Netto (2011), o pensamento marxista confere a cidadania intelectual ao Serviço Social brasileiro.

¹⁵ Almeida (2014) destaca os estudos sobre a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro dos seguintes autores: Battini (1991), Netto (1992), Kameyama (1998), Yazbek (2004), Bourguignon (2005), Simionatto (2005), Silva (2007), Silva e Carvalho (2007), Sposati (2007), Setúbal (2007), Lara (2008), Iamamoto (2011), Guerra (2011), Mota (2013), Prates (2013), dentre outros.

O outro fator refere-se à conjuntura histórica de efervescência política que perpassava a sociedade brasileira, principalmente, nos anos de 1970, acentuando nos anos de 1980. Essa conjuntura provocou profundas transformações, sobretudo políticas na vida em sociedade e no Serviço Social inicia-se um amplo debate sobre vários temas pertinentes à profissão. “Essa vinculação às tendências políticas de esquerda espraia-se e impulsiona a elaboração intelectual do Serviço Social, envolvendo matizes muito diferenciadas e marcando a renovação em seu princípio constitutivo por um traço eclético/sincrético e heteróclito.” (GOMES, 2013, p. 84)

É, especialmente, com Iamamoto e Carvalho (2008) que, na entrada dos anos 1980, a teoria social de Marx inicia uma efetiva interlocução na área profissional (YAZBEK, 2009) e deslança o processo de *intenção de ruptura*. Nesse mesmo período, pode-se considerar a constituição de uma *intelectualidade* no Serviço Social brasileiro, e, nesse contexto, foi ou hegemônica a produção influenciada pela tradição marxista, em suas mais variadas vertentes, dando o tom ao debate profissional. (NETTO, 1996).

Este referencial, a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país. [...]. Sob sua influência ganha visibilidade um novo momento e uma nova qualidade no processo de recriação da profissão na busca de sua ruptura com seu histórico conservadorismo (cf. NETTO, 1996, p. 111) e no avanço da produção do conhecimento, nos quais a tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básicas. (YAZBEK, 2009, p. 151).

Santos (2007) destaca que a aproximação do Serviço Social com o marxismo foi por via de “aproximações sucessivas”. Na atualidade, é inegável o avanço teórico e político qualificado e alcançado pelo Serviço Social brasileiro e a sua influência na América Latina e, inclusive, na Europa. A hegemonia marxista se sofisticou e, mostra, nos dias atuais, uma capacidade de inúmeras respostas e análises da realidade. Segundo as Diretrizes Curriculares da Abepss (1996, p. 7), o marxismo é a razão crítica que possibilita um “[...] rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social”.

Com a onda pós-moderna hegemônica na interlocutora recorrente - as Ciências Sociais - é manifesta a influência (pós-moderna) no Serviço Social, especialmente a partir de Boaventura Sousa Santos, Edgar Morin, Cornelius Catoriadis, Michel Random, Basarab Nicolescu, Fritjof Capra, Luc Ferry, dentre outros; e autores brasileiros, como Edgard de Assis Carvalho, Ivani Fazenda, Luis

Felipe Pondé, etc. Defende-se a ideia de a aproximação do Serviço Social à pós-modernidade não se tratar de uma adesão *stricto sensu*, mas sim, uma adoção pela via do ecletismo.

Ao analisar as inflexões do pensamento pós-moderno no Serviço Social na produção do conhecimento, optou-se, metodologicamente, por realizar uma pesquisa bibliográfica através do *Estado da Arte* ou *Estado do Conhecimento*, cuja intenção investigativa foi identificar as tendências da produção de conhecimentos no Serviço Social à luz da modernidade e da pós-modernidade.

Nessa direção, a análise investigativa é introduzida no subitem seguinte e aprofundada no próximo Capítulo.

2.4 TENDÊNCIAS TEMÁTICAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL: entre o (neo)conservadorismo e o marxismo?

As interpretações analíticas de caráter histórico-crítico são reconhecidas hegemonicamente no Serviço Social brasileiro, principalmente a partir da década de 1980. A partir deste contexto, o processo de produção intelectual conforma-se como um espaço de construção de conhecimentos no âmbito da resistência, cuja ampla maioria versa sobre os problemas sociais do Brasil. Essas produções confirmam o caráter de compromisso social da profissão para além de si mesmo, transcendendo um debate corporativista e de autodefesa de interesses imediatos da profissão. (IAMAMOTO, 2011).

Em uma perspectiva mais crítica de análise no campo do saber, leituras apontam para um refluxo das interpretações científicas. Tais refluxos refletem principalmente em análises da realidade de forma eclética, sem perspectiva de totalidade social e com foco no relativismo e relações intersubjetivas. Tais formas de reflexões revelam que o marxismo está desatualizado para análise da realidade, definindo-o como “letra morta” e pouca explica as relações na contemporaneidade. Os signatários dessa corrente se auto intitulam de “pós-modernos”.

Nessa conjuntura, o Serviço Social se encontra de maneira hegemônica afirmando a necessidade da atualidade na produção do conhecimento e nas análises a partir do método crítico-dialético de Marx, ou melhor, fundamentadas na

base moderna de interpretação e transformação da realidade. Afirma-se, assim, o caráter crítico de luta e resistência do Serviço Social e do marxismo.

A atualidade do método em Marx¹⁶, o materialismo histórico-dialético, vem se tornando necessária para análise do sistema de produção capitalista e seus rebatimentos. No Serviço Social brasileiro, este tem uma particularidade importante, uma vez que a profissão atua nas expressões da “questão social”, e, assim, entende-se que os elementos marxistas são atuais e fulcrais para compreensão, análise e transformação da realidade.

No que tange às tendências da pesquisa, conforme Almeida (2014) e outros autores (IAMAMOTO, 2007; CARVALHO; SILVA, 2007), na década de 1980, a predominância no Serviço Social estava nas temáticas oriundas da área de Fundamentos em Serviço Social. Porém, hoje, o cenário se mostra o inverso com a prevalência da área de Políticas Sociais. “Há de se considerar que a prevalência das pesquisas em torno das Políticas Sociais – nas quais materializam os espaços sócio-ocupacionais profissionais – configura-se como uma tendência de pesquisa.” (ALMEIDA, 2014, p. 20).

Para pesquisar sobre os impactos no Serviço Social das transformações sociais contemporâneas que dão caldo cultural ao pensamento pós-moderno, este trabalho investigativo intenta avaliar as tendências na produção de conhecimentos através da Revista *Serviço Social & Sociedade*, uma das mais importantes revistas da área no Brasil e na América Latina.

Esse periódico foi criado em setembro de 1979, e, é considerada a primeira revista de circulação nacional na área do Serviço Social. Mantém desde sua criação fluxo regular de publicação com periodicidade trimestral. É publicada pela Editora Cortez, em São Paulo, e tem como público professores, pesquisadores, estudantes e profissionais. Seu objetivo é dar visibilidade à produção acadêmica e profissional do Serviço Social, bem como contribuir com o debate e o aprofundamento crítico e analítico da teoria social, enfocando, preferencialmente, temas que dizem respeito à realidade brasileira e latino-americana.

¹⁶ Em síntese, segundo Lenin, a peculiaridade da obra se dá pela conclusão que “[...] Marx não deixou uma Lógica, deixou a lógica de O capital” (LÊNIN, 1989, p. 284 *apud* NETTO, 2009b). E ainda completa, afirmando que é, pois, o marxismo, uma “[...] análise concreta de uma situação concreta”. Nesse aspecto, é de extrema importância a premissa de inspiração lukacsiana sobre a ortodoxia do método (COUTINHO, 2008).

Esta Revista encontra-se até 2015, em sua edição de número 123 e é classificada como Estrato A1 no Sistema Qualis de Periódicos da Capes/MEC na área de Serviço Social. Conforme Silva e Silva (2009) este periódico é o único "[...] na América Latina que chegou ao número 100, mantendo fluxo regular de publicação durante trinta anos". Desde 2003, está indexada ao banco da Scielo, sendo disponibilizada online desde 2010 em PDF e de forma gratuita.

Esse periódico foi escolhido, como material de pesquisa, devido à importância e alcance teórico e político para os Assistentes Sociais, o que proporciona uma fonte segura das tendências da produção de conhecimentos no Serviço Social brasileiro. Em termos metodológicos, estabeleceu-se uma amostra temporal entre os anos de 2010 e 2014, o que corresponde a cinco (5) anos e a vinte (20) edições da revista. A escolha desse período se deu em razão de todas as revistas terem o acesso eletrônico.

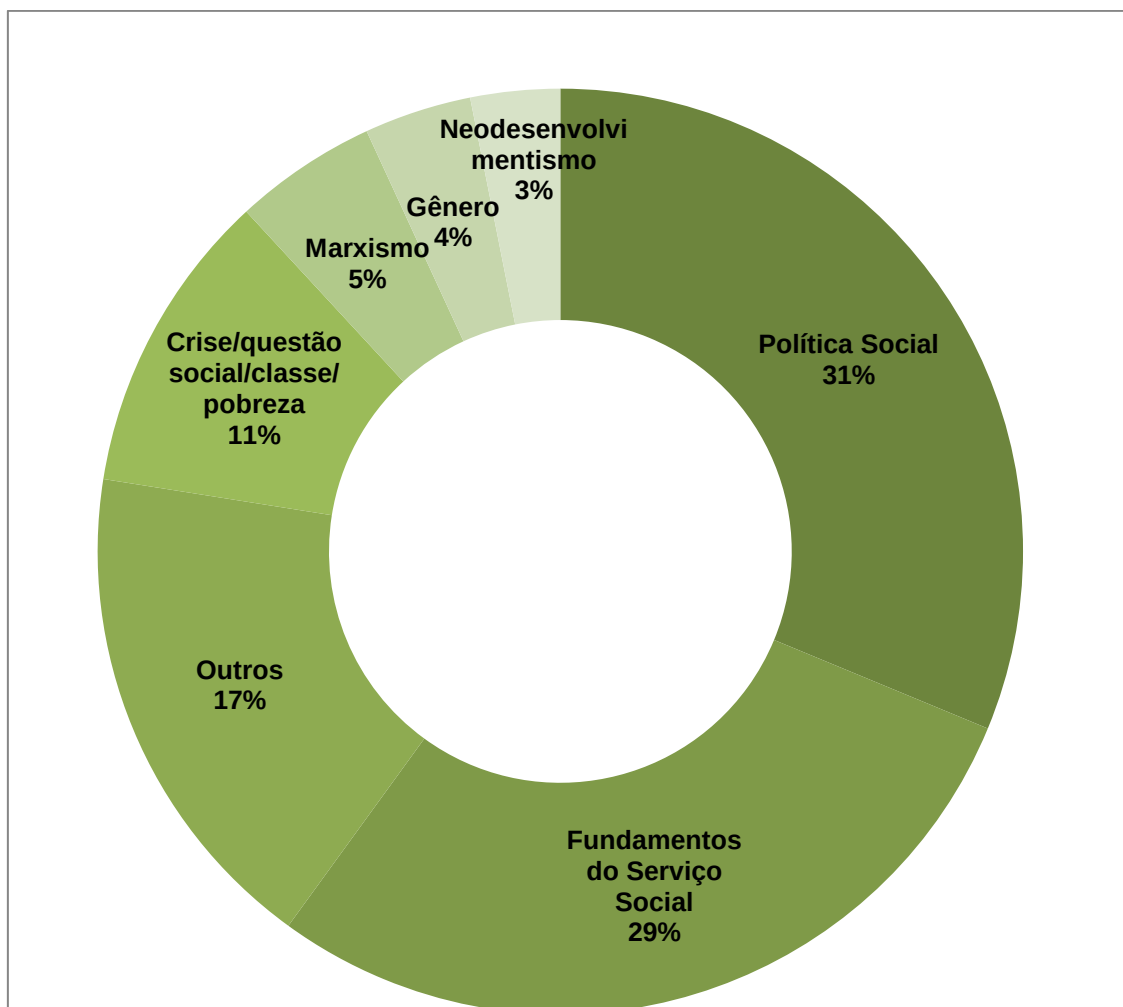
A partir desse material, realizou-se um estudo exploratório dos cento e sessenta (160) artigos publicados nesse período. Dentro desse universo, delimitou-se o critério de inclusão para a análise dos artigos: versar sobre os Fundamentos do Serviço Social, especificamente, sobre formação profissional e projeto ético-político, objeto de análise do próximo capítulo.

No estudo exploratório dos cento e sessenta (160) artigos da pesquisa, publicados entre 2010 e 2014, destacou-se os seguintes achados: vasta diversidade temática, devido à própria riqueza temática e maturidade alcançada pelo Serviço Social, além da forte interlocução com as Ciências Sociais; ampla maioria dos autores é da área do Serviço Social, mas a revista também conta com autores de outras áreas, como Ciências Sociais, Filosofia, entre eles Michel Lowy, Ricardo Antunes, Marcio Pochmann, Vera Telles, Amélia Cohn, Luiz Eduardo Wanderley, e outros. Por se tratar de um periódico nacional, a prevalência dos artigos é de origem brasileira, mas o periódico também tem considerável participação de autores da América Latina e da Europa, principalmente Espanha e Portugal.

No conjunto dos 160 artigos, a prevalência é daqueles que se encontram na perspectiva crítica/dialética, com baixas incidências do pensamento pós-moderno. As principais discussões versam sobre a crise do capital, as transformações do capital e impactos na cena contemporânea, as políticas sociais, trabalho, classes sociais, gênero, raça, dentre outras. Trata-se de categorias, predominantemente, analisadas a partir do legado da tradição moderna.

O Gráfico apresentado, a seguir, aponta as categorias identificadas no estudo exploratório do universo das **160 artigos** da Revista *Serviço Social & Sociedade*, publicadas no período de 2010 a 2014.

Gráfico 1 – Tendências temáticas analisadas na *Revista Serviço Social & Sociedade* no período de 2010 e 2014.



Fonte: Elaboração própria. 2015.

Na leitura deste Gráfico, visualizam-se as tendências analíticas da produção de conhecimento de Serviço Social que, assim como nas produções dos Programas de Pós-graduação (ALMEIDA, 2014; SILVA; CARVALHO, 2005), os artigos da *Revista Serviço Social & Sociedade* revelam a prevalência do debate sobre Política Social (31%) sobre as demais temáticas investigadas, mas que a de Fundamentos não fica numa situação desprestigiada (29%). Ainda mais se considerar que mesmo na discussão de Políticas Sociais, desenvolve-se, muitas vezes, a discussão dos

Fundamentos da Política Social e a prática profissional do assistente social no espaço sócio-ocupacional das Políticas Sociais.

Segue uma sucinta análise das tendências analíticas da produção do conhecimento no Serviço Social, levantadas através do estudo exploratório realizado nos 160 artigos da *Revista Serviço Social & Sociedade* no período de 2010 a 2014.

a) Políticas Sociais

Como campo de atuação do Serviço Social, onde se processa a materialidade da profissão, é inegável a prevalência dessa tendência analítica na produção de conhecimentos em 31% dos artigos pesquisados. As principais produções versam sobre a Política de Saúde e de Assistência Social; mas, também sobre a Política da Criança e Adolescente, Avaliação de Políticas /Programas Sociais e as Políticas Sociais na América Latina.

Mesmo que a discussão predomine sobre uma dada política específica, nota-se, no estudo exploratório, que as discussões também perpassam uma discussão de fundamentos, relacionando a política social com a totalidade da ordem tardo-burguesa e seus desafios na cena contemporânea.

O acúmulo existente no Serviço Social sobre essa temática incide sobre o fato de as Políticas Sociais - principalmente as que compõem o tripé da Seguridade Social: saúde, previdência e assistência social - constituírem os principais espaços sócio-ocupacionais da profissão, como já apontava a pesquisa do CFESS (2005), intitulada *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Portanto, trata-se de uma temática fundamental da formação e prática profissional, conseqüentemente, prevalente na produção do conhecimento da categoria profissional dos assistentes sociais.

Embora seja esse o cenário, na atualidade, nem sempre o Serviço Social realizou densas, profundas e críticas produções e análises sobre as Políticas Sociais. Mas, apesar de ser ainda relativamente recente, o Serviço Social muito avançou nesse debate, e, hoje, essa área do conhecimento é uma referência nas análises dessa temática. (BEHRING, 2009).

O avanço nesse debate apresenta três fatores principais a serem considerados: o primeiro, se deve principalmente pela aproximação teórico-metodológica e também ídeo-política do Serviço Social à tradição marxista

(BEHRING, 2009), incorporando o pensamento crítico, que passa a integrar o debate da categoria mais profundamente a partir do final dos anos de 1970; o segundo fator, refere-se à conjuntura histórica, vivenciada pelo Brasil pós-Constituição de 1988, com a conquista de uma *Constituição Cidadã*, mas, que sofre um processo de desmonte logo na década de 1990, com a implantação do *projeto neoliberal*; e o terceiro fator, mas, não menos importante consiste no avanço contraditório das Políticas Sociais que ocorreu nos governos do PT (2002-2016...) que, através do lulismo (SINGER, 2012) une uma camada da burguesia e subproletariado numa proposta social-liberal, ou dita por alguns como pós-neoliberal, ou neodesenvolvimentista, na qual ocorre a ampliação da *assistência social* via transferência de renda. Trata-se de uma análise deveras relevante que tem sido feita sobre a Era Lula (2003-2010) e a gestão de sua sucessora Dilma Rousseff (2011-2016...) a partir do neodesenvolvimentismo, que se tornou, na atualidade, uma temática significativa nas produções do conhecimento e pesquisas acadêmicas, inclusive na área do Serviço Social. Conforma-se como uma perspectiva crítica ao entendimento atual de Políticas Sociais no Brasil, e, por isso mesmo, uma categoria analítica emergente na produção de conhecimento da área.

b) Fundamentos do Serviço Social

Historicamente, Fundamentos tem se constituído uma tendência temática assaz analisada no Serviço Social, apresentando a segunda maior incidência (29%), nos artigos pesquisados. Essa tendência temática compreende um conjunto de categorias de análise, como: exercício profissional, formação profissional, projeto ético-político, serviço social internacional, ética, pesquisa. Além estabelecer uma discussão pertinente ao Serviço Social, em seu debate, relaciona com a “questão social” e, obviamente, com a sociedade capitalista.

Essa tendência analítica, conforme Iamamoto (2011) não se apresenta entre as mais pesquisadas no âmbito da pós-graduação. Entretanto, no estudo exploratório, detectou-se que a temática Fundamentos é tão analisada como a de Políticas Sociais. Acredita-se que essa constatação se deve à direção política da Revista, que opta por garantir espaço para publicação dessa temática, tão cara à área do conhecimento do Serviço Social.

Vale salientar que mesmo as discussões sendo no âmbito de Fundamentos, estas se relacionam com a realidade concreta da ordem do capital, e, sendo assim, não trata o Serviço Social em uma perspectiva endógena, o que é de extrema importância e riqueza teórica, além de demonstrar na mesma medida a preocupação da profissão com uma direção social, referenciada nas classes subalternas.

[...] é notório que o campo de estudo do Serviço Social situa-se dentre as manifestações da questão social e nelas, das relações entre os sujeitos Estado-Sociedade-Mercado, em toda sua complexidade constitutiva, e, como assinalado, na perspectiva da construção de um conhecimento contra-hegemônico, isto é, cuja direção social busque descrever, sistematizar, explicar o modo de vida, de viver, de luta, de organizar, de representar, de manifestar das classes populares e das situações que vivenciam perante a justiça social, a democracia e o trabalho neste terceiro milênio. (SPOSATI, 2007, p. 23).

c) Outros

Com um percentual significativo (17%) dos artigos, deparou-se com artigos variados, agregados como outros. Entre esses outros, verificou-se com temas, como: educação popular, questão agrária, democracia, economia solidária, tecnologias sociais, sofrimento, crise da modernidade e sociedade de risco. Como em sua particularidade, esses temas não representavam uma amostra significativa, optou-se por agregá-los na tendência analítica “outros”.

Na análise dessa tendência, verificou-se que os artigos analisavam uma diversidade e expressiva riqueza temática. Outra constatação na análise dos artigos agrupados foi a presença do pensamento pós-moderno, com a abordagem de categorias próprias a esse pensamento, mas, com baixa incidência ao comparar com o universo de 160 artigos. Mas, é válido ressaltar, que embora em baixa incidência não deixa de ter validade investigativa. Nessa abordagem, detectou-se as temáticas: tecnologias sociais, redes, sociedade de risco, realidade simbólica, jogos de poder, sofrimento social, etc.

d) Crise, classe, questão social e pobreza

Com a crise do capitalismo desde a década de 1970, e especialmente, com a crise de 2008 vivenciada no mercado financeiro, a recorrência à temática crise se torna cada vez mais imperativa nas produções do Serviço Social. Além de ser uma categoria marxiana, é um processo que afeta toda a sociedade contemporânea, desde a economia à política, principalmente, no que tange à proteção social e as formas de saída da crise.

Comprovou-se que a incidência (11%) à temática da crise, como chave interpretativa da atual conjuntura, ultrapassa a delimitação percentual, visto que se observou que ampla maioria dos artigos contextualiza suas análises tendo como marco, a crise do capital. Destacou-se essa tendência analítica específica devido ao fato de ser a atenção principal nos trabalhos pesquisados, ao relacionar os impactos da crise na questão social, pobreza e na organização de classe.

Investigou-se que essas categorias estão no âmbito da modernidade, pois, reafirmam a crítica à sociedade tardo-burguesa em sua argumentação.

e) Marxismo

Desde o movimento de reconceituação do Serviço Social brasileiro, evidenciam-se os avanços da tradição marxista e a consolidação da hegemonia da teoria social em Marx no Serviço Social. As discussões que, em sua maioria, se afirmam marxistas indica uma amostra de 5% desta temática nos artigos estudados

Os artigos vinculados a essa tendência temática, podem ser divididos em três subgrupos:

1. Os que representam a maioria - 5 entre 8 artigos - realizam a análise a partir do marxismo representado pelo italiano Antônio Gramsci;
2. A segunda incidência - 2 dentre 8 artigos - realizam a argumentação analítica no que tange à tradição marxista via György Lukács;
3. Em apenas um artigo apresenta uma discussão filosófica sobre a subjetividade.

A análise dessa tendência temática aponta a influência do pensamento gramsciano no Serviço Social brasileiro – e, diga-se de passagem, não só no Serviço Social - sobretudo, em suas categorias de “Estado ampliado”, “sociedade civil”, “ideologia” e “hegemonia”, “intelectual”, “organização da cultura” que

possibilitam realizar uma análise a partir da perspectiva marxista, principalmente, das sociedades capitalistas tardiamente consolidadas.

De outro modo, também se atesta a influência de Lukács na tradição marxista, uma vez que uma parte significativa da intelectualidade do Serviço Social se identifica com essa perspectiva, a exemplo: José Paulo Netto, Sérgio Lessa, Marcelo Braz, Ricardo Lara, dentre outros.

Acrescenta-se que Lukács e Gramsci são considerados os principais intelectuais do século XX na tradição marxista, que conseguiram renovar e aprofundar a teoria social em Marx.

f) Gênero

A discussão sobre gênero é cada vez mais presente no âmbito acadêmico, tanto através da *virada cultural* como o próprio avanço das relações sociais na cena contemporânea. Numa sociedade como a brasileira, arraigada pelo patriarcado, machismo e um projeto civilizatório inconcluso, as marcas da violência de gênero se fazem ainda em níveis alarmantes.

Segundo o recente Mapa da Violência de 2015¹⁷, o Brasil chega a ocupar o 5º lugar no ranking mundial de países mais violentos para as mulheres, onde 106 mil foram mortas entre 1980 e 2013. Esse dado revela a relevância desse tema na atualidade. Ademais, como o Serviço Social atua no conjunto de políticas sociais de proteção à mulher, possibilita que essa tendência temática sofra uma ascensão significativa, tendo em vista que a produção do conhecimento se vincula à conjuntura sócio-histórica.

Com incidência 4% entre as demais tendências, os principais temas analisados foram: gênero e violência; gênero e pobreza; e gênero e trabalho. Notou-se que dentre os artigos estudados, nenhum versa sobre gênero em uma perspectiva da discussão dos direitos da população LGBT, tendo em vista que a categoria de assistentes sociais tanto quanto outros segmentos da sociedade se mostram cada vez mais abertas a essa discussão na cena contemporânea.

¹⁷ Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>.

Ressalta-se que, conforme a pesquisa de Cantalice¹⁸ (2013), a temática de gênero é a que tem a maior recorrência com adoção do referencial pós-moderno. Nos termos dessa autora:

No que concerne às temáticas do **feminismo** e do **gênero** é flagrante a assimilação das teses pós-modernas, tendo em vista a articulação histórica e epistemológica entre as origens e o espraçamento do pós-modernismo e a segunda “onda do feminismo”. Essa segunda “onda feminista” remonta à influência da psicanálise no debate feminista, onde a centralidade da luta política é deslocada em favor das questões inscritas no campo da identidade e da diferença sexual, da subjetividade e do simbólico. Movimento que “cai como uma luva” diante da regressiva cultural operada pelo pós-modernismo. (p. 225).

No estudo exploratório dos 160 artigos da *Revista Serviço Social & Sociedade*, identificou-se que essas produções adotam uma perspectiva crítica do debate, e se fundamentam em pesquisas, embasadas nos dados da realidade para discutir violência, pobreza e trabalho. Mas, registra-se que foi identificado apenas um artigo de cariz pós-moderno, por realizar uma discussão subjetiva, relacionando a temática de gênero com o amor e o erótico.

g) Neodesenvolvimentismo

Mesmo sendo uma temática de certo modo transversal, que embasa a crítica da economia política e da crise do capital, relacionando-a à realidade brasileira, decidiu-se por definir essa temática como uma tendência analítica, tendo em vista a crescente atenção dada pelo Serviço Social.

Com 3% de incidência, essa tendência temática não escapa da trama das polêmicas teóricas e políticas, por envolver defensores e críticos do chamado Lulismo, mesmo que não exclusivamente. Ao discutir neodesenvolvimentismo, os autores perpassam diversas perspectivas: a ideologia, dependência, Estado, política social e o neoliberalismo.

Evidenciou-se essa categoria como sendo uma das tendências temáticas que provavelmente será alvo de maior atenção no âmbito do Serviço Social, devido tanto aos impactos que ocorreram nas Políticas Sociais, bem como, e, principalmente, devido à crise política e econômica que perpassa a conjuntura atual.

¹⁸ Pesquisa realizada em Teses de Doutorado na área de Serviço Social.

Conforme se aludiu anteriormente, a produção de conhecimentos tem uma relação com a conjuntura sócio-histórica. Pode-se, assim, inferir como resultado da presente análise que o Serviço Social se mostra como uma área do conhecimento com profunda relação com os problemas da sociedade brasileira e da ordem do capital, se colocando de forma hegemônica a partir de uma perspectiva crítica e de totalidade. A produção do conhecimento e a consciência, como afirma Marx (*apud* TONET, s.d) são determinadas socialmente, ou melhor, do caráter histórico e social da razão.

Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com os problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter certa visão de conjunto deles: é a partir da visão de conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro. (KONDER, 1981, p. 37).

O saber crítico do Serviço Social se apoia hegemonicamente na razão moderna da tradição marxista, nas suas mais variadas tendências. A maioria das pesquisas incorpora as dimensões da profissão (interventiva, teórica e política) e conformam-se como *análises concretas de situações concretas* com aporte teórico crítico. Em síntese, tratam-se de produções a partir do *concreto pensado*.

Os artigos aliam-se com a perspectiva da totalidade e vão além do *lócus* da pesquisa, articulando com os determinantes históricos e conjunturais da realidade, tomada como uma característica fundamental da produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro.

A apresentação desse estudo exploratório introduz o objeto deste trabalho dissertativo que consiste na análise das expressões da modernidade e da pós-modernidade na produção de conhecimentos do Serviço Social, tema do próximo Capítulo.

No Capítulo a seguir, busca-se responder as seguintes questões: existe uma ofensiva pós-moderna na produção de conhecimentos do Serviço Social? Se há uma produção pós-moderna na área, esta adentra a partir da perspectiva neoconservadora, eclética ou “crítica”? Para tentar respondê-las, analisa-se uma amostra de 10 artigos escolhidos por versarem sobre a tendência analítica de Fundamentos do Serviço Social em torno dos temas: **projeto ético-político e formação profissional**.

3 O SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

“Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contentes querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.”
(Bertold Brecht)

No ano de 2016, o Serviço Social brasileiro chega ao marco dos seus 80 anos, não muito breve e nem tão pouco longo período de história, a profissão acompanhou o próprio desenvolvimento do ordenamento do capital no país: surgiu com a urbanização/industrialização, e, o agudizamento da “questão social”; se profissionalizou e laicizou ao longo desse período; fincou-se em base teórica de cariz conservador por cerca de 40 anos; vivenciou duas ditaduras (a de Vargas e a militar) que somaram mais de 30 anos; presenciou o período desenvolvimentista, a abertura democrática, o auge do neoliberalismo e da contrarreforma do Estado brasileiro; assistiu o período de expansão econômico-social dos ciclos petistas e de sua recente crise política. Alguns desses acontecimentos históricos da sociedade brasileira mostram, acima de tudo, a efervescência da luta de classes: de um lado, a elite contra os avanços políticos dos trabalhadores, e, de outro, os trabalhadores que defendem a ampliação dos direitos sociais conquistados nos últimos anos¹⁹.

Neste caleidoscópio de momentos históricos, o Serviço Social vivenciou diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, bem como técnicas e políticas. Isto, claramente, porque estamos inseridos diretamente na realidade social. Podemos destacar tanto o humanismo cristão nos primórdios, a *posteriori* o positivismo norte-americano aliado ao funcionalismo/estruturalismo; a fenomenologia; um movimento de reconceituação que teve diversos momentos²⁰; e os marxismos²¹.

¹⁹ A conjuntura em que se elabora este Capítulo, início de 2016, obviamente, esses fatos históricos não são os únicos, mas, decerto, são os principais.

²⁰ Netto (2009) destaca que o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro teve três principais momentos: a vertente modernizadora, a vertente inspirada da fenomenologia e a vertente de “intenção de ruptura”.

²¹ No plural porque significa que existem diversas formas de interpretação da obra marxiana, como postulou Netto na obra *O que é marxismo?* (1979).

Esses registros iniciais indicam que em apenas 80 anos de história, o Serviço Social brasileiro passou por significativas mudanças que forjaram o caldo de cultura para a formação da base sincrética da profissão, como afirma Netto (2006) na sua obra *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. Sincretismo esse que não fica restrito a um determinado momento histórico, por perpassar o *ethos* da profissão.

Como o Serviço Social possui uma intrínseca relação com o debate cultural, político e teórico de seu “tempo”, merece enfatizar que, nas últimas três décadas, obteve consideráveis avanços, tanto no que refere ao exercício profissional, quanto à consolidação da produção de conhecimentos. Nesse sentido, demarca-se no início da década de 1990, como uma profissão “relativamente consolidada” (NETTO, 1996), a partir do seu protagonismo junto aos demais segmentos populares na cena política do país.

É inegável que o Serviço Social brasileiro, assim como ocorre em outros países da América Latina, tem buscado subsidiar com suas produções teóricas a batalha das ideias na elaboração de uma nova visão de mundo na disputa da hegemonia. O protagonismo da massa crítica profissional espraia-se junto aos movimentos sociais e às diferentes formas de organização popular, fortalecendo uma prática profissional comprometida com a emancipação política e humana. (SMIONATTO, 2014, p. 18).

A consolidação da profissão tem como principais evidências a ampliação na atuação das Políticas Sociais, assim como, a indiscutível elevação da qualidade da produção teórica que, na análise de Mota (2013), insere também o Serviço Social como **área de conhecimento**.

Sem dúvida, um marco significativo dessa elevação e elemento impulsionador é a **aproximação do Serviço Social à teoria social de Marx** - mesmo que, *à priori*, em fontes secundárias -, bem como a vasta produção derivada dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil, criados desde a década de 1970. Notabiliza-se, também, a ampliação da atuação profissional qualificada, seja na execução, elaboração, avaliação e assessoria às Políticas Sociais.

O Serviço Social brasileiro, por conseguinte, avançou extensivamente mediante o número de cursos criados nas instituições de ensino superior, sobretudo,

privadas e na modalidade EaD²², os programas de pós-graduação e o espaço sócio-ocupacional.

Essa ampliação coloca em debate uma série de novos desafios e potencialidades para a profissão, principalmente no seu aspecto ético, teórico e prático, ao mesmo tempo que o contexto histórico se mostra adverso em face dos desdobramentos da crise do capital na flexibilização produtiva, na precarização do mundo do trabalho, no desmonte das Políticas Sociais, na despolitização da “questão social”, na negação dos direitos sociais, além do avanço do pensamento pós-moderno que passa a disputar a direção teórica e de conhecimento no Serviço Social, até então hegemonicamente marxista.

A produção do conhecimento no Serviço Social, hegemonicamente delineada com bases na tradição marxista, insere-se no âmbito da modernidade, mas, em coexistência com outras reflexões, derivadas nas “teorias pós-modernas”²³. Essas duas tendências antagonistas têm provocado diversos tensionamentos e debates, visto que se trata da direção hegemônica da produção do conhecimento que está colocada em disputa.

Segundo Hall (2006), Anderson (1999), Kumar (1997), Eagleton (1998), dentre outros autores, a pós-modernidade eclodiu entre os anos 1970/80. No Serviço Social brasileiro, o avanço da pós-modernidade ocorreu na década de 1990 e, se aprofunda nos anos 2000, não se tratando de um falso dilema, mas um debate em aberto no seio da profissão.

Entre as aproximações sucessivas da pós-modernidade no Serviço Social, destacam-se vários achados instigantes:

- a) As Pós-graduações na área de Serviço Social são protagonistas no processo de produção de conhecimentos (IAMAMOTO, 2011; KAMEYAMA, 1998; ALMEIDA, 2011), se configurando como espaço de formação intelectual e crítica. Desse modo, conformam-se como *locus* à aproximação ao movimento pós-moderno;
- b) Nos últimos anos, as produções sobre as Políticas Sociais ganham centralidade na produção de conhecimentos (IAMAMOTO, 2011; ALMEIDA, 2011), principalmente nas áreas de Saúde e Assistência Social, sendo essas políticas cada

²² Os órgãos de classe realizam uma crítica à recente expansão dos cursos privados e a EAD de Serviço Social, como “[...] mercantilizadora, privatista e excludente porque segregam os estudantes mais pobres à educação privada de baixa qualidade, muitas vezes à distância”. (CFESS, 2014, p. 7)

²³ Cabe a indicação de que o pensamento pós-moderno não se trata de uma “teoria”, mas se configura mais precisamente como um “campo”, pois há uma série de manifestações na arquitetura, no cinema, na literatura, na filosofia etc, que podem ser classificadas de pós-moderna.

vez mais fragmentadas, cuja tendência é de que essas políticas sejam discutidas de forma “singulares”;

c) Com o avanço da pós-modernidade nas Ciências Sociais - principal interlocutora do Serviço Social -, a perspectiva de discutir o micro e relativizar conhecimentos e metodologias acaba adentrando de forma acrítica e pela via do ecletismo no Serviço Social;

d) Na relação entre a pós-modernidade e o Serviço Social, destacam-se ainda três razões para compreendê-la: 1) pela via do sincretismo-ecletismo; 2) pela “vulgarização” do marxismo e pela inapropriação metodológica; 3) por último, e, não menos importante, pelo histórico antimoderno enraizado na profissão. (SANTOS, 2007; CANTALICE, 2013).

Ao analisar esse processo que é heterogêneo, diverso e com múltiplas determinações, justifica-se este estudo em face da relevância do debate sobre conhecimento e a produção do conhecimento na conjuntura atual, considerando que implica em hegemonia e direção ídeo-política profissional.

As análises elaboradas ao longo do primeiro e segundo capítulos apontam que as transformações societárias e suas inflexões infligem o caldo de cultura ao pensamento pós-moderno. Neste Capítulo, buscou-se analisar a aproximação do Serviço Social brasileiro à pós-modernidade a partir da análise da produção do conhecimento.

Trata-se de uma proposta investigativa, iniciada por esta pesquisadora ainda na graduação, na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida), quando se introduziu a análise da produção do conhecimento do Serviço Social na Política de Saúde a partir do estado da arte das Dissertações de Mestrado do PPGSS da UFPB. O interesse investigativo do presente estudo é de aprofundar essa análise a partir de dois grupos temáticos formação profissional e projeto ético-político.

Para este trabalho, como se explicitou no capítulo anterior, optou-se por analisar artigos da *Revista Serviço Social & Sociedade*, por ser considerada o mais importante periódico da área no país, bem como pela notável divulgação e contribuição da produção do conhecimento. Para tanto, analisou-se 19 (dez) artigos selecionados, além das tendências e prospecções acerca do Serviço Social na cena contemporânea.

3.1 O Serviço Social na produção de conhecimentos: entre as expressões da modernidade

A interlocução do Serviço Social com o marxismo representa uma expressão de crítica, luta e resistência à sociedade burguesa. Dentre as várias manifestações de elaboração dessa crítica, destaca-se a pesquisa. A pesquisa no Serviço Social vem se consolidando, principalmente, nos últimos 30 anos no país, sendo as Pós-graduações o espaço propício de seu desenvolvimento. Desse modo, a produção do conhecimento e pesquisa no Serviço Social, assim como as demais áreas do saber, têm como principal base às pós-graduações, que se “[...] constituem em espaços privilegiados para produção de conhecimentos e suas atividades estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica.” (KAMEYAMA, 2007, p. 3).

De todo modo, registra-se que a produção de conhecimentos não está restrita às pós-graduações, mas, compreende-se que é a partir destas que se encontra o elemento impulsionador para tal.

A produção do conhecimento se processa de forma coletiva e determinada socialmente, assim, todos os seres humanos de alguma forma participam dessa construção e processo. No Serviço Social, muitos estudiosos contribuíram com o acúmulo do seu conhecimento, outros ainda contribuem e muitos outros estão por vir. Sempre existem novos desafios, dilemas, contradições e mediações a serem instigados no prodigioso mundo da investigação.

Na trajetória da produção do conhecimento no Serviço Social, muito se avançou na dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa à luz do pensamento moderno, principalmente na tradição marxista. Na hipótese de Mota (2013):

[...] o Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão. (MOTA, 2013, p. 18).

Nos últimos anos, o Serviço Social adensou sua base teórica e crítica através do marxismo, mas, na mesma medida em que o Serviço Social se consolida

nessa perspectiva - com todos os limites, desafios e possibilidades a partir do processo de “intenção de ruptura” -, no campo do saber, em geral, foi marcado por um refluxo das interpretações científicas. Tais refluxos refletem principalmente em análises da realidade de forma eclética, sem perspectiva de totalidade social e privilegiando o relativismo e relações intersubjetivas. Essas reflexões apontam que o marxismo está desatualizado para análise da realidade, se trata de letra morta e que pouco explica as relações sociais na contemporaneidade, conformando-se, assim, o pensamento pós-moderno. Nas palavras de Iasi (2011, p. 120-1), “[...] querem eliminar os problemas, trocando um conceito pelo outro, ou eliminando o conceito de classes”.

Mesmo com os limites e desafios existentes, o Serviço Social se encontra de maneira hegemônica, afirmando a necessidade da atualidade na produção do conhecimento e nas análises a partir do método crítico-dialético, o materialismo histórico de Marx, ou melhor, a defesa da base moderna de interpretação e transformação da realidade a partir da razão crítica, afirmando, assim, o caráter crítico, de luta e resistência do Serviço Social e do marxismo.

Esse caráter ocorre pela própria especificidade do Serviço Social e da inserção de seus profissionais em práticas concretas. O assistente social se detém frente às mesmas questões que outros cientistas sociais, porém, o que o diferencia é o fato de ter em seu horizonte um tipo de intervenção: a intervenção profissional, “[...] cuja preocupação é com a incidência do saber produzido sobre a sua prática: em serviço social, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico”. (BAPTISTA, 1992, p. 89).

Nesses termos, a **particularidade do Serviço Social** na divisão social e técnica do trabalho coletivo encontra-se vinculada organicamente às expressões reais da “questão social” no cotidiano, que também significa a sociabilidade capitalista, segundo a proposta básica para a formação profissional da categoria. O Serviço Social está “[...] organicamente vinculado às configurações estruturais e conjunturais da ‘questão social’ e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154).

De todo modo, com o avanço das chamadas teorias pós-modernas nas ciências sociais e no pensamento social, é relevante evidenciar que no Serviço Social se trata mais de uma exceção do que uma regra. Mas, não se pode

subestimar a influência dessa perspectiva no Serviço Social, mas sim, de afirmar que o Serviço Social ainda possui outros desafios no âmbito do pensamento e de sua produção de conhecimentos.

Conforme apontam Iamamoto (2011) e Grave (2006/7), o saber crítico do Serviço Social se apoia hegemonicamente na razão moderna da tradição marxista. Entretanto, não significa, obviamente, que o marxismo está consolidado totalmente, nem tampouco que segue carreira solo na perspectiva teórica da profissão, mas, continua a afirmar que é ainda claramente hegemônico.

Reconhece-se que a hegemonia da tradição marxista no Serviço Social é tensionada pelo avanço do pensamento pós-moderno, mas, cabe destacar que não só deste, uma vez que ainda possui vestígios do conservadorismo, que por sua vez se alia ao pensamento pós-moderno contra a razão crítica do marxismo.

3.1.2 A Base Moderna do Serviço Social: entre o anti-moderno e o moderno a permanência do sincretismo?

As origens do Serviço Social brasileiro inscrevem-se no conjunto de ações políticas, ativadas pelas classes sociais e mediadas pelo Estado em face do agravamento das expressões da “questão social”. Essa origem particulariza o Serviço Social na divisão social e técnica, ou melhor, como profissão que surge para responder às desigualdades sociais - que decorrem das relações e interesses conflitantes entre capital e trabalho - a partir da intervenção do Estado. Claramente, essa é a leitura que têm as instituições da categoria, fruto da herança cultural adquirida através da razão crítica, cujo sentido exprime o significado social e histórico do Serviço Social.

Essa análise é notavelmente moderna. Insere o Serviço Social na essência do processo de produção/reprodução da sociedade capitalista, afirmando que o Serviço Social não é uma “evolução” do assistencialismo e tão pouco da caridade, mas, uma demanda posta pelo capitalismo monopolista, em seu processo de urbanização e industrialização no Brasil, iniciado na década de 1920, eclodindo, de fato, na década de 1930.

[...] a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à "evolução da ajuda", à "racionalização da

filantropia", nem à "organização da caridade"; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica [...] não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas. (NETTO, 2007, p. 69-70).

Essa afirmação de Netto (2007), por seu turno, não significa dizer que a metanarrativa da modernidade influenciou a profissão desde os primórdios. A vinculação histórica do Serviço Social com o pensamento conservador humanista-cristão/(neo)tomista foi o que esteve presente nos primórdios da profissão, um simbólico tão forte que, de certo modo, ainda prevalece para o “senso-comum”. Esse pensamento era/é, declaradamente anti-moderno, pois, se funda no tradicionalismo e na moral conservadora: ser contra o liberalismo de direita e contra o comunismo de esquerda, ou seja, as duas principais razões da modernidade. Iamamoto (2011, p. 21) infere que o Serviço Social “[...] emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador. ” Nessa mesma direção, Yazbek (2009, p. 5) assevera:

O conservadorismo e o doutrinário constituem-se um conjunto de princípios e crenças que servem como suporte a um sistema religioso, filosófico, político, entre outros. O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e, nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista.

Esse conservadorismo, conforme aludido anteriormente, faz parte do pensamento moderno em oposição à cultura ilustrada. Representa um “contramovimento” e nos termos de Nisbet (*apud* IAMAMOTO, 2011) são “[...] profetas do passado”, e, como lembra Spinoza (*apud* THERBORN, 2012), o desejo profético é irresistível.

A partir do desenvolvimento institucional e de maior complexidade das relações sociais que é demandado do Serviço Social, um aprimoramento técnico e racional, do qual o conservadorismo neotomista era claramente insuficiente para dar respostas. Assim, a influência franco-belga perde hegemonia para o suporte teórico e metodológico do positivismo, em sua versão neopositivista, derivada, de fato, da modernidade, inserida no âmbito do conservadorismo.

Em meados de 1940, que essa “modernização” e qualificação técnica ganham notabilidade, a partir do neopositivismo e de “[...] sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social” (YAZBEK, 2009, p. 5) O

positivismo norte-americano, em sua versão neopositivista (behaviorista e funcionalista), expressa-se na perspectiva instrumental e tecnicista, de fatos e da apreensão dos indivíduos na sua imediatez. “É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação”. (*ibidem*).

De acordo com Iamamoto (2011, p. 26), “O serviço social nasce e se desenvolve na órbita desse universo teórico (conservadorismo). Passa da influência do pensamento conservador europeu franco-belga, nos seus primórdios, para a sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos 40”.

O Serviço Social, portanto, baliza-se, historicamente com bases no tecnicismo, no pragmatismo, no conservadorismo e no sincretismo. Esse espectro conservador e tradicional influenciou, sobremaneira, o Serviço Social no Brasil. O conservadorismo trona-se, assim, constitutivo de sua trajetória (SANTOS, 2007) e o salto político para o pensamento e ação crítica tem como marco inicial o movimento de renovação, principalmente na fase da “intenção de ruptura” (NETTO, 2009), decisiva para a ampliação das bases teóricas-metodológicas-práticas da profissão.

As primeiras aproximações do Serviço Social com a interlocução marxista, ainda que de forma enviesada (NETTO, 1989) iniciam-se na década de 1960, processo interrompido pelo golpe militar (1964), mas, retomado em meados da década de 1970. Conforme se registra anteriormente, a inscrição do debate teórico e cultural do Serviço Social apresenta uma ligação com o seu “tempo”, nessa perspectiva, Tavares (2013, p. 09) elucida que esse diálogo com o marxismo se iniciou, na época,

[...] além da pressão dos movimentos revolucionários e da rebelião estudantil, especialmente na França (1968), a universidade brasileira não escapa, também, às influências internas do golpe militar de 1964. É nesse contexto que emerge a Reconceitualização do Serviço Social na América Latina - processo que questiona o significado da ação profissional e, por conseguinte, introduz o marxismo nos conteúdos da formação profissional [...]. Materializado na disciplina Metodologia do Serviço Social, esse conteúdo foi formalmente inserido na formação profissional, em 1982, num ambiente marcado por lutas internas, que opunham pensamento conservador e pensamento crítico.

Entre a década de 1970 e 1980 enceta um efetivo diálogo do Serviço Social com a perspectiva crítica, cujo principal marco é a obra *Relações Sociais e Serviço*

Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, de autoria de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (1982).²⁴

Historicamente, a disputa interna pela direção teórica da profissão, portanto, foi sempre uma constante. O pensamento conservador, desde os primórdios, e o pensamento crítico, mais recentemente, estão presentes no *ethos* profissional, mesmo que sob a hegemonia do segundo.

Pontua-se que esses processos transcendem uma “ordem cronológica” e simplificaria muito afirmar que esse “trânsito das ideias” entre pensamento e conservador e crítico se fez de forma linear e puramente cronológica.

Parte-se do pressuposto que a “batalha das ideias” da profissão, principalmente a partir de década de 1970, coloca em disputa as duas grandes “almas” da modernidade: a conservadora e a crítica. Assim, o Serviço Social:

[...] mesmo constituindo-se por vezes de forma parcial, incompleta, invertida e fetichizada [...] nasce, desenvolve-se e reorienta-se através do acervo cultural herdado da modernidade, levando sempre em conta as configurações, articulações e tensões que constituem a tessitura da realidade social em suas implicações sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas. (SMIONATTO, 2005 *apud* PRATES, 2013, p. 214).

Pode-se verificar o caldo cultural e teórico, herdado da modernidade pelo Serviço Social, ao longo de sua história. E, também, como são recentes as influências da pós-modernidade, mesmo que em sua forma tímida - no âmbito da batalha das ideias - reacende a disputa e infla o discurso neoconservador.

A questão é que a pós-modernidade na profissão, a partir dos elementos que já expostos durante todo corpo deste trabalho, não surge sem sensibilidade concreta, “surge” de uma reminiscência conservadora existente na profissão.

No trânsito das ideias, o “novo” sempre traz elementos do “velho”. Significa mesmo com o início da chamada “intenção de ruptura”, e, logo após da adoção da razão crítica pela profissão, essa mesma chegou carregada de elementos conservadores e positivistas (QUIROGA, 1989), fruto do ecletismo/sincretismo profissional que, em outrora, também mesclava conservadorismo franco-belga e neopositivismo norte-americano.

Essa constatação indica que o sincretismo, como constitutivo da profissão, não permitiu, ao longo dos anos, que uma determinada corrente filosófica

²⁴ Para não se tornar repetitiva, sugere-se conferir o Capítulo 2 deste trabalho.

desaparecesse ou mesmo perdesse força, mas, que se encontre engendrada de forma eclética em outras teorias, seja pela adesão a um marxismo proforma, seja pela chamada renovação pós-moderna, ou neoconservadora para alguns autores.

O sincretismo, desse modo, torna-se o elo comum entre o “trânsito das ideias” na profissão, onde o “novo” carrega em si elementos do “velho”. De acordo com Netto (2006, p. 92), o sincretismo é o fio condutor “[...] da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação”. Posteriormente afirma “[...] o sincretismo ideológico acompanha a inteira evolução do Serviço Social” (Idem, p. 108).

Relevante ressaltar que no âmbito do saber, o ecletismo é a face visível do sincretismo e que também determinar o sincretismo como constitutivo da profissão não significa afirmar que este é um dado permanente, até porque, como elucidado, - pelos principais autores do Serviço Social: Yamamoto e Netto -, o Serviço Social está inscrito na história e é socialmente elaborado, e, portanto, inserido na relação espaço-tempo.

O que indica, hoje, são as condições objetivas e os determinantes históricos, que subjazem este trabalho, é que permanece, apesar de esforços coletivos, o ecletismo teórico/sincretismo, no âmbito da produção de conhecimentos. Obviamente, não se pode generalizar, e, nem deve, mas é evidente que ainda persiste tal sincretismo em um número significativo de produções, mesmo que não seja em hegemonia.

O Serviço Social defronta-se, portanto, com duas perspectivas teóricas distintas: a que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e, uma outra, que compreende a ação profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais.[...] O fortalecimento de uma ou outra dessas perspectivas depende, dentre outros fatores, das opções teórico-metodológicas e ético-políticas da profissão no limiar do século XXI. (SIMIONATO, 1999, *apud* GRAVE, 2007, p. 5).

3.2 O Serviço Social na produção de conhecimentos: hegemonia marxista e ofensiva da literatura pós-moderna

No âmbito da produção do Serviço Social, para Santos (2007), a pós-modernidade surge imbricada à atual crise capitalista e caracteriza-se em oposição às teorias sociais modernas, e, no Serviço Social, esse pensamento se reflete principalmente pela via do neoconservadorismo. Considera-se, por ampla literatura, que o avanço da pós-modernidade tem como principal marco, como se asseverou anteriormente, a década de 1990, e, se aprofunda nos anos 2000, não se tratando de um falso dilema, mas um debate em aberto no seio da profissão.

Em se tratando do Serviço Social, a influência desse pensamento chegou de forma tardia, e, principalmente através das ciências sociais, principal interlocutora do campo teórico. Esse movimento ganha sustentabilidade, principalmente, pelo fato de o Serviço Social possuir uma forte herança conservadora e antimoderna, desse modo, a pós-modernidade alimenta um “sentimento” com roupagens neoconservadoras que ganham fôlego, com a tendência do sincretismo ideológico, ou seja, adentra, sobretudo, de forma eclética.

Em torno desse debate, a crítica à pós-modernidade não é recente, porém, cada vez mais atual no âmbito da profissão, principalmente, a partir da década de 1990, e, mais precisamente, nos anos 2000. Esse debate encontra-se nitidamente circunscrito em nível acadêmico, embora tenha reflexos em toda a vida social. De acordo com Santos (2007), a pós-modernidade caracteriza-se em oposição às teorias sociais modernas se propondo como alternativa à ineficiência do projeto moderno; e, no Serviço Social, esse pensamento se reflete, maiormente, pela via do neoconservadorismo.

Yazbek (2009) contextualiza historicamente, no país, o início da década de 1990 como a denominada “crise” dos modelos analíticos no país. No campo do conhecimento, começam as interferências do pensamento pós-moderno, que possui uma enorme heterogeneidade, e, na crítica ao pensamento moderno, nivelando os paradigmas marxistas e positivistas. Esse pensamento ganha maior fôlego com as mudanças estruturais pós-crise de 1970 no capitalismo, a reestruturação do capital, a ofensiva neoliberal, a derrocada do socialismo real, entre outros elementos.

Já em 1990, Netto destacava a mudança do plano ídeo-cultural, visto que o movimento pós-moderno se trata de um “espírito do tempo”, como aludido nos Capítulos anteriores, e, reflete no Serviço Social por esse caminho, uma vez que o “[...] arcabouço ídeo-político do Serviço Social não escapa ao seu jogo de forças ídeo-políticas que percorre a ordem burguesa”. (NETTO, 2006, p. 78).

Segundo Netto (2010), ao caracterizar de movimento pós-moderno embasa-se no campo ídeopolítico deveras heterogêneo, especialmente nas inclinações políticas. Com efeito, pode-se distinguir uma teorização pós-moderna de capitulação e outra de oposição. De modo geral, assentam-se, no mesmo patamar, totalidade e totalitarismo e reascende o sentimento antimoderno, inclusive conservador, na profissão.

[...] a retórica pós-moderna não é uma intencional mistificação elaborada por moedeiros falsos da academia e publicitada pela mídia a serviço do capital. Antes, ela é um sintoma das transformações em curso na sociedade tardo-burguesa, tomadas na sua epidérmica imediaticidade – como Eagleton observou em belo ensaio, o que os pós-modernos assumem como tarefa “criadora” (ou, segundo outros, “desconstrutora”) corresponde à própria estruturação fetichista da mercadoria e do tardo-capitalismo. (NETTO, 2010, p. 15).

Para Cantalice (2013), o pós-moderno não se constitui teoria e/ou método, mas, um conjunto heteróclito. De modo geral, possui um sentido neoconservador, embora não seja um todo idêntico, articulando dimensões distintas entre si e tem como traço comum: a desconstrução da visão de mundo moderna humanista, historicista e dialética. Outro traço comum, destacado pela referida autora, é a necessidade unitária desse pensamento de se reproduzir como ideologia.

A pós-modernidade dissemina uma série de reflexões e “proposições” que têm como principal estímulo rejeitar o “velho”, o “passado”, ou melhor, a modernidade. Nessa perspectiva, a pós-modernidade põe em curso um processo de deslegitimação de um conjunto de indicativos próprios dessa Era e apresenta como elementos estruturadores/denominadores comuns, em meio a sua heterogeneidade, uma espécie de: anti-razão, anti-totalidade, anti-história, anti-ontologia, anti-método e anti-marxismo. (CANTALICE, 2013).

De acordo com Cantalice (2013, p. 70), o pós-moderno reflete de maneira acrítica e superficial a vida social, destarte, a sua funcionalidade ideológica está em sintonia ao

[...] tempo presente do capital, confirma-se à medida que este reflete a imediaticidade fática e simbólica da sociedade tardo-burguesa, fundamentada numa argumentação anti-ontológica e anti-dialética que interdita a apreensão do concreto, do essencial e do universal. E à medida que valida e apresenta o conjunto das representações, normas, valores, padrões de conduta resultado das relações burocratizadas e manipuladas na atual fase do capitalismo como

naturais, factuais, independentes da ação do homem, portanto, imutáveis.

Conforme assevera Guerra (2011, p. 16) o pensamento pós-moderno valoriza “[...] o microscópio, o fragmento que transformam a realidade num simulacro”. Mais adiante, essa autora reafirma que essa perspectiva “[...] abarca a totalidade da vida social, porém a retrata de forma multifacetada, razão pela qual pode conceber que o processo de modernização se encontra referido à economia e à política, enquanto o moderno adquire expressão na arte e na ciência.” (Idem, p. 96).

Como se referiu anteriormente, a influência desse pensamento no Serviço Social surgiu de forma tardia, porém, como a profissão possui uma forte herança conservadora e antimoderna, a pós-modernidade alimenta um “sentimento” com roupagens neoconservadoras que ganham fôlego com a tendência do sincretismo ideológico.

O pensamento pós-moderno no Serviço Social insurge também em suas bases ecléticas, ao se confundir com uma suposta contestação renovada em crítica ao dogmatismo do marxismo. Nesse entendimento, Santos (2007) afirma que as incidências pós-modernas no Serviço Social se apresentam principalmente pela via do neoconservadorismo.

Essa autora é categórica quando afirma que a vertente marxista no processo de ruptura foi superdimensionada, e, assim, com uma presumida hegemonia, como se pode atestar em longa citação da autora:

Na verdade, o que parece ter ocorrido foi uma intimidação das demais concepções presentes no terreno profissional – em especial, do conservadorismo – em termos de explicitação das diferenças. Esta avaliação chama a atenção para o peso nada residual do conservadorismo na constituição ídeo-teórica e histórica do Serviço Social, pois, como modalidade específica de intervenção na divisão sócio-técnica do trabalho no capitalismo dos monopólios, essa profissão foi dinamizada pelo conservadorismo. É preciso considerar ainda a articulação sincrética (Netto, 1992), decorrente da constituição do objeto profissional e seu espaço sócio-ocupacional, que tende a tornar esse corpo ídeo-teórico eclético, do ponto de vista científico: nele costumam ser incorporadas de forma complementares as mais incompatíveis “modas” que percorrem as ciências sociais. (SANTOS, 2007, p. 10).

A pesquisa desenvolvida no Mestrado por essa autora, publicada com título *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*, apresenta o

conservadorismo profissional como marca da formação histórica e ídeo-teórica que, somado ao sincretismo tão incidente, torna o Serviço Social deveras “[...] propício a proposições antimodernas e conservadoras, a exemplo do pensamento pós-moderno.” (SANTOS, 2007, p. 110).

Essa autora realizou a citada pesquisa em cerca de 16 artigos da *Revista Serviço Social e Sociedade*, bem como em livros de determinados autores da área publicados na década de 1990. Como base nas análises dessa bibliografia, identificou que o Serviço Social incorpora a pós-modernidade

[...] não só autores do campo conservador – opositores históricos da vertente de ruptura – mas também marxistas, cuja apropriação desse referencial é, na atualidade, epistemológica. Em ambos os grupos, a retórica pós-moderna opera como um componente atualizador de trações do conservadorismo profissional e instrumentaliza o investimento de deslegitimação da direção social estratégica fundada na razão dialética. (SANTOS, 2007, p. 14).

A pesquisa de Cantalice (2013), desenvolvida em tese de doutorado, intitulada *As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em Serviço Social*, realizada em teses de doutorado defendidas entre os anos 2001-2005, indica que o pensamento pós-moderno, que critica a razão moderna (positivismo, marxismo etc) e a perspectiva de totalidade, se apresenta no Serviço Social a partir de duas principais dimensões: por uma inapropriação do método em Marx; e apropriações conscientes em nome do relativismo metodológico.

Para essa autora, a adoção da epistemologia pós-moderna ocorre mediante apropriações de forma “inconsciente”, principalmente por fontes secundárias, muitas vezes, ao se aproximar (ou adotar) as teorias pós-estruturalistas. Segundo Cantalice (2013) as incorporações pós-modernas no Serviço Social se concentram em torno das seguintes temáticas: feminismo e gênero; trabalho; comunicação, redes e comunicação digital.

Com base nessas análises e discussões, abaliza-se que o debate pós-moderno já foi mais incisivo no campo das ciências sociais, e, hoje se encontra em um processo mais tímido ou mesmo em exaustão. Acredita-se que, apesar das interferências e invasões do pensamento pós-moderno, a teoria marxista se encontra ainda em hegemonia na categoria profissional, principalmente por sua “vanguarda teórica” e “massa crítica” relativamente consolidada.

Em termos de rebatimentos nos próximos anos, conjectura-se que com a crise de 2008, o marxismo pode ter ganhado “novos ares”, a serem sentidos mais adiante e de forma tardia. Por esse ângulo, as indicações e análises de Bianchi (2014) são pertinentes ao afirmar uma “provável exaustão e declínio do pós-modernismo”, salvo apenas em algumas tendências culturalistas. Esse aspecto será retomado nas análises finais deste Capítulo.

3.3 Tendências atuais da produção de conhecimento: apontamentos de um estudo

No Capítulo anterior, introduziu-se a exposição da pesquisa, na qual se assinalou os primeiros achados deste processo investigativo. O estudo exploratório em torno dos artigos da *Revista Serviço Social e Sociedade* mostrou que existe, em termos de área, um equilíbrio de estudo temático entre Fundamentos e Política Social. Esse dado difere de diversas pesquisas realizadas no âmbito dos Programas de Pós-graduação, como Iamamoto (2011), Silva e Silva (2005) Almeida (2014), dentre outros estudos que comprovam existir uma prevalência de pesquisas na área de Política Social. Supõe-se que esse dado difira na *Revista Serviço Social e Sociedade* devido à própria direção teórica-política do referido periódico direcionado à categoria profissional para além da academia, como é a maioria das revistas da área, derivadas dos Programas de Pós-graduação

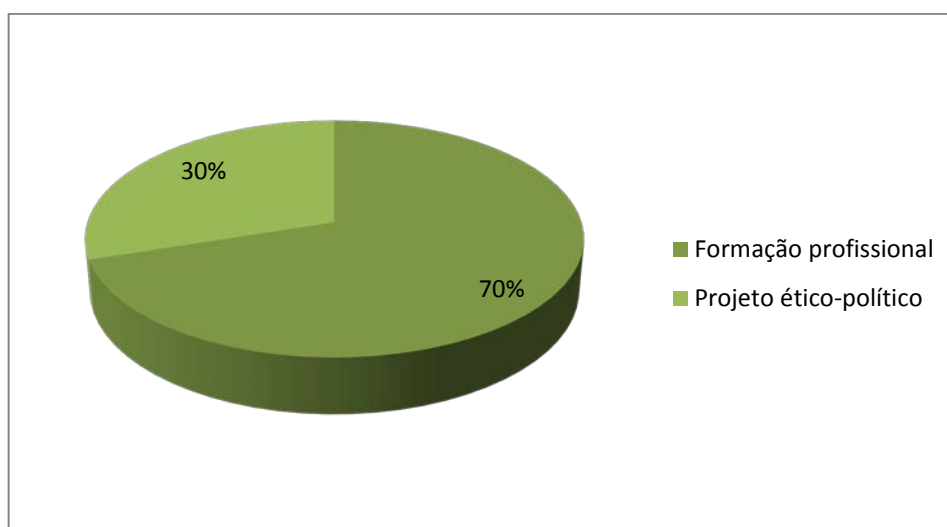
No citado estudo exploratório, identificou-se uma ampla maioria dos artigos que encontra ancorada no marxismo e, apenas, uma incidência minoritária se denomina pós-moderna. Se tivesse desenvolvido um estudo minucioso de todos os trabalhos do universo de pesquisa - 160 artigos entre 2010 e 2014 - poderia concluir maiores discrepâncias para além da adesão formal ao marxismo, mas, de todo modo, não influenciaria nos resultados finais desta pesquisa.

Optou-se como recorte analítico para este estudo bibliográfico, a pesquisa de 10 (dez) artigos da supracitada revista. Esses artigos foram escolhidos a partir dos seguintes critérios de inclusão: artigos que se encontram na área de fundamentos do Serviço Social; e artigos que possuem como subárea temática a **formação profissional e o projeto ético-político**.

O objetivo desta pesquisa é analisar as tendências atuais do direcionamento teórico atual do Serviço Social a partir da produção de conhecimentos, expressa na *Revista Serviço Social e Sociedade*, no período de 2010 a 2014.

No Gráfico abaixo, apresenta-se a incidência das duas subáreas nos 10 (dez) artigos analisados do referido periódico. No referido gráfico, nota-se que a maior incidência de temática nos artigos é sobre a área de formação profissional. Acreditamos que deve-se ao fato de que a própria realidade demanda mais essas análises, tendo em vistas as significativas mudanças na educação superior brasileira, bem como dos desafios da formação profissional do Serviço Social brasileiro na atualidade, que encontra-se hegemonicamente sendo proferida através do setor privado e ainda mais com os avanços do EaD.

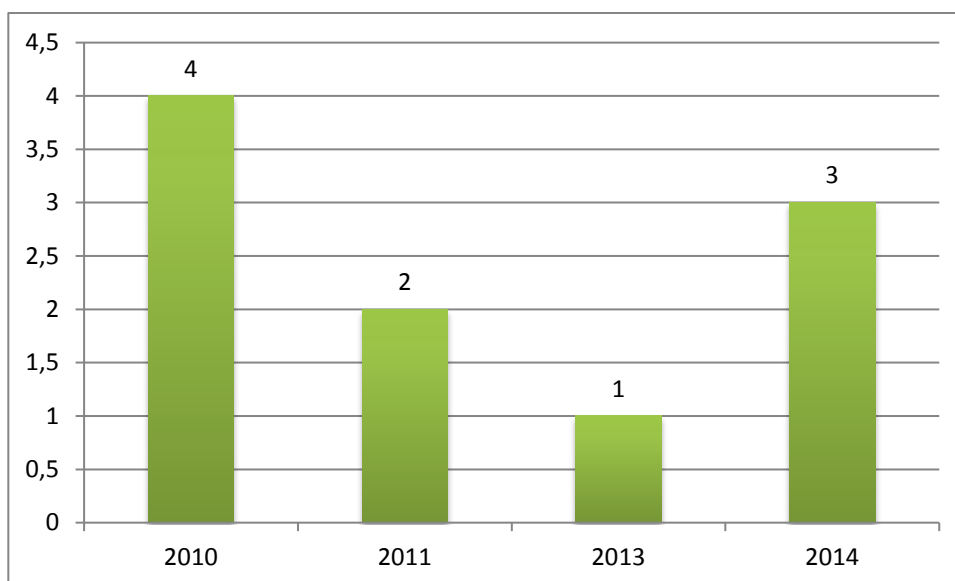
Gráfico 2 – Frequência de incidências por subáreas nos artigos analisados da *Revista Serviço Social e Sociedade* (2010-2014).



Fonte: elaboração própria (2016)

Em razão de a pesquisa bibliográfica circunscrever-se à versão digital da *Revista Serviço Social e Sociedade*, justifica-se a temporalidade escolhida de 2010 a 2014, enquanto um dos critérios de inclusão desta pesquisa.

Gráfico 3 – Frequência de incidências dos artigos pesquisados por ano de publicação da *Revista Serviço Social e Sociedade* (2010-2014).



Fonte: elaboração própria (2016)

Sobre a temporalidade dos trabalhos, identificamos que a temática foi mais recorrente em 2014 e 2010, demonstrando possivelmente a coincidência destes anos com encontros científicos da categoria, como o ENPESS, como o caso de 2014. Já em 2010, por que possivelmente se mostrar na realidade as principais consequências da reforma universitária no Brasil.

Ao analisar o conjunto desses artigos em sua generalidade, levantou-se os seguintes resultados de pesquisa que se aproximam do estudo exploratório: **prevalece a tradição marxista em hegemonia na produção teórica da categoria.**

Essa comprovação ratifica tanto pela opção teórica e metodológica dos artigos estudados, quanto pela discussão realizada, que existe uma lógica explicativa que percorre a discussão de ambos: a atual crise do capital e os impactos para o Serviço Social, sobretudo, para a formação profissional. De acordo com essa constatação, pode-se destacar os seguintes aspectos encontrados nos artigos analisados que indicam a adoção da mesma lógica explicativa:

- 1) Contextualização histórica que considera os marcos da crise do capital e suas consequências societárias para o Serviço Social, com foco na condição de assalariamento e precarização do mundo do trabalho;
- 2) Os desafios colocados para o projeto ético-político diante da direção ideológica e teórico-metodológica das atuais transformações societárias;

- 3) Os desafios da formação profissional em face da mercantilização do ensino, principalmente, com a massificação do Ensino à Distância (EaD);
- 4) O desafio atual da retomada do conservadorismo, sobretudo, no que tange à influência pós-moderna no campo de saber.

Conhecer sucintamente o perfil dos autores dos artigos analisados, possibilita averiguar as indicações da escolha do tema tratado. Constatou-se que entre os 10 autores, todos são professores universitários da área do Serviço Social; sete (07) são doutores e três mestres; quanto à área titulação, como era de esperar, a maioria fez em Serviço Social, salvo três doutores que se titularam em outras áreas, a saber: história, ciências sociais e ciência política.

Evidencia-se, ainda, que os artigos apresentam uma análise, em sua maioria, qualitativa. Trata-se de uma tendência analítica dos estudos sobre Fundamentos do Serviço Social. Essa constatação não significa que não há análise quantitativa, mas que, os artigos possuem, claramente, uma predominância pela leitura bibliográfica.

Detectou-se, nos artigos, a citação metodológica adotada de Estado da Arte ou Estado do Conhecimento desenvolvida a partir dos indicadores analíticos: palavras-chave, autores adotados e as subáreas temáticas (formação profissional e projeto ético-político). Como os artigos foram lidos na íntegra, deparou-se com as incidências dos descritores ou indicadores categoriais ou temáticos na análise sucinta das palavras-chave.

a) Palavras-chave

Na análise qualitativa das palavras-chave, segue as temáticas que tiveram maior incidência, conforme Quadro na página seguinte.

Como se atesta na leitura do Quadro, as palavras-chave coadunam com as temáticas dos trabalhos, facilitando a busca de referência bibliográfica de um determinado tema ou categoria de análise. As palavras-chave devem expressar as principais categorias de análise (temáticas ou descritores) de uma produção bibliográfica. Desse modo, as palavras-chave são de extrema relevância para a localização de produções e de organização dos indicadores temáticos, sobretudo, em pesquisa bibliográfica, de tipo estado da arte.

Quadro 1 - Frequência de incidências dos indicadores temáticos dos artigos analisados da *Revista Serviço Social e Sociedade* (2010-2014)

INDICADORESTEMÁTICOS	N =10	%
Formação profissional	7	70
Serviço Social	6	60
Projeto Ético-político	3	30
Ensino superior e/ou universidade	3	30
Outros	3	30

Fonte: elaboração própria (2016)

NOTA: Indicações múltiplas

Evidencia-se ainda variável “Outros” que se refere às palavras-chave indicadas apenas uma vez, que foram: Gênero; neoconservadorismo pós-moderno e marxismo. São indicadores temáticos que foram relacionados nas análises sobre formação profissional/projeto ético-político nos artigos pesquisados.

b) Referências

As referências utilizadas em um trabalho são importantes indicações das escolhas teóricas, metodológicas e também políticas de uma obra científica. Por isso acreditamos ser importante analisar quais foram os principais autores adotados nos artigos analisados.

Tabela 2 – Frequência de incidências dos autores adotados nos artigos analisados da *Revista Serviço Social e Sociedade* (2010/2014)

AUTOR/A	Nº de artigos em que o autor foi adotado	Nº de vezes em que o autor foi citado na obra
IAMAMOTO, Marilda V	8	25
NETTO, José Paulo	7	18
MARX, Karl	5	10
MANDEL, Ernest.	4	5
BARROCO, Maria Lúcia	2	8
CHAUI, Marilena	2	5

Fonte: elaboração própria (2016)

NOTA: Indicações múltiplas

Como se verifica na leitura dos dados da Tabela 2, considerou-se a indicação dos autores adotados em até 2 obras (artigos pesquisados) e que tenham sido citados a partir de 5 vezes de modo a compreender a influência (ou impacto) desses autores na elaboração teórica da profissão.

Embora a área do conhecimento do Serviço Social não tenha adotado ainda o Fator de Impacto (FI), no Brasil, a quase totalidade das áreas do saber adota e esse fator vem se tornando uma exigência das Agências de Fomento (CAPES, CNPq, FAPESP, FINEP, dentre outras) para classificação dos periódicos e avaliação dos Programas de Pós-Graduação, dos pesquisadores, dos projetos de pesquisa. Trata-se de “[...] análise de aspectos quantitativos referentes à geração, propagação e utilização de informações científicas, com o fim de contribuir para o melhor entendimento do mecanismo de pesquisa científica como uma atividade social”. (MEIS; LETA *apud* PINTO; ANDRADE, 1999, p. 488).

Na análise dos dados da Tabela 2, comprova-se que os autores adotados na formulação dos artigos analisados derivam das áreas do conhecimento em Serviço Social, Filosofia e Economia Política, e, todos os autores se encontram ancorados na teoria social de Marx. Os autores com maior recorrência são Marilda Iamamoto e José Paulo Netto, ambos autores brasileiros que debatem sobre Serviço Social, projeto profissional, questão social e capitalismo. Destaca-se que Netto também apresenta produções que tratam, especificamente, do marxismo, para além do Serviço Social.

Dentre as citações, assinala-se ainda Maria Lucia Barroco, autora da área do Serviço Social brasileiro. Os três autores de Serviço Social citados, têm projeção e circulação de suas obras na América Latina, África e Europa.

Os demais autores adotados são Karl Marx e o marxista belga Ernest Mandel, que apresentou importante contribuição teórica ao Marxismo; seguindo-se da filósofa Marilena Chauí, uma das importantes pensadoras da esquerda brasileira.

Distingue-se também a adoção de outras obras citadas nos artigos pesquisados, cuja autoria advém dos órgãos de classe do Serviço Social: ABEPSS e CFESS. Trata-se de documentos sobre Formação Profissional e Projeto Ético-político, elaborados por esses órgãos.

Passa-se a analisar as duas subáreas escolhidas na pesquisa bibliográfica mediante a análise de 10 artigos: formação profissional e projeto ético-político

a) Formação Profissional

A formação profissional foi o tema significativamente mais incidente nos Fundamentos do Serviço Social entre os artigos analisados nesta pesquisa. Conforma-se como um indicador temático recorrente na área do Serviço Social, sobretudo, a partir dos anos de 1980, com a aprovação do novo Currículo do Curso de Bacharelado de Serviço Social pelo Conselho Federal de Educação (CFE), em 1982; nos anos de 1990, tornou-se a temática mais recorrente dos debates da categoria em face da realização dos Encontros Regionais e Nacional, promovidos pela ABESS (atual ABEPESS), que tratavam da formulação das novas Diretrizes Nacionais do Curso de Bacharelado de Serviço Social, aprovadas em 1996; e, em 2002, essas Diretrizes foram homologadas, de forma incompleta, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Em razão do ocorrido, a mais legitimada obra (documento) e mais citada nos estudos sobre a Formação Profissional refere-se às Diretrizes Curriculares, elaboradas pela ABESS, em 1996.

Essas Diretrizes reconhecem a profissão no marco histórico da divisão sócio-técnica do trabalho, asseverando o primado do trabalho. Decerto, esse Documento é fruto do processo de maturidade intelectual e da massa crítica, acumulada durante o processo de “renovação” do Serviço Social brasileiro, que solidifica o caráter progressista da profissão e sua vinculação com a razão crítica marxista. Nesse Documento, a formação profissional do Serviço Social tem como referência o homem como ser histórico,

[...] daí a relevância de conhecer o contexto social, a dinâmica das instituições vinculadas à sociedade civil e/ou sociedade política e suas articulações, bem como os conhecimentos e as relações dos distintos extratos da sociedade [...] a formação acadêmica pressupõe: 1) um conhecimento básico enfatizando a ciência do homem e da sociedade; 2) um conhecimento profissional dos fundamentos teóricos do Serviço Social e suas relações com esses sistemas. (ABESS, 1997, p. 96-7).

Destaca-se, ainda, que todos os artigos analisados se situam teoricamente nessa perspectiva: em defesa de aprofundamento dos valores indicados nas Diretrizes, referendados e referenciados no Código de Ética Profissional (1993) e na Lei de Regulamentação da profissão (1993).

Abaliza-se, ainda, conforme os artigos analisados que, sem exceção, apontam para a efetivação dos princípios profissionais definidos nas Diretrizes, e, criticamente, articulando-os com o desafio central na atualidade que é a mercantilização do ensino superior. Para tanto, os autores, dos artigos analisados, contextualizam a análise do processo formativo do Assistente Social a partir da conjuntura de crise do capital e da ofensiva neoliberal.

Conforme Iamamoto (2014, p. 628-9), a formação profissional do Serviço Social sofre significativas mudanças, na atualidade, em decorrência de quatro principais motivos:

[...] (a) expansão acelerada da oferta de vagas, como já relatado; (b) prevalência de *instituições de ensino privadas não universitárias* em detrimento das universidades, o que coloca em questão o tripé ensino, pesquisa e extensão como base da formação, visto estar associado às funções precípuas da instituição universitária; (c) *precarização das condições de trabalho docente* expressa na proliferação de contrato por tempo determinado ou por tarefa, no rebaixamento salarial, na intensificação do trabalho, no maior volume de aulas semanais com elevada relação numérica professor/aluno, na redução da autonomia docente na elaboração dos programas das disciplinas, em favor de pacotes preestabelecidos pelas empresas que definem conteúdos e bibliografias adotados; absorção de pós-graduandos, que buscam acumular experiência no trabalho docente; (d) mudança no perfil socioeconômico dos estudantes, com ampliação do acesso aos IES por parte da juventude trabalhadora, estimulada pela política de cotas para o ensino superior, bolsas do ProUni, crédito escolar, entre outros.

Relevante destacar que os quatro pontos indicados por Iamamoto são, também, temas dos artigos estudados que relacionam o desafio atual da formação profissional com o trabalho docente precarizado, a contrarreforma do ensino (reforma universitária), avanço do Ensino à Distância e os impactos desses fatores para o direcionamento teórico e político da profissão, sobretudo, para o exercício profissional, o que revela certo “alinhamento” intelectual do Serviço Social na análise de conjuntura, bem como, na defesa do Projeto Ético-político.

Mesmo que se reconheça consideráveis avanços, Lima (2014), Iamamoto (2014), entre outros autores destacam que as *Diretrizes Curriculares da Abess* (1996), conforme se aludiu anteriormente, ao serem aprovadas pelo MEC, passaram por um forte processo de descaracterização.

Deste modo, o conteúdo da formação passou a ser submetido à livre-iniciativa das unidades de ensino, desde que preservados os núcleos

estruturantes assinalados anteriormente. Essa livre-iniciativa, em um contexto educacional, no qual se privilegia uma lógica mercantil e empresarial baseada na "lei" do custo-benefício, é extremamente preocupante para a formação profissional. (LIMA, 2014, p. 56).

Ainda sobre a formação profissional, destaco o artigo de Lima (2014) que intitula-se “Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações” que dá uma contribuição, além do debate da formação profissional, e o faz relacionando a formação profissional e a questão de gênero, e, um dos poucos artigos estudados que se embasam em uma pesquisa de campo.

A categoria temática gênero é uma das que mais possuem recorrência às obras de autores pós-modernos. Conforme pesquisa de Cantalice (2014), no Serviço Social, gênero é a categoria que mais apresenta inflexões pós-modernas nas dissertações/teses, conforme aludido no Capítulo 2 deste trabalho.

No artigo analisado, a autora mostra como a maioria das universidades com curso de bacharelado em Serviço Social, a disciplina de gênero é predominantemente de forma eletiva. O que, segundo a autora, faz com que as questões de gênero, mas também raça e etnia, passem despercebidas pelos discentes, visto que a formação profissional do Serviço Social enfatiza “[...] a questão das classes sociais, mas, por vezes, esquece-se que ligada à classe social encontram-se as mediações de gênero, raça/etnia e orientação sexual [...]” (LIMA, 2014, p. 48). Essa autora defende que gênero deve ser uma disciplina obrigatória na formação do profissional de Serviço Social, e, no momento de ingresso dos discentes no estágio supervisionado.

Defende-se que a discussão de gênero, em momento algum, é ofuscada pela discussão de classe. Com certeza, o marxismo é um metateoria que busca “soluções” universais, mas, não desconsidera o singular e o particular. Sem dúvida, esse é um desafio colocado pela realidade - seja a partir da consolidação dos mecanismos de proteção, seja a centralidade da mulher na Política de Assistência, por exemplo - para o Serviço Social. Desse modo, concorda-se com Coutinho (2009) quando afirma que o “problema” não são os sujeitos difusos dos chamados “novos movimentos sociais”, que são em parte sujeitos parciais e têm uma tendência à fragmentação, mas, a problemática central é não relacionar essa “luta imediata” com a totalidade.

Mesmo com a tendência de segmentar esses sujeitos a partir de suas necessidades, concorda-se que é preciso fortalecer o estudo sobre gênero e demais categorias temáticas em que se insere o Serviço Social. E que, apesar de não se refletir e materializar ainda em uma disciplina, existem outros espaços que avançam nesse sentido, como grupos de pesquisa e extensão.

b) Projeto Ético-político

A discussão do Projeto Ético-político é também uma categoria temática muito peculiarmente recorrente no Serviço Social. O início desse debate data da metade do século XX (NETTO, 1999). Netto (1999, p. 4) afirma que os projetos profissionais representam a autoimagem da profissão e estão relacionados a um projeto societário.

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Os artigos analisados que inferem sobre essa temática, da mesma maneira como os demais que focaram na formação profissional, contextualizam as análises na conjuntura da crise do capital, desencadeada na década de 1970 e a forte ofensiva política, econômica e ideológica aos trabalhadores.

Nos termos de Santos *et. al.* (2010), é na década de 1990 que começar a tomar forma o Projeto Ético-político a partir do Código de Ética Profissional, de 1993, e a da Lei de Regulamentação da Profissão, também de 1993, mas que é, nessa mesma conjuntura, que ocorre o processo de reestruturação produtiva no Brasil, com a instauração do neoliberalismo e de uma “reforma” do Estado.

Essa conjuntura de regressões em face da recente democratização do país, conforme Barroco (2011), fortalece o *ethos* neoconservador e o discurso pós-moderno que, por seu turno, representa um desafio ao Projeto Ético-político profissional, principalmente, pelo fato da ideologia neoconservadora.

[...] tende a se irradiar nas instituições sob formas de controle pautadas na racionalidade tecnocrática e sistêmica tendo por finalidade a produtividade, a competitividade e a lucratividade, onde o profissional é requisitado para executar um trabalho repetitivo e burocrático, pragmático e heterogêneo, que não favorece atitudes críticas e posicionamentos políticos. (BARROCO, 2011, p. 213).

Conforme os elementos analíticos apresentados neste subitem, compreende-se no que tange à produção teórica que, todos os artigos analisados, cada qual a seu estilo, se apresentam no arco da razão crítica e na defesa do Projeto Ético-político hegemônico do Serviço Social brasileiro.

3.4 A tendência teórica na atualidade no Serviço Social

Como aludido anteriormente, o propósito deste processo investigativo é analisar as tendências contemporâneas da produção de conhecimentos no Serviço Social à luz da modernidade e da pós-modernidade.

Por este ângulo, mediante os resultados desta pesquisa, mas também em consonância com as contribuições dos autores e da produção do conhecimento do Serviço Social, avalia-se que a profissão se mantém sob hegemonia do pensamento marxista nas suas mais variadas interpretações.

Nessa perspectiva, chama-se atenção para as diversas formas com que esse pensamento pode se apresentar na profissão: via (neo)conservadorismo, o (neo)positivismo e ou uma crítica romântica.

De todo modo, ressalta-se a concordância com a análise de Bianchi (2014), quando esse autor infere sobre uma provável exaustão e declínio do pós-modernismo, salvo em algumas tendências culturalistas. Nesse ponto de vista de Bianchi e das análises realizadas nos artigos da *Revista Serviço Social & Sociedade*, assevera-se que os tempos de fôlego da pós-modernidade arrefeceram no Serviço Social, pelo menos, não na produção do conhecimento via referências bibliográficas.

Faz-se esse parêntese por um motivo claro: é inegável que com a acumulação flexível pós-moderna e seus impactos na consciência e dinâmica econômica, houve significativas “metamorfoses” na vida social. Porém, no que tange

ao menos ao Serviço Social, existe uma diferença não tão tênue entre os impactos desse contexto na direção teórica, bem como no discurso profissional.

Não se está afirmando que “na teoria, a prática é outra”, mas, que a “velocidade” ou mesmo o “significado” dessas duas esferas possuem ritmos diferentes. De todo modo, a pós-modernidade como sendo dialeticamente moderna, ou melhor, como situação temporal-cultural que se forma com a total consolidação da ordem burguesa, interfere, por sua vez, na lógica institucional, como nos espaços sócio-ocupacionais, nos quais a profissão do Serviço Social atua.

Reconhece-se que com as mudanças institucionais na vida social, obviamente, são colocadas “novas demandas” à profissão. Demandas essas assentadas pela condição e determinantes históricos que exigem resposta por parte dos profissionais, visto que existem anseios em dar respostas às tais demandas, visto que esses profissionais são indivíduos que se inserem no contexto social explicitado ao longo deste trabalho, de capitalismo, crise econômica e de hegemonia.

Decerto, o desafio entre o acúmulo teórico e a questão prática não se traduz em novidade para o Serviço Social, segundo Yazbek (2004, p. 10):

[...] uma das questões cruciais do Serviço Social o descompasso entre nossa apreensão mais ampla da realidade, fundamentada em referenciais ontológicos, totalizantes que nos permitem uma apropriação do movimento mais geral da sociedade e o nosso exercício concreto da profissão em seu tempo miúdo, com homens concretos, inseridos em processos e dinâmicas singulares que trazem para a profissão situações diversificadas [...].

Essa autora, ao fazer essa análise, coloca um fator analítico determinante, que é a relativa tensão, ou às vezes, incompreensão da produção do conhecimento com o fazer profissional do Serviço Social. Não se trata, obviamente, de uma questão menor, mas, um desafio, sobretudo, em tempos de avanços do conservadorismo, de transitar - ainda mais - a bagagem teórica para a prática, fortalecendo a práxis e a própria direção teórica e política da profissão.

É importante destacar que assim, concordamos com José Paulo Netto quando este afirma que a adesão do Serviço Social a pós-modernidade se dá de maneira superficial, afinal como ocorreu o barateamento/sucateamento da tradição marxista durante um longo tempo, isso também ocorre com as chamadas teorias pós-modernas. Segundo Netto (2016, p. 66): “[...] a maioria dos assistentes sociais

que se aproximam de um 'paradigma' pós-moderno oculta, na sua filiação pós-moderna, tão somente ou nenhum conhecimento da história e do desenvolvimento da teoria social moderna.”.

Afirmar que a filiação a pós-modernidade ocorre de forma tímida, inapropriada ou mesmo de forma superficial não se trata de subestimá-la ou menosprezá-la, visto que há uma tendência histórica da profissão à tecnificação, que é afluída com o discurso de gestão de Estado e de redução dos direitos sociais. Esse discurso da tecnificação é facilmente apropriado por perspectivas conservadoras e pós-modernas, quando estas colocam a necessária diminuição da diminuição intelectual em prol do *fazer*.

Com a tendência ao pragmatismo, à tecnificação, a psicologização da questão social coloca-se um cenário de favorecimento de teorias conservadoras ou neoconservadoras, seja na sociedade, seja na perspectiva profissional.

O serviço social, como já mencionamos, tem uma perspectiva fortemente sincrética, em que dialeticamente conviveram a pensamento conservador e a intenção de ruptura. Ao nosso ver, é de forma superficial mas também sincrética a apropriação das teorias pós-modernas pelo Serviço Social brasileiro, principalmente neste necessário conjuntural de avanço do conservadorismo, este que nunca deixou de existir na profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Eu pensava dentro de outras cabeças; e na sua,
outros, além dele, pensavam. Este é o
verdadeiro conhecimento.”

Bertold Brecht

No prodigioso mundo da investigação que lida com a realidade e o ser social, sempre irão existir novos desafios, dilemas, contradições e mediações a serem realizadas. No Serviço Social, a jornada foi galgada a duros passos, e, não por acaso. Assim, é indiscutível que, nos últimos anos, o Serviço Social engendrou uma massa crítica considerável (NETTO, 2006 *apud* MENDES; ALMEIDA, 2014).

Na trajetória da produção do conhecimento no Serviço Social, muito se avançou nos últimos 30 anos, na dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa à luz da tradição marxista, e do pensamento moderno. Esses avanços, por seu turno, estão inseridos na condição histórica-social da profissão que, inscrita no espaço-tempo, é tensionado pelas demandas que lhe são colocadas.

Esses avanços no âmbito da razão crítica não suprimiram a existência do conservadorismo ou mesmo impediram/impedem as interferências do pensamento pós-moderno, principalmente em uma conjuntura adversa em que a atual crise do capital traz diversos rebatimentos para a consolidação da categoria de forma crítica, assim como para a toda a sociedade.

De todo modo, a produção de conhecimentos configura-se como um espaço de resistência e de trabalho que adensa a análise sobre as classes subalternas e da realidade brasileira à luz do pensamento crítico, no qual o Serviço Social tem realizado inúmeras contribuições e revela uma expressiva riqueza temática.

Conforme esta análise investigativa aponta, mesmo no curso do ecletismo, da inapropriação metodológica e de uma conjuntura pós-moderna, o Serviço Social está ancorado nas bases da razão crítica.

Os desafios são muitos, sobretudo, em uma profissão que se consolida na produção de conhecimento, mas que também, necessita de respostas práticas às expressões da questão social, conforme expressa Iamamoto (1998, p. 52):

[...] transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social.

Na atualidade do capitalismo tardio, o conhecimento é colocado de forma utilitarista, pragmática e com fins para o lucro, negando-o como interesse da vida humana, da proposição e da criação, e, também, como direito. Ao transformar a lógica do conhecimento para o campo de uma linha de montagem capitalista, esta atinge as pós-graduações que, mediante as exigências das Agências de Fomento, entram na lógica do *produtivismo acadêmico*, que não importa o que se produz, como se produz, para que se produz e para quem se produz, invertendo a lógica da qualidade para quantidade, ou seja, é a transformação em Universidade Operacional.

No tocante às incidências do pensamento pós-moderno no Serviço Social, apesar de uma notória influência na teoria-prática profissional - que alimenta tanto o neoconservadorismo como uma visão crítica-flexível -, concorda-se com Bianchi (2015) quando afirma que o pensamento pós-moderno se encontra, na atualidade, em um processo de declínio. Esta pesquisa também afirma essa constatação a partir da análise dos artigos analisados e dados do estudo exploratório que comprovam hegemonicamente grafados na tradição marxista.

Por esse ângulo, é evidente no Serviço Social, de um lado, a renovação das bases sincréticas e ecléticas, mas, de outro, o aprofundamento teórico-crítico - recorrendo à totalidade - para análise da realidade social brasileira. Pode-se aventar que a onda pós-moderna esteja de passagem em razão de produções na área, fruto de um possível *modismo* (tardio), mas, se hegemônico ou residual, a influência desta dependerá da capacidade de resposta do marxismo no conjunto da profissão.

De todo modo, aliando o pessimismo da razão com o otimismo da vontade de Gramsci, vislumbra-se no âmbito da intelectualidade pós-moderna certa exaustão, principalmente após a crise do capitalismo de 2008, o que possibilitou uma renovação positiva das bases do pensamento marxista.

Destarte, é improvável prever como se dará isso, já que as produções de cada “geração tendem a ter efeitos duradouros” (THERBORN, 2012). Assim, ao ler, hoje, as análises da década de 1960 ou mesmo do século anterior, como saber as perspectivas futuras?

Além da retomada do marxismo, existe uma retomada do pensamento moderno pela direita, ou melhor, pelo pensamento conservador. Essa verificação é manifesta com a retomada revigorada do neopositivismo, como a psicologização – que, de certo modo, é pós-moderno - e com perspectivas conservadoras, tanto na teoria como na política, afinal, o fascismo e o tradicionalismo percorrem becos e ruas da Europa (neonazistas), nos Estados Unidos (exemplo cabal, de Donald Trump) e, no Brasil, que se emplaca além do tradicionalismo um ufanismo golpista-militar.

Mesmo em contexto conjuntural tão adverso, a retomada do marxismo é provável, como também de novas/antigas *filosofias*. Portanto, cabe destacar que dessa *onda* não sairão os mesmos, e, o saldo pode ser benéfico, afinal, já dizia Carlos Nelson Coutinho, em tom provocativo e irreverente, que a revisão é fundamental no método em Marx, método este sempre inclusivo e criativo, e, por isso, em movimento.

O que resta àqueles que se colocam no campo da razão crítica? Concorda-se com Therborn (2012, 148) ao afirmar que cabe a *humildade desafiadora*, “Desafiadora diante das forças ainda poderosas do capital e do império. Humildade diante do novo mundo por vir e do aprender e desaprender que isso exigirá. ” .

Se iniciamos com Bertold Brecht, terminaremos com ele:

“O cordão partido pode ser novamente atado.
 Ele segura novamente, mas está roto.
 Talvez nos encontramos de novo, mas
 Ali onde você me deixou
 Não me achará novamente.”

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. L. F. *Análise do processo de produção de conhecimento no Serviço Social no Brasil: a hegemonia do legado da Modernidade à ofensiva da pós-modernidade*. João Pessoa: PPGSS/UFPB, 2011. (Projeto de Pesquisa).

_____. *As Tendências da Pesquisa em Serviço Social: uma análise a partir da contemporaneidade*. João Pessoa: UFPB/CCHLA/PPGSS, 2015 (Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq)

_____. *A Produção do Conhecimento e as Tendências da Pesquisa em Serviço Social: uma análise dos últimos 30 anos*. João Pessoa: UFPB/CCHLA/PPGSS, 2014. (mimeo)

ALVES, G. *O Que é a Mundialização do Capital*. São Paulo, s.d. (mimeo).

_____. *A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica*. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-modernidade*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3ª Edição. Lisboa: Edições 70, 2007.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEHRING, E. R. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: CFESS/ABEPSS (org) *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BIANCHI, A. *A parábola do pós-modernismo*. Disponível em: <<http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=2736>>. Acesso em: 10 set. 2015.

CANTALICE, L. B. O. *Incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social*. UERJ (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2013.

CAPES. *Relatório de Avaliação trienal 2013*. 2013. Disponível em: < <http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/relatorios-de-avaliacao>>. Acesso 26 fev 2015.

CARVALHO, D. B.; SILVA, M. O. S. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. R B P G, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dez de 2007.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1995.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASTELLS, M. *A Sociedade das Redes*. Trad. Roneide Venâncio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. (Vol.1)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social*. (Vol.2). Brasília/DF: CFESS, 2014.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL (Org.) *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Maceió/AL: Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), 2005.

COUTINHO, C. N. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2008.

DERRIDA, J. *Força de lei: o “fundamento místico da autoridade”*. Trad. Leyla Perrone-Moysés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EAGLETON, T. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

EVANGELISTA, J. E. *Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna*. *Novos Rumos*. ANO 16, Nº 34, 2001.

_____. *Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos*. *Cronos*, Natal-RN, v. 7, n. 2, p. 271-281, jul./dez. 2006.

GORZ, André. *A crise e o êxodo da sociedade salarial*. In: *Cadernos IHU Ideias*, ano 3, nº31, 2005. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/031cadernosihuideias.pdf>>.

GRAMSCI, A. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

GRAVE, F. *Desafios Contemporâneos para o Serviço Social: algumas considerações*. *Libertas*, Juiz de Fora, v.6 e 7, n. 1 e 2, p.1 - 31, jan-dez / 2006, jan-dez/2007.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Modernidade: crise de “paradigmas” Ou final do sonho?* 2011. Disponível na: <www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000421.pdf>.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. Palestra proferida. 2012. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/03/23/o-enigma-do-capital/>>. Acesso em 20 de jan. 2016.

HOBSBAWM, E. J. A Era dos Impérios 1875-1914. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: capital financeira, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, Oc. A Crise Paradigmas na Sociologia. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 32. Junho de 1991. Disponível em: <https://poderedesenvolvimento.local.files.wordpress.com/2011/02/octavio_ianni_-_a_crise_de_paradigmas_na_sociologia.pdf>.

JAMESON, F. *Pós-modernismo*: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2007.

KAMEYAMA, N. *A Trajetória da Produção de Conhecimento em Serviço Social*: avanços e tendências (1995 a 1997). In: *Cadernos ABESS*: São Paulo, n. 8, p 33-76, 1998.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. Disponível em: <http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/Cr%C3%ADtica-da-Raz%C3%A3o-Pura-Kant.pdf>

KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial a pós-moderna*: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LUKACS, G. *Marxismo e Teoria da Literatura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. O Manifesto do Partido Comunista. Trad. Victor Hugo Klagsbrunn. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Fundação Perseu Abramo, 1998.

MENDES, J. M.; ALMEIDA, B. L. F. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 640-661, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

66282014000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 03 nov 2015.
<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.002>.

MOTA, A. E. *Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista*. In: CFESS/ABEPSS (org) *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Rev. Katálýsis*: Florianópolis: Edufsc, vol. 16, n. spe, pp. 17-27, 2013.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social & Sociedade*. nº 50 Ano XVII (abr.). São Paulo: Cortez, 1996. pp. 87-132.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Uma face contemporânea da barbárie*. 2010. Disponível em: <<http://pcb.org.br/porta1/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Crise do capital e consequências societárias. In: *Serviço Social & Sociedade*. Nº 111, jul/set 2012.

_____. Introdução ao método na teoria social. *CFESS/ABEPSS (org) Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, David Barbosa de. O Fim das Grandes Narrativas Modernas e sua Influência sobre a Concepção de Patrimônio Cultural. In: *Políticas Culturais em Revista*, 1(6), p. 85-98, 2013. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/8250/6071>

PEIXOTO, M G. *A Condição Política na Pós-modernidade: a questão da democracia*. São Paulo: EDUC, 1998.

PIKETTY, T. *O Capital: no Século XXI*. Trad. Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, A. C.; ANDRADE, J. B. Fator de Impacto de Revistas Científicas: qual o significado deste parâmetro? In: Química Nova, 22(3). 448-453, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/qn/v22n3/1101.pdf>

RANIERI, J. *Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital*. [S.d.] Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/Alienacao%20e%20estranhamento....pdf>>. Acesso em 20 jul. 2015.

RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 2004.

ROBERTS, M. *Desindustrialização e capitalismo*. 2014. Disponível em: < <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Desindustrializacao-e-capitalismo/7/32124>>. Acesso: 18 mai. 2015.

SANTOS, J. S. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

SARTRE, J. P. *Questão de método*. São Paulo: Difel, 1967.

SILVA, M. L. de O. e. (Org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistência e rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA e SILVA, M. O.; CARVALHO, D. B. B. *Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

SINGER, A. *Os Sentidos do Lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SPOSATI, Adailza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Rev. katálysis* [online]. 2007, vol.10, n. spe, pp. 15-25. ISSN 1414-4980.

THERBORN, G. *Do marxismo ao pós-marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2012.

TOURAINÉ, A. Após a Crise: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ZIZEK, S. *A contradição da nova ordem mundial*. 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/05/19/zizek-a-contradicao-principal-da-nova-ordem-mundial/>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

YAZBEK, M. C. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. *Temporalis*. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS/Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 147-159, jan./jun. 2005.

_____. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS (org) *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

Referências dos artigos analisados neste trabalho:

Barroco, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serv. Soc. Soc.*, Jun 2011, no.106, p.205-218. ISSN 0101-6628

Cislaghi, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. *Serv. Soc. Soc.*, Jun 2011, no.106, p.241-266. ISSN 0101-6628

Iamamoto, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, Dez 2014, no.120, p.608-639. ISSN 0101-6628

Lima, Rita de Lourdes de. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. *Serv. Soc. Soc.*, Mar 2014, no.117, p.45-68. ISSN 0101-6628

Moraes, Carlos Antonio de Souza. A "viagem de volta": significados da pesquisa na formação e prática profissional do Assistente Social. *Serv. Soc. Soc.*, Jun 2013, no.114, p.240-265. ISSN 0101-6628

Oliveira, Isaura Isoldi de Mello Castanho e. Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção. *Serv. Soc. Soc.*, Dez 2010, no.104, p.737-749. ISSN 0101-6628

Pinto, Marina Barbosa. Condições sócio-ocupacionais do trabalho docente e a formação profissional. *Serv. Soc. Soc.*, Dez 2014, no.120, p.662-676. ISSN 0101-6628

Santos, Josiane Soares et al. Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. *Serv. Soc. Soc.*, Mar 2010, no.101, p.146-176. ISSN 0101-6628

Santos, Silvana Mara de Moraes dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. *Serv. Soc. Soc.*, Dez 2010, no.104, p.695-714. ISSN 0101-6628

Silva, Ricardo Silvestre da. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. *Serv. Soc. Soc.*, Set 2010, no.103, p.405-432. ISSN 0101-6628

APÊNDICES

APÊNDICE A - CATEGORIZAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES PESQUISADAS (tabela excel)

TÍTULO:	
AUTOR:	
NÚMERO DA REVISTA/ ANO DE PUBLICAÇÃO:	PERFIL DO AUTOR:
PALAVRAS CHAVES:	REFERÊNCIAS:
RESUMO:	
ÁREA TEMÁTICA:	